

**Silvia Andrade Magnata da Fonte**

**PATERNIDADE SEM CONJUGALIDADE NA TRAJETÓRIA DE HOMENS  
PERTENCENTES ÀS CAMADAS MÉDIAS DE RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

**Linha de Pesquisa:**

Família, gênero e saúde

**Orientação:**

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marion Teodósio de Quadros

**RECIFE, 2014**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho CRB-4 985

F682p Fonte, Silvia Andrade Magnata da.  
Paternidade sem conjugalidade na trajetória de homens pertencentes às camadas médias de Recife / Silvia Andrade Magnata da Fonte. – Recife: O autor, 2014.  
139 f. 30 cm.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marion Teodósio de Quadros.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2014.  
Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Paternidade. 3. Família – Classe média. I. Quadros, Marion Teodósio de. (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-01)

**Silvia Andrade Magnata da Fonte**

**PATERNIDADE SEM CONJUGALIDADE NA TRAJETÓRIA DE HOMENS  
PERTENCENTES ÀS CAMADAS MÉDIAS DE RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

**Linha de Pesquisa:**

Família, gênero e saúde

**Aprovada em: 28/08/2014**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marion Teodósio de Quadros (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

---

Prof. Dr. Russell Parry Scott (Examinador Titular Interno)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria da Conceição Lafayette de Almeida (Examinadora Titular Externa)  
Programa de Pós-Graduação em Gerontologia - UFPE

**RECIFE, 2014**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a

A Professora Marion Quadros, orientadora da pesquisa, por compartilhar seu conhecimento e me ajudar a atravessar esse ciclo que escolhi viver. Obrigada pela compreensão, diálogo aberto e estímulo durante todo o processo.

Todos/as que indicaram possíveis colaboradores e, principalmente, aos pais que aceitaram participar – e aos que efetivamente participaram – da pesquisa.

O CNPq, pelo suporte financeiro que me permitiu dedicação exclusiva durante os dois anos de mestrado.

O Professor Parry Scott e a Professora Lady Selma Albernaz, que coordenaram o PPGA durante meus dois anos e meio de permanência no Programa.

Os Professores Parry Scott e Renato Athias e a Professora Judith Hoffnagel, por participarem da banca de qualificação do meu projeto de pesquisa e contribuírem para a definição e modelagem do trabalho.

Os Professores Parry Scott e Luís Felipe Rios e as Professoras Conceição Lafayette e Márcia Reis Longhi, por aceitarem o convite para a banca de defesa.

Todos/as os/as professores/as e colegas com quem convivi no PPGA. O primeiro ano de mestrado foi um período de intensa disciplina e muito aprendizado. Agradeço pelas trocas de ideias, indicações de leituras e também pela oportunidade de treinar e trabalhar minha performance em discussões e apresentações de trabalhos de forma crítica, estruturada e seguramente guiada.

As Professoras Lady Selma Albernaz e Roberta Campos pela orientação na monografia (TCC) e na elaboração do projeto de pesquisa para a seleção do mestrado. Agradeço pelo estímulo e generosidade.

Os/As integrantes do GEMA – sobretudo o grupo de estudos de Paternidade – e do Instituto PAPAI, especialmente o Professor Jorge Lyra, pela oportunidade de acompanhar e participar de alguns trabalhos.

As trabalhadoras e os trabalhadores do PPGA e CFCH.

As amigas e os amigos que estiveram ao meu lado: Roberto, Jailma, Amanda e João Paulo, pelo apoio e pela ajuda. As minhas amadas companheiras peludas: Hiena, Jezebel, Zoé, Mucega e Pepita. As pessoas desconhecidas com quem conversei na internet, durante as longas madrugadas de escrita.

Meu pai e minha mãe, pelo suporte financeiro, material e emocional. Sr. Alfredo

(Alfredinho), todo o meu respeito. A família de Roberto, que me acolheu e me adotou.

O profissional e as profissionais de saúde e corpo que, com muita competência, ajudaram a amenizar os efeitos físicos e psíquicos decorrentes das dificuldades enfrentadas no processo da pesquisa de campo e escrita da dissertação: Luiz Dobbin, Stella Abranches, Rosângela Lima e Gertrudes Carvalho.

Alguém que eu não tenha mencionado, obrigada e desculpe.

## RESUMO

A pesquisa apresentada nesta dissertação trata-se de estudo qualitativo de caráter exploratório, cujo objetivo principal é conhecer, compreender e analisar experiências de paternidade vividas por quatro homens, pertencentes às camadas médias da Região Metropolitana do Recife, que não convivem conjugalmente, pelo menos desde a notícia da gravidez, com as mães das crianças. Como recursos suplementares, foram utilizados materiais encontrados na internet, como textos de blogs feministas, documentos oficiais e filmes documentários. Na pesquisa de campo foram aplicados formulários sociodemográficos e realizadas entrevistas semiestruturadas, com cada um dos pais – designados *colaboradores* – indagando sobre práticas e expectativas envolvidas na experiência da paternidade, sobre o histórico de convivência com a mulher e com o/a filho/a e sobre algumas percepções desenvolvidas acerca das relações parentais por eles vividas. Os dados obtidos com o formulário sociodemográfico foram utilizados para construir perfis dos colaboradores; as narrativas provenientes das entrevistas foram distribuídas em blocos temáticos, constituindo um mapa sinóptico. A dimensão temporal foi considerada para efetuar o corte dos capítulos de análises em dois blocos: o primeiro apresenta vivências no período da gravidez, desde a notícia até o nascimento; o segundo bloco aborda as vivências do pai com o/a filho/a, já nascido/a, nos ambientes domésticos da casa da mãe e da casa do colaborador. O material trazido do campo foi cotejado com reflexões e elaborações captadas em trabalhos antropológicos que tiveram como objeto de investigação a família nas sociedades moderno-contemporâneas, cujas características as famílias brasileiras compartilham. Os principais fenômenos analisados foram os arranjos familiares alternativos à família nuclear, as ideologias individualista e igualitária, a construção do *self* materno, a matrifocalidade, a crise da masculinidade, a nova paternidade, a circulação de crianças de camadas médias, a concepção duogenética da procriação e a genetização do parentesco. Temas que compõem incidentalmente o estudo são o racismo e o aborto.

Palavras-chave: Paternidade, Conjugalidade, Famílias de Camadas Médias

## **ABSTRACT**

The research presented on this dissertation is an exploratory qualitative study, with the main goal of knowing, understanding and analyzing experiences of paternity of four middle class men from the Metropolitan Area of Recife, who do not live conjugally, at least since the news of the pregnancy, with the mothers of the children. Materials found online were used as complementary resources, like feminist blogs texts, official documents and documentaries. In the fieldwork social-demographic forms were applied and semi-structured interviews were made with each one of the parents - called cooperators - asking about practices and expectations involved on the experience of paternity, about the history of living together with the mother and son/daughter and about some perceptions developed about the parental relations between them. The data from the social-demographic form were used to build the profiles of the cooperators; the narratives from the interviews were distributed in theme blocks, building a synoptic map. The temporal dimension was considered to cut the analysis chapters in two blocks: the first presents experiences of the pregnancy time, from the news to the birth; the second block explores the experiences of the father with the son/daughter, already born, at the domestic environment of the house of the mother and the house of the cooperators. The material brought from the field was compared with reflections and elaboration from anthropological works that had as an investigation object the family on the modern-contemporary societies, which the characteristics are shared with Brazilian families. The main phenomena analyzed were the family arrangements alternatives to the nuclear family, the individualistic and egalitarian ideologies, the construction of the maternal self, the mother-focus, the crises of masculinity, the new paternity, the circulation of middle class children, the duo-genetic conception of procreation and genetization of kinship. Subjects that compose incidentally the study are racism and abortion.

Key words: Paternity, Conjugalit, Middle class families.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	9
Modelos Familiares	11
Conjugalidade e divisão sexual do trabalho	14
As vivências de paternidade sem conjugalidade, em contexto	22
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>METODOLOGIA</b>	24
<b>Coleta de informações</b>	26
Primeiro momento	26
Segundo momento	27
<b>Procedimentos adotados em campo</b>	28
Dificuldades enfrentadas na realização da pesquisa de campo	30
<b>Formas de apresentação das informações trazidas do campo</b>	31
Ferramentas para análise das informações	33
<b>Características dos colaboradores</b>	36
Recrutamento	36
Códigos de identificação	36
Informações sobre as famílias	37
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A MULHER E SEU VENTRE, O HOMEM O/A FILHO/A</b>	42
<b>Histórias de paternidade</b>	42
<b>As primeiras experiências de paternidade</b>	45
A notícia da gravidez	46
Pai e mãe... marido e esposa?	52
Gravidez e nascimento	58
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>COPARENTALIDADE SEM CONJUGALIDADE</b>	69
Experiências de convívio e cuidados nos primeiros meses do/a bebê	69
As vivências dos pais ao longo do crescimento dos/as filhos/as	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	97
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	102
<b>APÊNDICES</b>	

## **APÊNDICES**

- 1) Formulário sociodemográfico
- 2) Roteiro de entrevista
- 3) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- 4) Categorias do mapa sinóptico
- 5) Ética em pesquisa: procedimentos e reflexões

## **QUADROS**

- 1) Recrutamento dos colaboradores
- 2) Codificação dos nomes
- 3) Idades do colaborador e da criança; sexo da criança; situação de convívio
- 4) Informações sobre a família de origem e infância do colaborador
- 5a) Comparativo de escolaridade e trabalho do colaborador e da mãe da criança
- 5b) Comparativo de corresidentes e renda da residência do colaborador e da mãe da criança
- 6) Autoidentificações do colaborador
- 7) Histórias de paternidade

## INTRODUÇÃO

As experiências vividas na paternidade constituíram um segundo objeto de pesquisa, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia na ocasião da Qualificação do Projeto – ingressei no curso de mestrado com a proposta de pesquisar a regulação ética em pesquisa envolvendo seres humanos. A mudança de objeto de estudo, para vivências de paternidade, foi motivada pela curiosidade despertada pela história, contada por um amigo, de um homem casado que, decidido a não ter filhos e vivendo em harmonia, a esse respeito, com sua esposa (devido a um problema de saúde, ela não podia engravidar e, assim como ele, não desejava filhos), se vê às voltas com a coparticipação numa gravidez extraconjugal. Esse acontecimento particular direcionou minha atenção às escolhas, projetos, desafios, privilégios, resistências, enfim, às vivências dos homens na esfera reprodutiva, fora de um arranjo conjugal entre o pai e a mãe da criança. O segundo projeto foi, então, construído com o intuito de conhecer e ponderar sobre essas experiências.

Inicialmente, o interesse da pesquisa estava dirigido à participação masculina em decisões relativas ao aborto e aos processos de recusa e aceitação de uma paternidade não planejada, ocorrida numa relação não-conjugal: a parceira grávida, quais as possibilidades enxergadas pelos homens para lidar com o acontecimento? Quais elementos articulam e através de quais relações interpretam a situação? Qual o peso da participação masculina, e como ela se dá, nas negociações que precedem a decisão do desfecho de uma gravidez?

O foco foi redirecionado para os desdobramentos da paternidade, centrado na relação entre o homem e a parceira grávida, por sugestão da banca de qualificação do projeto: uma vez que aqueles homens haviam assumido a paternidade, poderia ser embaraçoso e infrutífero levá-los a pensar o aborto e a recusa de um/a filho/a que já está aí – e, sendo este o interesse central da abordagem, o alcance dos resultados poderia ficar comprometido. A sugestão foi inteiramente acatada e o projeto, parcialmente reconstruído de modo que o interesse da pesquisa se voltasse à não-coabitação do casal e aos desafios que a vivência da paternidade nessas condições coloca para os homens.

O recrutamento dos *colaboradores* – homens que vivessem a paternidade fora de uma relação conjugal com a mãe da criança, desde a notícia da gravidez, dispostos a compartilhar suas experiências – partiu da minha rede de contatos e daí desdobrou-se. Este procedimento acabou por concentrar os colaboradores nas camadas de renda média da Região Metropolitana do Recife, recorte que foi assumido como um dos balizadores para as análises. Do contexto de não-conjugalidade, na qual desenrolavam-se as experiências, emergiu o problema da divisão

sexual dos trabalhos produtivo e reprodutivo em configurações familiares que diferenciam-se do padrão conjugal, monogâmico e nuclear, ideologicamente predominante nas sociedades modernas.

Busquei conhecer como aqueles homens participaram do processo reprodutivo e, diante dos colaboradores, questionei quais as principais interações que constituíam as experiências de paternidade deles; como eles pensavam e planejavam suas ações em meio às outras pessoas que participam dessa atuação como pai; por quais transformações o vínculo entre eles e as parceiras passou, desde a notícia da gravidez, e de que modo essas transformações afetaram a relação de pai e filho/a. No desenrolar das entrevistas, vários aspectos das trajetórias foram narrados pelos colaboradores desde referências a práticas contraceptivas e aborto; racismo; vivências da masculinidade; relações com a parentela da mulher e a própria parentela; presenças e ausências nos contextos da gravidez, nascimento, amamentação e cuidados com bebês e crianças; convivência com os/as filhos/as nas casas das parceiras e nas deles próprios.

É importante explicitar que o material principal das análises foi o conteúdo das narrativas, conduzidas pelo roteiro de entrevista. A participação dos colaboradores se deu através da reconstrução e da interpretação que esses homens fizeram de seus projetos, mudanças, práticas e relações. As mulheres mães das crianças, as próprias crianças, os parentes próximos, as demais pessoas que participam de alguma forma do convívio do pai com o/a filho/a, estas/es não foram consultadas/os: suas intervenções aparecem filtradas pelas interpretações dos colaboradores. Os pais também responderam a um formulário sociodemográfico, compartilhando informações sobre suas trajetórias na família de origem e na situação familiar atual, nos casos em que houve passagem de uma a outra. Com essas informações foram construídos perfis dos colaboradores e perfis bastante parciais das mães das crianças, baseados nas informações que os pais dispunham – e que se dispuseram a compartilhar – sobre elas.

Com o objetivo de fornecer um contexto para as elaborações narrativas dos colaboradores, estudos antropológicos que tratam da família e da paternidade foram utilizados como suportes onde foram situadas as falas dos pais em meio aos achados de outras pesquisas e das reflexões que seus/suas autores/as promoveram. Saindo da esfera das construções acadêmicas, materiais suplementares foram coletados na internet: textos publicados em blogs e sites feministas, documentos oficiais de acesso irrestrito e documentários em vídeo.

Nas páginas seguintes está esboçado um panorama com algumas elaborações antropológicas acerca dos temas principais deste estudo: famílias de camadas médias,

conjugalidade e paternidade nas sociedades ocidentais, principalmente no Brasil. A literatura antropológica que serve de suporte para a compreensão das experiências dos colaboradores trata principalmente da divisão sexual do trabalho nas sociedades ocidentais, enfatizando a opressão estrutural a que está submetida a identidade de gênero feminina no sistema político e econômico hegemônico (CHODOROW, 1990; LAQUEUR, 1992; LÉVI-STRAUSS, s.d.; MACHADO, 2010; ROUDINESCO; 2003; RUBIN, 1993; STRATHERN, 2006). No âmbito dos estudos de famílias, sobretudo as brasileiras, os temas que se mostraram mais relevantes para as análises foram a circulação de crianças de camadas médias (MOTTA-MAUÉS, 2009), a matrifocalidade (SCOTT, 2011) e as dinâmicas que envolvem o poder feminino na esfera reprodutiva e no ambiente doméstico, quando essas mulheres passam a atuar *também* na esfera pública (HIRATA e KERGOAT, 2007; MACHADO e LINS DE BARROS, 2009; QUADROS, 1996; 2006). A ideologia individualista-igualitária, indicada como hegemônica entre as famílias de camadas médias (SALÉM, 1989), utilizada como chave interpretativa para a leitura das experiências dos colaboradores, abriu a possibilidade de pensarmos que essas vivências podem refletir práticas alinhadas ao modelo de “nova paternidade” (QUADROS, 1996; 2006), contudo, é preciso considerar que mesmo sendo hegemônica a ideologia igualitária, alguns elementos e relações hierarquizadas (SALEM, 1986; SCOTT, 2011) permanecem, tornando-se objetos de negociação entre as partes envolvidas.

### **Modelos familiares**

O estudo que compõe esta dissertação tem como um dos principais objetivos pensar sobre experiências de paternidade no contexto das sociedades ocidentais. O recorte que abarca as experiências a explorar foi pensado em razão da ênfase sobre a atuação feminina quanto aos assuntos da esfera reprodutiva. A maternidade vincula as mulheres a dois tipos de tarefas: aquelas que implicam necessariamente a presença do seu corpo, envolvendo os cuidados com o embrião / bebê nos processos de gestação, parto e amamentação; os cuidados com crianças, tarefas usualmente atribuídas às mulheres que pariram os bebês. Diante dessas tarefas, parece possível distinguir a *maternidade* da *maternagem*, a primeira nomeando fenômenos que se dão no corpo da mulher, a segunda englobando as necessidades da criança já nascida, que poderiam ser realizadas por quaisquer pessoas que a isto se dispusessem (SANTOS, 2006; TRONTO, 1997; CHODOROW, 1990).

Dessa nomeação, emerge um problema: os nomes, como as pessoas e os objetos, são repartidos e organizados por gêneros que, por sua vez, endereçam os objetos aos quais os

nomes se referem aos indivíduos marcados com o sexo/gênero correspondente. As tarefas de maternagem são usualmente atribuídas às mulheres, tenham ou não elas parido o bebê que precisa ser maternado (CHODOROW, 1990; HIRATA e KERGOAT, 2007; TRONTO, 1997). A reprodução da maternagem feminina, segundo Chodorow (1990), mais do que um condicionamento de meninas, transubstanciado em escolha pessoal de mulheres em particular, é um aspecto da própria reprodução social:

As práticas se tornam institucionalizadas de modos regularizados e não arbitrários. Os aspectos da sociedade – relações sociais e econômicas, instituições, valores e ideologia – desenvolvem sua própria lógica e autonomia e vêm a interatuar mutuamente, mantendo-se uns aos outros. Os aspectos da sociedade não são criados de novo todos os dias, embora de fato se desenvolvam historicamente através da atividade intencional de pessoas. As condições nas quais as pessoas vivem são dadas como resultado histórico de atividade social humana anterior que, por sua vez, têm exibido certa regularidade e consistência.

(CHODOROW, 1990, p. 55)

No modelo familiar típico<sup>1</sup> das sociedades capitalistas, a maternagem feminina divide as atividades relativas ao espaço doméstico com a provisão masculina de recursos, esta preponderante em relação à efetiva presença do homem na casa. A ausência masculina do espaço doméstico é o outro lado da moeda: o lugar atribuído ao homem é fora da casa, no mundo público do trabalho e da produção (CHODOROW, 1990, p. 226). Este arranjo, denominado *divisão sexual do trabalho* (RUBIN, 1993), longe de esboçar um sistema em equilíbrio, carrega profundas injustiças e desigualdades, que culminam na opressão feminina pela sobrecarga de trabalho (QUADROS, 2006, p. 66).

O caminho que conduz à opressão feminina nesse modelo típico parece ser pavimentado por uma conjunção entre as moralidades individualista, que implica a ideia de igualdade entre os indivíduos; e a capitalista industrial, que hierarquiza as esferas de atuação dos indivíduos, atrelando valor e trabalho, de modo que a geração e criação de crianças aparecem como estágios iniciais da socialização, como primeiros trabalhos - não-especializados - realizados na matéria-prima extraída da natureza, portanto, não atravessando muitas etapas na “linha de produção” social e, portanto, com pouco valor agregado (STRATHERN, 2006); por outro lado, o obscurecimento das dinâmicas que se desenrolam no espaço doméstico em razão do enfoque preferencial da lógica capitalista recair sobre a transformação de elementos do “mundo natural” em objetos de consumo (RUBIN, 1993). Diante desta conjunção, ao interesse do indivíduo de sexo/gênero feminino em engajar-se nas atividades da esfera pública, não corresponde igual interesse do indivíduo de sexo/gênero masculino em realizar atividades no espaço doméstico (QUADROS, 1996).

---

<sup>1</sup> “Típico” como idealização.

Um dos resultados da conjunção de moralidades individualista e capitalista nas famílias nucleares é a transformação de certas atividades da esfera doméstica em atividades da esfera pública e vice-versa: a mulher sai do espaço da casa para o espaço da rua, passando a atuar como provedora, o espaço deixado vazio dentro da casa é ocupado por outra(s) mulher(es) – ela(s) também, movimentando-se do espaço doméstico para o público, ou doméstico-público no caso - configurando um modelo de *delegação* das atividades domésticas (HIRATA e KERGOAT, 2007, pp. 604-605). Este modelo é marcado por assimetria entre o espaço doméstico e o doméstico-público, entrelaçando gênero e classe (SCOTT, 2011; HIRATA e KERGOAT, 2007); por outro lado, espaços públicos passam a oferecer serviços de cuidados com crianças, para além das creches e escolas tradicionais: escola integral, atividades esportivas, espaços de recreação etc, tornando interpretável, no contexto das camadas médias (MOTTA-MAUÉS, 2009), o fenômeno da circulação de crianças, explorado entre as camadas populares (SARTI, 1996; SCOTT, 2011).

Outro resultado é a acumulação, pela mulher, de atividades realizadas na esfera pública e na esfera doméstica (QUADROS, 1996; 2006; HIRATA e KERGOAT, 2007; MACHADO e LINS DE BARROS, 2009), configurando a dupla jornada de trabalho, designada pela ideia de *conciliação de tarefas* pela mulher, que reflete uma modalidade de servidão doméstica (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 607). Nas famílias de classes populares, a formação de laços mais fortes entre mães e filhos/as é favorecida pela provisão masculina durante os primeiros anos das crianças. Quando os/as filhos/as crescem e liberam a mãe das atividades de cuidados, e a mulher pode, então, exercer trabalho remunerado diante do que a presença do homem no espaço doméstico pode tornar-se problemática, caso ele não consiga atuar satisfatoriamente como co-provedor de recursos e como figura de mediação entre a casa e a rua (SCOTT, 2011).

É possível dizer que a casa é percebida e vivida como um espaço fundamental na constituição de identidades femininas e que, mesmo diante de um desempenho de co-provisão, as atribuições da mulher no espaço doméstico pouco ou nada se modificam (QUADROS, 1996; 2006; SCOTT, 2011). “O espaço de poder de decisão feminino está associado com a casa e envolve os cuidados com os filhos” (QUADROS, 2006, p. 73). Todavia, quando correlacionamos, no contexto capitalista industrial, casa / mulher / feminino e rua / homem / masculino como domínios nos quais os indivíduos assumem e vivenciam identidades, as identidades fundamentadas mais fortemente na esfera doméstica emergem como desprivilegiadas e desprestigiadas, em relação ao outro polo da dualidade.

A ideologia individualista-igualitária, porém, organiza de outro modo o espaço

doméstico e a hierarquia entre os membros da família. São características do ideário modernizante que, por um lado, as mulheres ocupam postos de trabalho na esfera pública e, por outro, que os homens compartilhem com as mulheres a realização das tarefas domésticas e de cuidados com os filhos (QUADROS, 2006, p. 66). A participação ativa do homem *dentro* do espaço privado é indicada como “nova paternidade” (QUADROS, 2006, p. 74).

A participação masculina na vida reprodutiva passa a ser reivindicada / estimulada diante da ideia de ausência do homem na esfera familiar. Esta ausência é entendida como forma de poder, minando a liberdade e autonomia femininas, pois do ponto de vista feminista, as mulheres são sobrecarregadas com os cuidados e responsabilidades da vida reprodutiva, significando uma modalidade de controle do corpo feminino.

(QUADROS, 2006, p. 66)

Esta nova modalidade de interação entre homem e mulher, pai e mãe, no espaço doméstico se dá em meio a uma indeterminação cultural na qual o homem está privado de modelos de conduta, uma vez que necessita afastar-se do modo tradicional de vivência de paternidade, identificado com a autoridade e o disciplinamento e marcado pelo distanciamento afetivo em relação à casa e aos/as filhos/as (QUADROS, 1996, p. 73). Em relação às vivências do período da gravidez das parceiras, o princípio individualista-igualitário rege as dinâmicas do “casal grávido” (SALÉM, 1989) e, neste caso, a participação de outros atores da rede em que o casal é inserido, principalmente profissionais de saúde e corpo e outros casais que compartilham a mesma ideologia (1989, p. 1), fornece um contexto no qual os homens que vivenciam essa experiência podem situar suas práticas.

Quando falamos de ideologia moderna ou individualista-igualitária, estamos falando de um dos polos de uma dualidade. Esse ideário é construído em contraposição à lógica tradicional ou hierárquica (SALEM, 1986). Dentro do espaço doméstico, essas ideologias não deixam de coexistir, embora seja possível perceber a hegemonia de uma ou de outra forma, conforme as práticas e relações estabelecidas nesta esfera (QUADROS, 1996; 2006; SALEM, 1986). A seguir, será explorada mais detidamente a relação entre conjugalidade e divisão sexual do trabalho nas sociedades contemporâneas e, por fim, situaremos a especificidade do objeto de pesquisa desta dissertação em meio às considerações apresentadas.

### **Conjugalidade e divisão sexual do trabalho nas famílias: algumas histórias das estruturas familiares nas sociedades ocidentais**

As características distintivas da família conjugal foram organizadas por Lévi-Strauss em “um modelo reduzido de algumas propriedades invariantes” (LÉVI-STRAUSS, s.d., p.

75). Este modelo não tem a pretensão de esgotar as modalidades de arranjos familiares encontrados nos diversos grupos humanos, nem sua configuração corresponde a uma necessidade universal (s.d., p. 75). Trata-se da formulação de uma célula familiar recorrentemente encontrada, discernida em meio ao imenso volume de informações disponíveis acerca da organização social nos grupos humanos, cuja ausência somente é assinalada, geralmente, em sociedades altamente especializadas e complexas. Eis o modelo:

- 1) A família tem a sua origem no casamento;
  - 2) Ela inclui o marido, a mulher, os filhos nascidos da sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes se podem, eventualmente, agregar;
  - 3) Os membros da família estão unidos entre si por:
    - a) Laços jurídicos;
    - b) Direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa, ou outra;
    - c) Uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito, o medo, etc.
- (LÉVI-STRAUSS, s.d., pp. 75-76)

O casamento, seja monogâmico ou poligâmico (em suas variações de poliginia e/ou poliandria), distingue-se de outras uniões, concomitantes numa mesma sociedade, por ser um laço entre homem e mulher legitimado tanto socialmente quanto legalmente (s.d., p. 78). Predomina, entre as várias sociedades, a monogamia, estando a poligamia condicionada a certas intervenções culturais e econômicas (ver LÉVI-STRAUSS, s.d., pp. 76-77). Nas sociedades modernas<sup>2</sup>, o arranjo conjugal monogâmico assume caráter oficial (s.d., p. 77) e, em decorrência da forte assimilação da moral cristã, torna-se a única instância legítima para a fruição das atividades sexuais (s.d., p. 84). A integração familiar recebe sua legitimidade por via do casamento, única condição sob a qual o homem pode ser pai: à função biológica da relação sexual, o casamento faz corresponder a função simbólica da criação divina, de modo que “o pai é visto como a encarnação terrestre de um poder espiritual que transcende a carne” (ROUDINESCO, 2003). O pai, dentro do casamento, pode então transmitir aos seus, por meio do sangue (sêmen) e do nome, semelhança e identidade<sup>3</sup>.

Segundo Lévi-Strauss, o reconhecimento legal das famílias conjugais nas sociedades modernas se deu após um complexo processo de evolução histórica, pela dissolução das formações familiares extensas nas quais a parentela ficava agregada em torno do ascendente mais velho ainda vivo, ou dos filhos deste quando falecido. Essa figura central concentrava

---

2 Lévi-Strauss ilustra suas colocações com práticas características de diversos grupos sociais, como os Toda, os Nayar, os Nambikwara, os Bororo, dentre outros, sempre mostrando o “transbordamento” da realidade em relação ao modelo. Em razão do recorte da nossa pesquisa, indicaremos somente as características atribuídas pelo autor às sociedades designadas modernas, considerando também a irredutibilidade destas ao modelo proposto – em respeito à observação, feita pelo próprio Lévi-Strauss, de que o problema família não deve ser abordado com dogmatismos (LÉVI-STRAUSS, s.d., 75).

3 Em Roudinesco (2003), esta modalidade de família não encontra-se sob a forma moderna, mas tradicional, marcado uma etapa do processo de transformação da família no ocidente, que abordaremos adiante.

em seu poder os direitos sobre a terra e seus usos, bem como a autoridade sobre toda a parentela (LÉVI-STRAUSS, s.d., pp. 82-83). A descrição da família extensa assemelha-se à que Rubin faz do patriarcado. Esta autora indica que o termo refere-se a uma forma de dominação masculina bastante específica, oriunda do Velho Testamento, cuja figura central, o patriarca, é personificada por Abrão: “um homem velho, cujo poder absoluto sobre esposas, crianças, rebanhos e dependentes era um dos aspectos da instituição da paternidade, tal como definida pelo grupo no qual ele vivia” (RUBIN, 1993, p. 6).

Scott, por sua vez, indica a ideia de *Patria potestas*, da civilização romana, como referência histórica para o patriarcalismo (SCOTT, 2011, p. 95), sendo este “um termo único que sintetiza a articulação entre três hierarquias diferentes de poder: Gênero, geração e classe. É o retrato da desigualdade” (SCOTT, 2011, p. 96). Nesse sistema, convenções sociais que afirmem a apropriação masculina da fertilidade feminina são realizações fundamentais para que a paternidade esteja garantida (2011, p. 97). A paternidade, no direito romano, se dá pelo gesto ou pela palavra do pai, que designa uma criança como sua, ou seja, por um lado, a filiação biológica não é legítima se não for confirmada pela palavra e, por outro, a palavra pode vincular pai e filho mesmo que não haja entre eles ligação biológica (ROUDINESCO, 2003).

O sistema patriarcal de família é situado por Roudinesco como ponto de partida para uma história da evolução da família no ocidente, tal como sugerida por Lévi-Strauss. O início do processo de transformação desse primeiro sistema, chamado *tradicional*, está indicado no século XVI e a culminância do processo acontece no século XVIII, com a instituição da família conjugal nuclear, nomeada *moderna* (ROUDINESCO, 2003). Nessa linha temporal, um terceiro sistema, ou modalidade, sucede a família moderna – Roudinesco o nomeia *pós-moderno*. Cada modalidade de família possui características próprias de relacionamento entre os membros, às quais correspondem modos específicos de distribuição de autoridade e de fundamentação para as uniões:

Podemos distinguir três grandes períodos na evolução da família. Numa primeira fase, a família dita 'tradicional' serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são então arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta. Nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino. Numa segunda fase, a família dita 'moderna' torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento. Mas valoriza também a divisão do trabalho entre os esposos, fazendo ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação sua nação é encarregada de assegurar. A atribuição da autoridade torna-se então motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro. Finalmente, a partir dos anos 1960,

impõe-se a família dita 'contemporânea' – ou 'pós-moderna' –, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade vai se tornando então cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam.

(ROUDINESCO, 2003)

Encontramos também em Singly uma historização das manifestações de família no ocidente. A linha do tempo deste autor parte do século XIX e estabelece um ponto de transformação nos anos 1960, de modo que os dois períodos por ele indicados correspondem às modalidades nomeadas por Roudinesco como “moderna” e “pós-moderna”. Singly, seguindo Giddens, dá outros nomes às modalidades prevalentes nesses períodos: famílias “moderna 1” ou “da primeira modernidade” e “moderna 2” ou “da segunda modernidade”, sendo a passagem de uma à outra marcada pelo deslocamento do foco do grupo familiar, ligado pelo casamento, para os indivíduos membros desse grupo, de modo que na família “moderna 2” o valor preponderante não é a instituição do casamento, mas a satisfação das necessidades individuais pelas relações entabuladas dentro do grupo familiar (SINGLY, 2007, pp. 130-131).

A análise de Rubin, que teve como material estudos que trataram das características de implantação do sistema capitalista, por sua vez, aponta para permanências da estrutura patriarcal na organização das relações entre homens e mulheres, sob a forma de um sistema de sexo/gênero específico. O sistema de sexo/gênero é definido por Rubin como “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humanas é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional, pouco importando quão bizarras algumas dessas convenções podem parecer” (RUBIN, 1993, p. 5), ou seja, uma economia política do sexo. O termo *sistema de sexo/gênero* é neutro (1993, p. 6) porém, ao operar com a herança patriarcal de domesticidade feminina na organização das relações re/produtivas do sistema capitalista, seus efeitos tornam-se opressivos para todos os indivíduos<sup>4</sup> (1993, p. 48), sobretudo para as mulheres (1993, p. 12) pois o trabalho doméstico,

---

4 Opressivo porque opera a partir da divisão sexual do trabalho, como proposta por Lévi-Strauss (s.d.), que, por sua vez, é dependente de uma separação prévia entre indivíduos masculinos e femininos. A instituição da divisão sexual do trabalho se dá pelo tabu que proíbe o homens de realizarem atividades socialmente atribuídas às mulheres e vice-versa, de modo que só através do casamento heterossexual as necessidades econômicas podem ser plenamente realizadas (RUBIN, 1993, p. 11). Sendo os indivíduos humanos bastante assemelhados entre si, enquanto machos e fêmeas, ou “do ponto de vista da natureza” (1993, p. 11), a marcação sexual precisa resultar na acentuação de certas diferenças e na opressão das semelhanças, de modo que após marcados, os indivíduos macho/fêmea tornem-se tanto complementares quanto mutuamente excludentes. A essa exacerbação de diferenças, que opera para separar completa e indissolúvelmente homens e mulheres, Rubin chama *gênero*, definido como “uma divisão sexual imposta socialmente” (1993, p. 11). A marcação sexual que separa homens e mulheres não é simétrica, uma vez que está fundada na circulação de mulheres decorrente da regra de exogamia que advém da instituição do tabu do incesto que funda o sistema de parentesco e a interdependência entre os grupos familiares. No sistema de casamentos exogâmicos, as

que garante a reprodução da força de trabalho, é invisível para o sistema econômico - este captura apenas as relações de produção que operam transformando objetos do mundo natural em objetos de consumo, sem observar o trabalho adicional que é aplicado a esses bens na esfera doméstica (1993, p. 4). A esposa é compreendida como parte das necessidades do trabalhador (1993, p. 5), e o trabalho doméstico por ela realizado não é remunerado, sendo absorvido pelo capitalista como pura mais-valia (1993, pp. 3-4).

No que parece uma crítica à generalização do uso de um conceito que, sendo local, se pretende universal, Strathern (2006, p. 154) elabora que a noção de *sociedade* (uma noção que, não sendo única, é hegemônica), mobilizada - ou projetada - pela *sociedade* (aqui, a mesma noção) europeia-ocidental, capta a socialidade acontecendo *em* sistemas dinâmicos *nos quais* indivíduos sexuados interagem em eventos que se apresentam como de integração ou de competição. Estes indivíduos seriam anteriores ao sistema, constituindo matérias biológicas pré-sociais, assim como o seria a distinção sexual primordial que os divide em machos e fêmeas (desde sempre: macho *ou* fêmea). Por sua vez, sobre as tais matérias biológicas pré-sociais sexualmente diferenciadas, a poderosa máquina social opera com seus mecanismos de “socialização” e “subordinação”, imprimindo nas "formas naturais" símbolos e categorias que são próprios ao sistema e que implicam, de saída, desequilíbrios entre dualidades polarizadas (indivíduo / sociedade; homem / mulher), cujos efeitos são especuláveis. Esses efeitos tornam-se, efetivamente, objetos de especulação, num movimento em que, a *sociedade ocidental*, ao olhar para *outras sociedades*, enxerga um reflexo de si mesma ou, em outra metáfora, decalca no *campo*, tal como numa superfície, suas próprias imagens.

Strathern parece propor, através do contraste entre concepções ocidentais e melanésias (Ver STRATHERN, 2006; 1995), que a fórmula que engaja em relações *sociais* ou *naturais* *indivíduos* sexualmente marcados como *macho* ou *fêmea*, num meio que, sendo externo a eles, os reprime de modo a condicioná-los, é uma construção que fala das sociedades

---

mulheres são como *presentes* que os homens de grupos familiares diferentes transacionam, como forma de estabelecer alianças entre eles. “Se as mulheres são os objetos de transação, são os homens então que, ao dá-las e recebê-las, estão ligados, tornando-se a mulher um condutor da relação ao invés de um parceiro nela” (1993, p. 9). A leitura de Rubin coloca em paralelo as elaborações de Freud e Lévi-Strauss. Não trataremos dos mecanismos psicanalíticos que operam as relações de gênero (1993, pp. 13-20), mas o resultado do emparelhamento é apresentado da seguinte maneira: “A precisão com a qual Freud e Lévi-Strauss se combinam é tocante. Os sistemas de parentesco requerem uma divisão dos sexos. A fase edípica divide os sexos. Os sistemas de parentesco incluem conjuntos de regras governando a sexualidade. A crise edípica é a assimilação dessas e tabus. A heterossexualidade obrigatória é o produto do parentesco. A fase edípica constitui o desejo heterossexual. O parentesco baseia-se numa diferença radical entre os direitos dos homens e das mulheres. O complexo edípico confere direitos masculinos ao menino, e obriga a menina a contentar-se com seus direitos diminuídos” (1993, p. 20).

ocidentais e não se prestaria, necessariamente, à leitura de grupos que operam outros elementos segundo outras interações, obtendo outros efeitos. A lógica que organiza a interpretação ocidental da reprodução segue o modelo característico da produção industrial, que *nos* é particular:

(...) a mãe produz bebês da mesma forma que uma trabalhadora faz um produto (...). Apesar do concurso da tecnologia, por assim dizer, que o possibilita, a trabalhadora combina seu trabalho com objetos naturais com vistas a criar uma coisa, atividade que é potencialmente auto-expressiva, mas cuja corporificação é, então, extraída ('alienada') dela. (...) a criança produzida pela mãe deve ser separada dela, socializada e remodelada para ingressar no mundo como uma entidade com seu próprio valor. As pessoas 'se descobrem'.

(STRATHERN, 2006, pp. 453-454)

O outro – o indivíduo adulto cujo sexo é masculino – está ali, no “concurso da tecnologia” que engrena o trabalho do indivíduo adulto cujo sexo é feminino. É no intercurso sexual heterossexual fecundo - neste sistema, tornado dispositivo tecnológico<sup>5</sup> - que o corpo marcado como masculino, o homem, “trabalha” no processo de reprodução (MACHADO, 2010, p. 158); daí em diante, é trabalho do corpo feminino produzir aquele que será um outro indivíduo. A atividade criativa da mulher teria caráter “natural”, pois o processo reprodutivo é *biologicamente* determinado: “O crescimento e eventual aparecimento do filho são encarados como uma questão de processo biológico que segue seu próprio caminho” (STRATHERN, 1995, p. 327). A mulher fornece a matéria-prima básica para fazer o bebê que, a partir do nascimento e ao longo dos primeiros estágios de vida, vai se diferenciando da matéria da mãe (STRATHERN, 2006, pp. 454-455). A mulher que dá à luz um/a filho/a e o/a alimenta em seu próprio corpo torna, segundo as práticas de conhecimento do ocidente, “visível” a sua

---

5 E, neste sistema, o intercurso sexual heterossexual fecundo trata-se de um dispositivo tecnológico *dentre outros*, como parece indicar a hesitação de Strathern. Vem sendo assinalado, nas análises que abordam as Novas Tecnologias Reprodutivas (NTR), um “deslocamento do ato reprodutivo da esfera privada para um contexto de laboratório” (NOVAES e SALÉM, 1995, p. 69). “A biotecnologia é um campo tão fascinante porque reúne os dois âmbitos que a cosmologia ocidental moderna dissociou pelo menos desde Descartes: o da natureza e o da cultura” (STOLCKE, 2007, p. 121). Os dispositivos, desenvolvidos pela medicina de reprodução humana, empregados pelas NTR, sendo os mais conhecidos a inseminação artificial e a fertilização *in vitro* (LUNA, 2005, p. 396), aloca a fecundação no espaço do laboratório e da clínica, mobilizando uma rede de atores que passa a fazer parte da etapa do processo reprodutivo antes reservada à ação da “natureza”, na qual o “social” não podia intervir senão pela interdição de certos acontecimentos: a proibição do incesto, movimento que, segundo Lévi-Strauss (1982), é ao mesmo tempo fundamento e condição de existência das ações *propriamente humanas* (1982, pp. 70, 72). As NTR desestabilizariam a *noção ocidental* de sistema de parentesco pois complexificam a rede de atores na qual acontece o ato da fecundação, entre “novos” e “antigos” procedimentos e participantes, hierarquias precisam ser estabelecidas e autoridades, negociadas (NOVAES e SALÉM, 1995, p. 71). O corpo da mulher, pela doação de gametas e/ou pelo trabalho de gestação, permanece profundamente relacionado ao processo de reprodução pois, embora os óvulos possam ser manipulados e fecundados externamente, não existem (ainda) recursos gestacionais alternativos ao corpo grávido, tais como o bocal imaginado por Huxley (1979, pp. 9-17). Existe, porém, no campo de conjecturas disposto pelo desenvolvimento da técnica de clonagem, certos desdobramentos que abririam a possibilidade de se “fazer crianças” sem utilizar o gameta masculino (NODÉ-LANGLOIS; VIGY, 1987 apud STOLCKE, 2007, p. 121), tal qual a ovelha clônica Dolly, que tem “três 'mães', mas nenhum 'pai'” (2007, p. 123).

maternidade. Tal elaboração pode ser colocada em paralelo com a de Machado, que localiza no discurso das ciências biológicas uma atribuição da “origem” da vida à natureza e da realidade de vida à corporalidade visível (MACHADO, 2010, p. 140).

Esse caráter “evidente” da maternidade, por sua vez, torna “natural” a vinculação o/a filho/a à mãe (STRATHERN, 2006, p. 456): “A relação maternal é um fato biológico patente<sup>6</sup>, de modo que a socialização deve ser algo subsequente a ele” (2006, p. 456). A socialização tem como objetivo último a inserção do adulto na esfera pública onde as atividades criativas processadas pela indústria e pela cultura dirigem-se à subordinação da natureza (2006, p. 454-455). A inserção no mundo público acontece pelo rompimento com o vínculo doméstico, superados os vários estágios de condicionamento social que tornam a pessoa um agente autônomo (2006, p. 454). Neste contexto, a esfera doméstica se apresenta como local onde a mulher se encontra, mediante opressão, confinada:

Tais noções são ademais concebidas no interior de uma formação político-econômica que atribui autonomia ao local de trabalho, a uma esfera pública distante do lar infantilizador. Em casa, aquele que não ganha um salário depende do que o ganha, mesmo porque a subsistência da família como um todo depende de instituições externas a ela. Para ser adulto, é preciso romper com o círculo doméstico.

(STRATHERN, 2006, p. 147)

A maternidade é, na lógica desse sistema, inescapável. Machado (2010) indica uma construção que seria a “lei do intercuro sexual” (2010, p. 136), um *mito fundador* no qual se baseiam os discursos conservadores posicionados contra o direito de escolha feminino em relação ao aborto, que imprime ao intercuro sexual fecundo o poder criador da natureza (2010, p. 158). Esta concepção, Machado atribui à incorporação de valores cristãos pela sociedade ocidental em seu processo de secularização, segundo os quais o filho deve ser recebido pela mulher como uma dádiva, tal como mostra o exemplo de Maria - respeitada a diferença de que a dádiva, no caso das mulheres “comuns”, é recebida através do ato sexual (2010, p. 162). Este mito fundador garante o lugar do pai na procriação de modo sacralizado e, ao mesmo tempo, associado à natureza, pois acontece no ato sexual fecundador que cria o

---

6 Uma postagem no Blog Maternar, da Folha de São Paulo, abordou os impasses que alguns pais e mães enfrentaram para efetuar no cartório o registro de suas crianças nascidas em casa. Diz a matéria: “Cartórios de São Paulo têm pedido exames de pré-natal, fotos ou até vídeo do parto para as mulheres que tiveram seus filhos em casa. (...) Pela lei, os pais de bebês nascidos em casa devem apresentar os mesmos documentos dos nascidos em hospitais, como o DNV (Declaração de Nascido Vivo), que é emitido por médicos, obstetras e enfermeiras obstetras, e os documentos dos pais. A recomendação é também levar duas testemunhas que comprovem o nascimento daquela criança.” (BALOGH, 2014). O DNV é emitido, na esmagadora maioria dos casos, por instituições hospitalares, uma vez que, no Brasil, o hospital é o ambiente em que os partos costumemente acontecem (cf, RENASCIMENTO, 2013). A maternidade, nesses impasses, “mostra” seu caráter de evidência, pois sua legitimidade se dá pela confirmação da instituição hospitalar onde foi *assistido* o parto, ou, em outros casos, de duas *testemunhas* que devem confirmar que o parto, de fato, aconteceu naquele corpo que reclama a maternidade.

filho e faz da mulher, mãe (2010, *passim*).

De um modo divino ou do modo natural divinizado ou não, na cultura ocidental individualista não se crê que somos criados em relacionamentos, mas sim que temos que construir relacionamentos; eles não estão dados. Torna-se necessário criar relacionamentos para esse filho. E essa tarefa, é tarefa do gênero feminino. Ao homem, pode escolher: ser ou não pai.

(MACHADO, 2010, p. 137)

Parece possível associarmos a esta ideia de evidência e concretude da maternidade, a elaboração de Laqueur (1992): nas sociedades ocidentais, a paternidade é compreendida como “*idea*”, enquanto a maternidade é apreendida segundo outra concepção ontológica, a do “*hecho*”. Tomadas segundo o corte que, no pensamento ocidental, separa e hierarquiza “*idea*” acima de “*hecho*”, as concepções de paternidade e maternidade seguem a lógica que sustenta e fundamenta o patriarcalismo (1992, p. 122). Para este autor, paternidade e maternidade deveriam ser pensadas segundo o “capital emocional” mobilizado por essas relações (1992, p. 141). Esta mobilização se dá através do envolvimento corporal com a paternidade - desloca-se o papel do homem nas atividades do processo reprodutivo ao atribuir, também, ao pai a tarefa de criar conexões apropriativas em relação ao feto:

El 'hecho' de la maternidad es precisamente el trabajo psíquico que hay que realizar para hacer estas conexiones, para apropiarse del feto y luego de la criatura dentro de la economía moral y emocional de la madre. El 'hecho' de la paternidad es de un orden semejante. Si una teoría del valor e del trabajo otorga a los progenitores derechos sobre la criatura, esse trabajo se hace com el corazón, no com la mano. (El corazón, por supuesto, hace su trabajo a través de la mano; sentimos com el cuerpo. Voy a abandonar este punto em su desnudez polémica).

(LAQUEUR, 1992, p. 130)

Fonseca (2011), estudando a aplicação dos testes de DNA para prova de paternidade em mediações jurídicas de conflitos familiares, reconhece o poder que o resultado do teste tem de impor soluções: “o que parece um simples procedimento administrativo é vivido pelas pessoas como algo capaz de provocar reviravoltas não somente no *status* social de pai declarado, mas também nas próprias relações afetivas” (2011, p. 17), isto porque o parentesco, também sob a forma “genetizada”, mobiliza a constelação de afetos dos indivíduos, operando rearranjos nessas composições (2011, p. 15). O recurso ao exame de DNA para a confirmação de laços biológicos entre indivíduos é uma característica marcante do *processo de genetização do parentesco* (LUNA, 2005, p. 398), no qual o parentesco é afirmado como laço *evidente* entre duas pessoas singulares, sendo esse laço um relacionamento componente das pessoas individuais: “no caso de laços de sangue, os relacionamentos são evidentes como laços entre pessoas específicas; além disso, esses relacionamentos contribuem com os componentes da constelação de características que constitui a pessoa individual” (LUNA, 2005, p. 398).

A popularização do DNA promove, nas palavras de Machado, um encantamento da

natureza, uma vez que esta descoberta atribui à corporeidade um elemento que, não sendo captável por nossos olhos, assume caráter de *mistério*, cuja existência é *garantida* pelo DNA (2010, p. 140). Este mistério carrega, em sua materialidade invisível, a própria ideia de singularidade individual, antes atribuída a alma.

A tradicional divisão da natureza e da cultura já se tornou banal. Agora, o DNA biológico, invisível e certo, pode se simbiotizar, tornar-se uno: ao mesmo tempo encantado e misterioso porque não visível. A primeira célula viva já é capaz de se reproduzir, já representa o corpo e a alma da criança que ainda não é, que pode vir a ser, e que, de fato, pode vir a não ser. Ou seja jamais vir a ser o que se diz que poderia vir a ser. O 'vir a ser imaginário' torna-se mais importante do que o ser e do que o vir a ser.

(MACHADO, 2010, p. 141).

### **As vivências de paternidade sem conjugalidade, em contexto**

O objeto desse estudo, paternidade sem conjugalidade em famílias de camadas médias, coloca-nos diante do desafio de pensar as experiências de paternidade que se desenrolam em um contexto diferente daquele organizado pelo padrão hegemônico de atribuição de tarefas nas sociedades ocidentais. Parece necessário pensar a experiência de homens – seres humanos marcados por sexo e gênero, em interação com outros seres humanos também marcados, em meio a um sistema social que também atribui gênero aos espaços da vida cotidiana e ao trabalho, e o faz de modo profundamente hierarquizante – para analisar alguns mecanismos de poder que atribuem dominação a uns e subordinação a outros, com evidente desvantagem para as mulheres, visando pensar a possibilidade de uma distribuição mais equilibrada das vivências de trabalho e de afeto que compõem o universo familiar.

A dissertação está composta de três capítulos. No primeiro capítulo estão mapeados os caminhos metodológicos seguidos para a coleta das informações sociodemográficas e narrativas: a formulação dos instrumentos utilizados na pesquisa em campo, os procedimentos adotados nas abordagens aos colaboradores, as dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa, o modo como as informações trazidas do campo estão dispostas no corpo da dissertação e as ferramentas aplicadas à análise dessas informações. O primeiro capítulo é encerrado com a apresentação dos colaboradores em perfis construídos com as informações coletadas na aplicação do formulário sociodemográfico.

O segundo capítulo é composto pelas análises das narrativas dos pais no período da gravidez da parceira, desde o anúncio e durante o desenvolvimento da gestação, até o nascimento da criança. O capítulo é iniciado com a apresentação de um quadro onde as trajetórias de paternidade dos colaboradores está disposta na forma de narrativas, construídas

por mim com o material das entrevistas. Esse quadro tem como finalidade situar o/a leitor/a no contexto específico de cada experiência de paternidade, sendo complementar aos perfis disponibilizados no capítulo anterior.

O terceiro capítulo apresenta as análises das narrativas que trataram das experiências dos pais após o nascimento de seus/suas filhos/as. Essas análises têm como objeto as vivências dos colaboradores no período de amamentação, abarcando os cuidados com bebês e o desenvolvimento do vínculo com o/a filho/a já fora do corpo da mãe, ao qual permanece ligado pelo aleitamento materno. Das experiências que se desenrolaram no período posterior à amamentação, foi analisada a convivência entre pais e filhos/as sem a presença das mães das crianças, enfocando negociações entre os pais e as mães acerca da distribuição da autoridade sobre a criança.

As considerações finais apresentam os principais temas e noções tratados em cada ponto das análises, elencando os elementos que se mostraram mais relevantes em cada ponto. Esse mapeamento apresenta o objeto da pesquisa contextualizado com os assuntos de interesse da antropologia de família, conjugalidade e camadas médias, bem como indica a relevância da pesquisa dentro deste corpo de textos.

## CAPÍTULO 1

### METODOLOGIA

A pesquisa apresentada nesta dissertação trata-se de estudo qualitativo de caráter exploratório, cujo principal objetivo é conhecer, compreender e analisar experiências de paternidade. Tendo como norte estudos sobre família e parentesco elaborados no campo de saber da Antropologia, o interesse da pesquisa dirige-se a vivências nas quais a relação entre o pai e seu/sua filho/a se desenvolve sem que, pelo menos desde a notícia da gravidez, haja coabitação conjugal com a mãe da criança. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, no mês de junho de 2013 e recebeu parecer positivo em agosto do mesmo ano (anexo 1).

Constituem materiais para a realização deste estudo os dados sociodemográficos e as narrativas de quatro homens que têm em comum, além da vivência de paternidade congruente com o interesse da pesquisa, a pertença às camadas de renda média e a residência na Região Metropolitana do Recife. Os homens que participaram como informantes<sup>7</sup> – denominados *colaboradores* – foram abordados individualmente, em dois momentos. Cada momento consistiu na aplicação de um instrumento de pesquisa, resultando na coleta de duas séries de informações com qualidades diferentes: pontuais e narrativas.

Os colaboradores foram indagados sobre práticas e expectativas envolvidas na experiência da paternidade, sobre o histórico de convivência com o/a filho/a e percepções desenvolvidas acerca das relações parentais vividas. Para que a coleta de informações abarcasse aspectos que constituem ramificações importantes do tema central da pesquisa, considerando a complexidade retratada em pesquisas antropológicas que tiveram por objeto a família no Brasil, os pais foram ouvidos sobre a relação com a mãe da criança, o cotidiano e as características da família de origem, experiências com trabalho doméstico e cuidados de crianças.

Embora não fossem requisitadas outras vivências além da paternidade fora de uma relação conjugal com a mãe da criança, o modo como foram recrutados os colaboradores (descrito no tópico *Características dos colaboradores*) acabou por efetuar um corte que precisa ser salientado: os pais que contribuíram com a pesquisa, assim como as mães de suas crianças, pertenciam, no período em que ocorreram as abordagens, às camadas médias

---

7 Considera-se aqui a distinção entre *ator* e *informante* decorrente da distinção entre técnicas de pesquisa que empregam a observação do comportamento, compreendendo os sujeitos da investigação como atores sociais, e técnicas de pesquisa que empregam a análise de representações, nas quais os sujeitos são tomados como informantes (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 9).

urbanas. Essa característica tem implicações que foram problematizadas em alguns pontos dos capítulos de análise.

São fundamentais para a análise do material resultante da pesquisa em campo as reflexões e elaborações captadas em trabalhos antropológicos que tiveram como objeto de investigação a família nas sociedades moderno-contemporâneas<sup>8</sup>, cujas características as famílias brasileiras compartilham. Na família ocidental moderna, os referenciais para vivência da paternidade estão fortemente atrelados aos da relação conjugal. Uma possível caracterização desse modelo familiar está especificada abaixo:

um grupo composto de marido, mulher e filhos. A relação conjugal é o elo mais forte, mais importante do que os laços de amor fraterno. O papel do pai, via de regra, identifica-se com o do pai biológico. O controle da sexualidade feminina se apoia na necessidade de determinar e garantir a paternidade biológica.

(DURHAM, 1983 apud QUADROS, 2006, p. 64, nota 9)

O interesse em agrupar alguns traços provenientes dos resultados de diversos estudos é esboçar um panorama antropológico sobre a família e o parentesco, especialmente no Brasil, no qual estarão fundamentadas as análises das experiências e interpretações relatadas pelos colaboradores. No intuito de melhor situar essas experiências, enfatizando o caráter cultural de alguns elementos presentes nas narrativas dos pais, foram empregados resultados de pesquisas antropológicas que exploraram o tema da *paternidade* no Brasil, mesmo que este não tenha sido o interesse central das pesquisas. Os resultados fornecem elementos para a compreensão das dinâmicas reprodutivas – humana e social – no contexto brasileiro, indicando atribuições de papéis, demandas e expectativas sociais, distribuídas segundo o gênero. Além dos estudos sobre famílias de camadas médias e populares, referências trazidas de pesquisas que enfocaram e problematizaram as representações de família e parentesco circulantes na área jurídica e na biomedicina, captadas pelo olhar antropológico, também foram importantes para o diálogo.

Explorar casos em que a paternidade está sendo vivida, desde o início da gestação, fora de um vínculo conjugal entre pai e mãe da criança, pode iluminar novas questões sobre a paternidade. A especificidade do recorte, que marca o ineditismo da pesquisa, acarretou dificuldade para localizar homens vivendo a paternidade nesses termos que, é possível considerar, caracterizam situações fora do padrão. A disponibilidade para participar das duas etapas do processo de pesquisa em campo somente foi acenada por quatro pais.

---

8 A denominação *sociedades moderno-contemporâneas* segue a definição de Velho (2011) e abarca as sociedades complexas “desde o final da Idade Média e renascimento até o tempo presente” (p. 164). Por sua vez, as características que constituem a complexidade de uma sociedade são indicadas, pelo mesmo autor, como sendo “uma combinação de dimensão, presença de Estado, heterogeneidade sociocultural e diferenciação social marcante” (p. 164).

## **Coleta de informações**

Foram empregados dois instrumentos para coleta de informações junto aos colaboradores. No primeiro momento da pesquisa, os pais responderam a um formulário sociodemográfico (apêndice 1); no segundo momento, concederam entrevista orientada por roteiro (apêndice 2). Foram impressas 1 (uma) cópia do formulário sociodemográfico e 1 (uma) cópia do roteiro de entrevista para aplicação com cada um dos pais, compondo parte do arquivo material resultante da pesquisa em campo.

Todos os procedimentos foram individuais e presenciais e tiveram o áudio registrado em gravação. Os registros de áudio foram integralmente transcritos e, nesse processo, os nomes dos participantes e de todas as pessoas por eles mencionadas foram substituídos por códigos. As cópias, tanto da transcrição quanto dos registros de áudio, estão armazenadas em CDs que serão substituídos a cada 5 (cinco) anos para evitar perda do material pela deterioração do suporte. Após a substituição, os CDs anteriores serão destruídos.

Os arquivos material e digital, contendo as cópias em papel dos formulários sociodemográficos e roteiros de entrevista, os CDs contendo as gravações de áudio, as transcrições e a tabela de correspondência entre nomes e códigos ficarão guardados em meu poder durante 15 (quinze) anos, para eventuais consultas que se façam necessárias.

### Primeiro momento: formulário sociodemográfico

O formulário sociodemográfico foi planejado com o objetivo de conhecer algumas características pessoais e profissionais do colaborador, tais como identificação étnica e religiosa, nível de formação e trajetória escolar, arranjo de moradia, situação de trabalho e renda. Esse instrumento serviu também para coletar informações sobre a família de origem do colaborador, abordando a convivência com pais, irmãos, empregados/as domésticos/as, adultos/as responsáveis pelos cuidados com as crianças e pelas atividades domésticas, bem como características de trabalho e formação educacional dos pais e dos/as outros/as responsáveis porventura mencionados. Foram contempladas pelo formulário as características de educação, trabalho, renda e arranjo de moradia da mãe do/a filho/a do colaborador; a situação de convivência do colaborador com seu/sua filho/a; as mudanças que gravidez trouxe para a sua relação com a mãe da criança, bem como a existência de outras experiências de paternidade do colaborador.

A opção pelo formulário como instrumento para a recolha inicial de informações se justifica pela objetividade que caracteriza a aplicação, servindo para mapear diversos aspectos da vida do colaborador sem, no entanto, aprofundar a interpretação das informações. O formato de perguntas e respostas diretas e objetivas contribuiu para situar os pais em relação aos interesses da pesquisa sem que fosse requerido pormenorizarem aspectos das suas experiências no primeiro contato comigo, a pesquisadora – ou com a antiga conhecida, agora em situação de pesquisadora.

Na ocasião do preenchimento do formulário, a pergunta que tratava das alterações na relação com a mãe da sua criança, provocadas ou intensificadas pela gravidez, foi, notadamente, a que gerou maior inquietação nos pais – dois deles mostraram alguma ansiedade para formular respostas mais elaboradas, perguntando se deveriam narrar em detalhes toda a história da relação. Nesses dois casos, os colaboradores foram orientados a destacar de modo pontual as mudanças percebidas, pois a qualidade da relação, tanto antes quanto depois da chegada da criança, seria explorada no segundo momento, caso aceitassem dar continuidade à participação. Tal posicionamento teve uma motivação maior: fazer com que a narração de situações de conflito se desenrolassem numa segunda ocasião, quando a pesquisadora não fosse mais uma completa estranha ao colaborador, alguém que ele acabara de conhecer. A expectativa que norteou a elaboração dos dois instrumentos de pesquisa era que, no segundo momento, já houvesse alguma familiaridade estabelecida entre colaborador e pesquisadora, de modo que temas mobilizadores de emoções fossem abordados em situação mais confortável para ambos, facilitando a fluidez e o aprofundamento dos relatos. Essa orientação foi fornecida, também, para que o ritmo de aplicação do formulário não fosse quebrado, para que a duração do procedimento, previamente informada, não fosse ultrapassada e para que, na ocasião da entrevista, não houvesse a necessidade de, aparentemente, repetir perguntas abrindo possibilidade para negativas ou reduções de respostas, motivadas pela reiteração do tema.

### Segundo momento: entrevista

O segundo momento de abordagem aos colaboradores tinha como objetivo aprofundar alguns temas apresentados na ocasião do preenchimento do formulário sociodemográfico, através de questionamentos que proporcionassem ao pai a oportunidade de detalhar e aprofundar a formulação das suas experiências. As características do tipo de resposta que se esperava obter nesse momento da pesquisa eram a forma narrativa e o conteúdo interpretativo.

Para que a entrevista fluísse com mais naturalidade e as narrativas apresentassem maior vividez e riqueza de detalhes, o passo anterior (aplicação do formulário) e os contatos por e-mail e telefone haviam estabelecido alguma familiaridade entre colaborador e pesquisadora, bem como estava o colaborador familiarizado com o tema, o contexto e o andamento da pesquisa.

A entrevista foi semiestruturada e o roteiro estimulava o colaborador a expor sua experiência de paternidade, de modo que fossem contemplados temas como a trajetória de assunção da paternidade e colaboração com a parceira desde o anúncio da gravidez, passando pelo período gestacional, o parto e a amamentação; o emprego do tempo de licença paternidade; o arranjo de convivência do pai com o/a filho/a; a qualidade das relações do pai com a mãe e a criança; projetos e expectativas do colaborador em relação à paternidade antes e depois da chegada da criança; a família de origem do colaborador e a relação dos membros desta com os da(s) família(s) de procriação.

Na ocasião da entrevista, os pais puderam discorrer com mais liberdade sobre suas experiências, em comparação com o andamento da aplicação do questionário. O nível de detalhamento das respostas variou bastante, tanto de colaborador para colaborador quanto por assunto dentro de cada entrevista: alguns pais falaram mais detidamente sobre sentimentos e expectativas, enquanto outros demonstraram sentir maior conforto descrevendo os aspectos práticos, funcionais, das experiências. É possível considerar que todos os colaboradores contribuíram, cada uma à sua maneira, fornecendo informações sobre os temas propostos e mais: se o roteiro contribuiu para margear os desdobramentos da conversa, desses desdobramentos surgiram aspectos que não haviam sido contemplados na elaboração do instrumento e foram trazidos pelos colaboradores. Elementos como negociações para evitar brigas judiciais e os principais motivos que levaram aqueles pais a pensar em recorrer à Justiça para solucionar impasses; recusa da maternidade por parte da mulher gestante; racismo e efeitos das concepções sociais de relações de gênero sobre a relação de pai e filha são alguns exemplos de contribuições que as experiências dos pais trouxeram para a pesquisa.

### **Procedimentos adotados em campo**

Os contatos iniciais com os colaboradores foram feitos diretamente por mim ou mediados por conhecidos/as em comum, estando os/as mediadores/as devidamente informados/as sobre o tipo de experiência de interesse para a pesquisa. No primeiro contato direto, pessoalmente ou através de e-mail e telefone, os futuros colaboradores foram

informados sobre o tema da pesquisa, o contexto no qual estava sendo desenvolvida (Mestrado em Antropologia, pela Universidade Federal de Pernambuco), os instrumentos para coleta de dados (formulário sociodemográfico e entrevista) e o modo de aplicação dos mesmos (em momentos distintos, com intervalo de um mês a um mês e meio entre os dois), além da estimativa de duração de cada procedimento. O intervalo entre os procedimentos levava em consideração, por um lado, a efemeridade do vínculo que seria criado no primeiro momento da pesquisa e, por outro, a agenda dos colaboradores, de modo que tivessem tempo para planejar a participação<sup>9</sup>.

Para os dois momentos de abordagem, os colaboradores determinaram o horário e o local das reuniões escolhendo dentre alguns sugeridos: local de trabalho do colaborador; residência do colaborador; pátio do CFCH ou do CAC, na UFPE; praça ou parque à escolha do colaborador; outro local, sugerido pelo colaborador. Os formulários foram aplicados no pátio do CAC-UFPE (um), no local de trabalho do colaborador (um), em praças de alimentação de centros comerciais (dois) e na Praça do Carmo, em Olinda (um). As entrevistas foram realizadas no local de trabalho do colaborador (uma), no Parque da Jaqueira, em Recife (duas) e na Praça do Carmo (uma).

As primeiras reuniões para coleta de informações resultaram no preenchimento de 05 (cinco) formulários sociodemográficos, no período de 17 a 25 de maio de 2013. O tempo médio para preenchimento do formulário foi de 23 minutos, sendo de 25 minutos a maior duração e 20 minutos a mais breve. Os cinco pais se dispuseram a participar do segundo momento da pesquisa, mas um deles não compareceu aos quatro encontros que marcamos e, finalmente, não concedeu a entrevista. O formulário preenchido com as informações sociodemográficas desse pai foi arquivado e as informações coletadas não foram utilizadas na composição das análises.

Foram realizadas quatro entrevistas, no período de 22 de julho a 09 de setembro de 2013. O tempo médio de duração foi de 1 hora e 17 minutos, sendo de 42 minutos a menor duração e 2 horas e 12 minutos a mais longa. Diferente do preenchimento do formulário, a realização da entrevista demandava mais tempo dos colaboradores e, por esta razão, o agendamento desse segundo momento foi mais custoso para os colaboradores e aconteceram alguns adiamentos.

---

9 Esse “planejamento” esperado dos colaboradores tanto diz respeito à rotina diária dos pais, na qual deveriam encaixar um compromisso de duração considerável (a estimativa, após dois testes, era de 60 minutos), quanto carrega o sentido, indicado por Cardoso de Oliveira (2006), de que “para a antropologia, a relação dialógica conduz as partes envolvidas a uma compreensão dupla – o que significa que o outro é igualmente estimulado a nos compreender” (p. 68), considerando-se que os principais assuntos de interesse da pesquisa haviam sido apresentados no primeiro momento.

Durante todo o processo de pesquisa em campo foram registrados acontecimentos significativos, derivados do contato com os colaboradores e das circunstâncias envolvendo esses contatos. Na capa dos formulários sociodemográficos e roteiros de entrevista, atribuídos a cada um dos pais, foi reservado um espaço considerável para as inscrições. Esses espaços, denominados *Anotações*, serviram como cadernos de campo, sendo utilizados para o registro de contatos por telefone ou e-mail, agendamento de reuniões, eventuais adiamentos ou cancelamentos, além de impressões gerais sobre as reuniões, tais como interrupções na aplicação do formulário ou da entrevista, estado aparente de in/disposição do pai, comentários feitos pelo colaborador antes e depois da gravação e outros acontecimentos considerados relevantes para compor o registro da reunião, visando auxiliar na análise das gravações bem como em futuras reconstituições que se fizessem necessárias. Durante a transcrição do material de áudio, o espaço reservado para anotações foi utilizado mais uma vez, para registro de impressões resultantes da audição das gravações e para a composição de diagramas com a trajetória dos colaboradores, na forma de linha do tempo.

#### Dificuldades enfrentadas na realização da pesquisa de campo

A primeira dificuldade foi suscitada pela especificidade do recorte de experiências que interessavam à pesquisa. Em busca de pessoas que tivessem a vivência que eu desejava conhecer e estudar, recorri a amigos e amigas que eram pais e mães, procurando saber detalhes do acontecimento da paternidade/maternidade. A esses amigos e amigas, mesmo àqueles/as cujas histórias não se alinhavam aos requisitos propostos para o estudo, pedi indicação de conhecidos e conhecidas que vivessem a experiência tal como eu procurava. Outras pessoas foram lembradas por mim e/ou indicadas, mas as experiências não condiziam com o interesse da pesquisa: pais separados que haviam criado, por algum tempo, os/as filhos/as junto com a mãe; um homem que assumiu o filho da namorada, fruto de um relacionamento anterior (a pessoa que indicou esse caso alegou não haver condições de contatar o pai biológico da criança); alguns casos em que a gravidez motivou e foi seguida pelo casamento, entre outras configurações igualmente interessantes para o conhecimento acerca das experiências paternas e dos arranjos familiares alternativos à família nuclear, mas fora do escopo proposto para este estudo.

Uma outra dificuldade despontou no entorno do tema principal: tratar de sexualidade e afetividade com alguém praticamente desconhecido foi causa de intenso desconforto – sentido por mim e perceptível nos colaboradores em gestos, certos tons de voz, interrupções bruscas,

afirmações vacilantes, escolha e substituição de palavras, instantes de silêncio. A estratégia de distribuir a abordagem em dois momentos distintos visava amenizar essa dificuldade, já prevista, mas não aboliu completamente a reserva<sup>10</sup> acerca de assuntos de âmbito dito pessoal. O desconforto, todavia, não impediu que todas as perguntas fossem feitas e respondidas, embora seja possível cogitar que o aprofundamento das narrativas tenha, em certos pontos, sofrido desvios ou restrições.

A dificuldade mais significativa, para mim, foi gerada pelo desenrolar das entrevistas. A construção e a manutenção da *distância* requerida para a execução do trabalho de pesquisa apresentaram-se como processos particularmente desgastantes: elaborar e performar essa postura, mantendo constante estado de alerta a fim de observar, analisar e adaptar essa construção conforme as circunstâncias exigiam, empregando para isso esforços de racionalização e autoconsciência tremendos, enquanto, diante de mim, os colaboradores expunham suas vivências, expectativas e sentimentos. E isso não apenas durante a realização da entrevista mas depois, com menor intensidade, nos processos de audição e transcrição do material gravado.

Olhar tão de perto e detidamente para situações concretas de paternidades não-planejadas (e em alguns casos, ousou dizer, dolorosamente não-desejadas), tomar conhecimento do impacto que a gravidez e a chegada do/a filho/a teve na vida daqueles homens, dos planos que, repentina e urgentemente, essas pessoas se viram obrigadas a reformular, adiar, abrir mão... Observar e manipular esses fragmentos de experiências e emoções alheias, buscando compreender da maneira mais vívida possível a inexorabilidade do acontecimento da paternidade para cada um dos colaboradores, foram trabalhos que tiveram, em minha saúde física e emocional, efeitos absolutamente imprevistos. Para lidar com esses efeitos, precisei de apoio médico e psicoterápico.

### **Formas de apresentação das informações trazidas do campo**

---

10 “Reserva” é definida por Simmel (1973) como a atitude mental característica dos habitantes da metrópole nas relações travadas entre os indivíduos (p. 17). Este autor fundamenta a atitude de reserva nas exigências do estilo de vida urbano, que acabam por moldar a psique dos habitantes das grandes cidades – o que, por sua vez, dá continuidade à forma de vida na metrópole, de modo que psique e forma de vida são interdependentes: “Os relacionamentos e afazeres do metropolitano típico são habitualmente tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextrincável. (...) Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana (...)” (p. 15) e prossegue: “Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal.” (p. 15)

Meu contato com as informações resultantes das abordagens aos colaboradores se deu em diversas circunstâncias. Inicialmente, de forma pessoal, nas ocasiões de aplicação dos instrumentos de pesquisa, que tiveram o áudio registrado em gravação – com autorização do colaborador, previamente concedida no momento de assinatura do TCLE – e, após o período de pesquisa em campo, durante o processo de transcrição do material, as gravações foram integralmente ouvidas em duas ocasiões: no ato da transcrição e, posteriormente, na conferência destas. O material transcrito e as gravações de áudio foram, também, consultados durante todo o processo de escrita da dissertação.

As duas séries de respostas dadas pelos colaboradores, agrupadas conforme o instrumento utilizado para colhê-las, estão sistematizadas em diferentes seções dentro da dissertação. As seções diferem porque foram modeladas respeitando os traços característicos das informações que transmitem, pontuais ou narrativas. As informações do segundo tipo são apresentadas ora em textos compostos por mim, ora conforme enunciadas pelos colaboradores, em trechos recortados das transcrições das entrevistas. As informações pontuais, colhidas com o formulário sociodemográfico, estão dispostas em quadros e textualmente (esses textos não possuem o caráter narrativo daqueles construídos a partir do material das entrevistas). A intenção de variar a disposição das informações é oferecer diferentes planos para visualização das experiências dos colaboradores.

As informações coletadas por meio da aplicação do formulário estão dispostas no tópico *Características dos colaboradores*, no final deste capítulo. Os dados foram agrupados em categorias, dentro das quais estão organizados paralelamente, no intuito de esboçar um panorama com as características da família de origem e a situação atual dos colaboradores. Estão marcadas as semelhanças e diferenças entre as quatro trajetórias e os dados estão identificados aos colaboradores correspondentes. As mesmas informações estão dispostas em quadros próximos à apresentação textual correspondente.

O tópico *Histórias de paternidade*, apresentado no início do próximo capítulo, dispõe algumas informações coletadas nas entrevistas, selecionadas segundo linhas de interesse e trabalhadas em forma de narrativa, disponibilizando resumidamente a história de paternidade de cada um dos colaboradores. Essas *Histórias de paternidade* foram compostas por mim, tomando as experiências narradas pelos pais como único material para a elaboração. O objetivo de apresentar essas histórias é assentar em solo mais amplo cada acontecimento de paternidade, de modo que sirvam de suporte para os trechos de fala que serão recortados do contexto original e reorganizados em categorias nas análises.

Nos dois capítulos de análise, os elementos presentes nas narrativas dos colaboradores

são cotejados com elaborações captadas em estudos e reflexões provenientes de trabalhos antropológicos. Os resultados das análises temáticas foram relacionados entre si e cotejados com o material proveniente da literatura antropológica na área de reprodução, parentesco e família, com ênfase em trabalhos que abordam aspectos das famílias brasileiras contemporâneas. Os conteúdos, emparelhados, permitem dois sentidos de operação: ora as reflexões de outros/as pesquisadores/as sustentam os elementos recortados das narrativas dos pais, explicando ou justificando determinadas construções interpretativas, ora as elaborações dos colaboradores suscitam questionamentos e reflexões sobre o material coletado da literatura de pesquisa antropológica.

#### Ferramentas para análise das informações

Os colaboradores foram questionados sobre suas trajetórias, desde a família de origem até a situação atual. As questões propostas, tanto no formulário quanto na entrevista, tinham como objetivo mapear essas trajetórias de modo a tornar possível a composição de quadros sinópticos nos quais estivessem organizadas, em categorias, as descrições de práticas e os sentidos atribuídos às práticas. A organização temporal dos acontecimentos foi mobilizada segundo duas modalidades: comparativamente, solicitando aos colaboradores que colocassem em paralelo o antes e o depois de determinado aspecto, tendo como marcos principais o acontecimento da gravidez e a chegada do/a filho/a; linearmente, solicitando que narrassem como aconteceu determinado evento. É possível considerar que as respostas dos pais constituem registros biográficos de experiências com a paternidade. Essas narrativas, quando cotejadas com as reflexões apreendidas em outros estudos e pesquisas antropológicas, abrem janelas que, é possível considerar, representam “a visão do lado subjetivo dos processos institucionais estudados, como as pessoas concretas experimentam estes processos e levantar questões sobre a experiência mais ampla” (GOLDENBERG, 2004, p. 43).

“Na pesquisa social, estamos interessados na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros” (GASKEL e ALLUM, 2002, p. 21). A formulação dos instrumentos de pesquisa teve como preocupação não supor competências específicas, teóricas ou práticas, que os pais porventura viessem a dominar, assim como não foram indicadas aos colaboradores instâncias morais, acadêmicas, religiosas, nem quaisquer outras fontes através das quais devessem fundamentar os elementos e as ligações para pensar e elaborar a narrativa sobre suas próprias experiências.

Existe a intenção de promover um diálogo entre as narrativas dos colaboradores e o que a Antropologia, em seu corpo de estudos e pesquisas, apresenta do horizonte de possibilidades para as vivências e as interpretações da paternidade por homens, pertencentes às camadas médias urbanas, no contexto ocidental contemporâneo. Esse diálogo se apresenta na forma de um “mosaico”<sup>11</sup> composto de interseções, contiguidades e afastamentos entre recortes do material de campo e dos textos antropológicos. O processo de construção do diálogo abarca o reconhecimento, a indicação e a análise de interpretações, comuns ou contraditórias, nos dois materiais: “Portanto, nessa fusão de horizontes, o pesquisador apenas abre espaço à perspectiva do outro, sem abdicar da sua, uma vez que seu esforço será sempre o de traduzir o discurso do outro nos termos do próprio discurso da sua disciplina” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 68).

Com a finalidade de possibilitar a visualização simultânea de certos aspectos comuns às experiências dos quatro colaboradores, facilitando a localização dos conteúdos nas transcrições, as narrativas foram fragmentadas e dispostas em 48 *categorias temáticas* (apêndice 4) que constituíram um quadro sinóptico no qual as trajetórias, práticas e interpretações da paternidade podem ser consultadas de duas maneiras: as categorias temáticas estão dispostas em linhas, ou seja, seguindo uma linha, visualizam-se trechos das quatro entrevistas que tratam de um mesmo tema; a cada colaborador corresponde uma coluna, ou seja, seguindo uma coluna, visualizam-se trechos recortados de uma mesma narrativa, sobre todas as categorias temáticas.

A fragmentação das narrativas e o agrupamento das falas em blocos temáticos facilitou a comparação das experiências dos quatro colaboradores. O quadro sinóptico foi construído apenas com material resultante das entrevistas e as categorias foram eleitas por englobarem tanto os temas previstos no roteiro, quanto os elementos que surgiram espontânea e recorrentemente nas falas dos pais. Essas categorias abrangem as relações que se desenvolvem em torno do pai, focando aquelas que o interligam ao/a filho/a e à mãe da criança, tais como a participação do colaborador nos períodos de gestação, parto e amamentação do/a seu/sua filho/a, os arranjos de convivência do pai com o/a filho/a, a rotina da criança quando está com o pai, fluxos de dinheiro entre pai e mãe, projetos e ideias dos colaboradores sobre a paternidade, temas como aborto e métodos contraceptivos, entre outros

---

11 “Howard Becker enfatiza o valor das biografias, atribuindo grande importância às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento social. Defendendo a utilização de outras fontes, para serem cotejadas às Histórias de Vida, Becker utiliza a imagem do mosaico para pensar sobre este tipo de método. Para ele, cada peça acrescentada num mosaico contribui para a compreensão do quadro como um todo.” (GOLDENBERG, 2004, pp. 42-43)

tópicos. Os elementos não previstos no roteiro, apresentados nas narrativas dos colaboradores, são, dentre outros, a autocrítica paterna, a preocupação com o sofrimento da criança, a irreversibilidade da paternidade e o acesso constante à casa da mãe nos primeiros meses do/a filho/a.

As narrativas dos colaboradores estão identificadas, nos capítulos de análise, em relação às idades do pai e do/a filho/a, na época em que foi concedida a entrevista. É importante acentuar essa identificação porque – o próprio material de pesquisa indica – as emoções, as práticas e as interpretações do pai mudam conforme as demandas do/a filho/a. Considera-se que, caso as entrevistas fossem realizadas uma segunda vez com os mesmos colaboradores, seriam colhidas outras histórias e outras impressões, inclusive acerca dos posicionamentos adotados na primeira ocasião em que foram abordados. Assim, o emprego das informações coletadas na ocasião da entrevista leva em conta que “a cada narração de uma experiência, uma nova versão da trajetória é elaborada em função do momento, dos interlocutores, da continuidade da própria vida” (LINS DE BARROS, 2011, p. 5).

Identificar as idades dos pais e das crianças é importante, também, porque as análises das narrativas estão agrupadas em dois blocos, compostos por séries de eventos cronologicamente contínuos: no primeiro bloco, apresentado no primeiro capítulo de análise, são abordados sentimentos, responsabilidades e projetos experimentados em decorrência da notícia da gravidez, da gestação e do nascimento do bebê; no segundo bloco, apresentado no segundo capítulo de análise, são abordados sentimentos, responsabilidades e projetos vivenciados nos contatos diretos entre pai e filho/a, durante os primeiros meses de vida extrauterina do bebê e nos anos seguintes, acompanhando o crescimento das crianças. Assim, as análises que compõem o *primeiro bloco* apresentam as elaborações narrativas que tratam do contexto presente e do passado recente dos pais de bebês, enquanto lida com as recordações de um passado mais distante, no caso dos pais de crianças entre 7 e 8 anos. No *segundo bloco*, o material traz referências da situação presente e dos projetos para o futuro dos pais de bebês; da rememoração do passado e da situação atual dos pais de crianças.

Com o objetivo de enriquecer as análises, aumentando o número de vozes no diálogo, são também utilizados, como fontes de pesquisa, os blogs brasileiros, *Cientista que virou mãe*, de autoria de Lígia Moreiras Sena e o blog coletivo *Blogueiras Feministas*, onde serão coletados textos que tratem do exercício contemporâneo da parentalidade em nossa sociedade. Também constituem material de referência o filme *O renascimento do parto*, de Érica de Paula e Eduardo Chauvet (2013) e a gravação em vídeo de uma roda de diálogo com pais, realizado no contexto de um curso de formação de doulas, intitulado *Relatos dos pais na*

*gestação e no parto*, organizado pelo grupo Cuida Doulas (2012).

## **Características dos colaboradores**

### Recrutamento

Encontrar homens cujas vivências da paternidade correspondessem aos critérios de interesse da pesquisa foi uma tarefa que se desenvolveu em meio a considerável dificuldade. A busca por essas pessoas teve dois pontos de partida: pais e mães do meu círculo de conhecidos/as e amigos/as deles/as que também tivessem filhos; conhecidos/as que haviam relatado histórias de amigos/as seus/suas, com características semelhantes às que eu procurava.

Dois dos colaboradores foram recrutados através da mediação de uma única amiga em comum, que era mãe do filho de um e amiga do outro (este último participou apenas do primeiro momento da pesquisa); o homem que foi pai numa relação extraconjugal, cuja história despertou a curiosidade que conduziu a esta pesquisa, foi abordado inicialmente por nosso amigo em comum (o mesmo que havia compartilhado comigo a história); o terceiro colaborador foi recrutado diretamente por mim, dentre meus conhecidos que possivelmente viviam a paternidade nos termos de interesse para o estudo; o quarto colaborador foi indicado por um amigo em comum que, conhecendo as circunstâncias de sua paternidade e o interesse da pesquisa, dispôs-se a intermediar o contato inicial. O modo de recrutamento de cada um dos pais está indicado no quadro 1.

Quadro 1: Recrutamento dos colaboradores

<b>Código do pai</b>	<b>Recrutamento</b>
P1	Mediado (mãe da criança)
P2	Mediado (amigo em comum)
P3	Direto
P4	Mediado (amigo em comum)

### Códigos de identificação

No processo de transcrição dos registros de áudio, todos os nomes foram substituídos por códigos. Os códigos que identificam os colaboradores e pessoas mencionadas por eles

seguem um padrão alfanumérico: o número identifica a família e a(s) letra(s) indica(m) a posição de parentesco ou afinidade indicada pelo pai. Receberam códigos apenas as pessoas que o participante designou pelo nome – as designações por posição de parentesco ou afinidade foram mantidas tal como referenciadas. No quadro 2 está registrada a codificação de todas as pessoas mencionadas pelo nome nas narrativas dos colaboradores.

Quadro 2: Codificação dos nomes

<p><b>Família 1</b>            Colaborador: P1            Filho/a: Fo1            Mãe de Fo1: M1            Padrasto de Fo1, namorado de M1: NM1</p>	<p><b>Família 2</b>            Colaborador: P2            Filho/a: Fo2            Mãe de Fo2: M2</p>
<p><b>Família 3</b>            Colaborador: P3            Filho/a: Fa3            Mãe de Fa3: M3            Filha de P3, irmã de Fa3: Ia3            Mãe de Ia3: MIa3            Esposa de P3: EP3</p>	<p><b>Família 4</b>            Colaborador: P4            Filho/a: Fa4            Mãe de Fa4: M4            Babá de Fa4: B4</p>

#### Informações sobre as famílias

P3 e P4 são pais de meninas; P1 e P2 são pais de meninos. No período em que foi aplicado o formulário sociodemográfico, um menino, filho de P2, e uma menina, filha de P4, contavam aproximadamente um ano de vida; um menino, filho de P1, e uma menina, filha de P3, eram crianças com idades entre sete e oito anos. A média de idade dos colaboradores, no mesmo período, era de 35 anos – o colaborador mais velho tinha 39 anos de idade e o mais novo, 31. A idade média em que os colaboradores entraram na paternidade de interesse da pesquisa é de 31 anos, o colaborador que foi pai mais cedo contava 23 anos quando a criança nasceu; dois pais estavam com 35 anos quando nasceram suas crianças, esses foram os colaboradores que se tornaram pais mais tarde, nas condições de interesse da pesquisa.

A frequência do convívio entre pais e filhos/as varia. Um dos pais mora com a criança durante a semana, mas esta não é uma situação fixa – periodicamente, ele e a mãe do menino modificam o arranjo. Dois pais convivem com as filhas nos finais de semana mas as rotinas diferem: um deles fica com a filha quinzenalmente, enquanto o outro a leva para sua casa semanalmente. Esses dois pais convivem com as crianças também em dias de semana, feriados e datas comemorativas. O outro pai convivia com o filho apenas na casa da mãe, durante aproximadamente quatro horas, todos os dias – na época em que foi realizada a

entrevista, a criança era um bebê ainda em fase de amamentação. No quadro 3 estão resumidas as informações de idade do colaborador e da sua criança, o sexo da criança e a situação de convívio entre pai e filho/a.

Quadro 3: Idades do colaborador (Col.) e da criança, quando foi concedida a entrevista; sexo da criança e situação de convívio

<b>Col.</b>	<b>Idade col.</b>	<b>Idade criança</b>	<b>Sexo criança</b>	<b>Convívio do colaborador com a criança</b>
P1	31	8 anos	M	Corresidente durante a semana
P2	35	8 meses	M	Visita o filho na casa da mãe, 1 turno por dia
P3	39	7 anos	F	Quinzenal, de sexta-feira a domingo; reveza datas comemorativas; eventualmente durante a semana
P4	36	1 ano	F	Semanal, de sexta a segunda-feira; eventualmente durante a semana; feriados

Em suas famílias de origem, todos os colaboradores tinham como principais responsáveis as mães, mas não somente elas: P3 considera também a tia, irmã da mãe que morava com a família, como responsável por ele e suas irmãs e, mesmo tendo morado na mesma casa, esse colaborador não considera seu pai como um dos responsáveis; os outros três consideram também o pai como responsável, mas essa responsabilidade se distribuiu de maneiras distintas, em cada uma das famílias: nos três casos, os pais trabalhavam fora. Na família de P1, a mãe foi a principal responsável pelo filho e a filha até falecer, depois do que a responsabilidade foi assumida pelo pai; na de P2, a mãe ficava em casa e coordenava o trabalho das pessoas contratadas para fazer os serviços domésticos, incluindo os cuidados com ele e os irmãos e irmãs. O pai de P2 trabalhava fora e sua rotina variava. Eles se aproximaram mais quando P2 já estava adulto; na família de origem de P4, pai e mãe eram considerados os principais responsáveis até que se separaram, ficando o filho sob os cuidados da mãe. Os pais de dois dos colaboradores, P3 e P4, tinham o 1º grau (ensino fundamental) como último grau de instrução cursado e as mães desses dois colaboradores haviam concluído o ensino médio. A tia de P3, também indicada como responsável, concluiu o ensino técnico; no caso de P1, a mãe e o pai tinham concluído o ensino técnico; a mãe e o pai de P2 concluíram o nível superior. No quadro 4 estão organizadas as informações sobre os responsáveis pelo colaborador, durante a infância, na família de origem.

Quadro 4: Informações sobre a família de origem e infância do colaborador (Colab.)

<b>Col.</b>	<b>Principais responsáveis</b>	<b>Escolaridade da mãe,</b>	<b>Trabalho da mãe, do pai e responsáveis</b>
-------------	--------------------------------	-----------------------------	---

	<b>(durante a infância)</b>	<b>do pai e responsáveis</b>	
P1	<u>Mãe</u> (até falecer) <u>Pai</u> (após falecimento da mãe)	<u>Mãe e pai</u> : técnico	<u>Mãe</u> : dona de casa e trabalho doméstico <u>Pai</u> : trabalhava em outro estado / viajando
P2	<u>Mãe</u> <u>Trabalhadoras domésticas contratadas</u>	<u>Mãe</u> : superior <u>Pai</u> : superior	<u>Mãe</u> : dona de casa (coordenava trabalhadoras contratadas) <u>Pai</u> : funcionário do Estado / rotina variada
P3	<u>Mãe</u> <u>Tia</u> (irmã da mãe)	<u>Mãe</u> : médio <u>Pai</u> : fundamental <u>Tia</u> : técnico	<u>Mãe</u> : professora (manhã e noite) e recepcionista (tarde) <u>Pai</u> : militar e negociante <u>Tia</u> : “bicos” (noite e madrugada) e trabalho doméstico
P4	<u>Mãe</u> <u>Pai</u> (até a separação do casal) <u>Cuidadora contratada</u> (na casa da cuidadora)	<u>Mãe</u> : médio <u>Pai</u> : fundamental	<u>Mãe</u> : secretária <u>Pai</u> : taxista

Em relação ao último grau de instrução cursado pelos colaboradores, P1 concluiu curso técnico, P2 e P3 concluíram o doutorado e P4 concluiu o ensino superior. Todos trabalhavam fora de casa e três deles trabalhavam também em casa: P1 e P4 como autônomos e P3 fazendo complementação da carga horária de trabalho. A faixa de renda das residências dos colaboradores variou da seguinte maneira: na residência onde P1 morava com o filho, a irmã desempregada e a sobrinha, recebendo ajuda financeira do pai, a renda era de 3 a 7 salários mínimos; na casa do colaborador que morava só, P2, a renda era de 7 a 10 salários mínimos; na residência de P3, casado com uma mulher que trabalhava, a renda era de 10 a 20 salários mínimos; na residência de P4, morando com a mãe que também trabalhava, a renda era de 7 a 10 salários mínimos.

As quatro mães, parceiras dos colaboradores na concepção, haviam concluído curso superior e uma delas, M2, tinha concluído o mestrado. Todas trabalhavam fora de casa: M1 trabalhava em outro estado e passava a semana fora; M2 estava trabalhando quatro horas por dia mas logo voltaria a trabalhar oito horas diárias; M3 trabalhava em horário variável; M4 trabalhava fora e estudava, cursando a segunda graduação. Dois dos colaboradores não informaram a faixa de renda da residência da mãe de seu/sua filho/a e os outros dois, P2 e P4, informaram que essa faixa era de 10 a 20 salários mínimos. Nos dois casos cujos dados foram informados, a renda da casa da mãe superava a renda da casa do colaborador. Das quatro mulheres, M3 era casada, estava grávida e morava com a filha e o marido; M2 e M4 moravam

com a mãe e o/a filho/a; M1, que passava a semana em outro estado, quando voltava nos finais de semana ficava na casa da mãe ou do namorado, com o filho. Nos quadros 5a e 5b estão organizadas, comparativamente, informações referentes a escolaridade, trabalho, renda e situação de residência do colaborador e da mãe da criança. Todas essas informações foram colhidas através do formulário, portanto indicam a situação naquele período.

Quadro 5a: Comparativo de escolaridade (Esc.) e trabalho (Trab.) do colaborador (Col.) e da mãe da criança

Col.	Esc. col.	Esc. mãe	Trab. col.	Trab. mãe
P1	Técnico	Superior	40h empresa; finais de semana autônomo	Viaja durante a semana (trabalha em outro estado)
P2	Pós-grad. (Dout.)	Pós-grad. (Mest.)	30h empresa	20h empresa
P3	Pós-grad. (Dout.)	Superior	Na residência; 3 noites + 1 ou 2 turnos em instituição de ensino	Instituição de ensino (sem informação de horário)
P4	Superior e técnico	Superior e tecnológico (cursando)	40h empresa; noites e finais de semana autônomo	Empresa e estudo (sem informação de horários)

Quadro 5b: Comparativo de corresidentes e renda da residência (estimada em número de salários mínimos, que valia R\$ 678,00 na época) do colaborador (col.) e da mãe da criança

Col.	Corresidentes colaborador	Corresidentes mãe	Renda col.	Renda mãe
P1	Filho, irmã e sobrinha	Namorado ou mãe (finais de semana)	3 a 7	N/I
P2	Mora só	Mãe e filho	7 a 10	10 a 20
P3	Esposa	Marido e duas filhas (M3 estava grávida do marido)	7 a 10	N/I
P4	Mãe	Mãe e filha	7 a 10	10 a 20 ou + de 20

Dois dos colaboradores, P1 e P3, se identificaram como negros, P2 afirmou não saber qual sua cor / raça / etnia e P4 se identificou como multiétnico. Apenas P4 afirmou ser adepto de religião, identificando-se como espiritualista atualmente e, no passado, como espírita kardecista; nenhum dos outros três se apresentou como adepto, mas todos consideram que a religiosidade já fez parte de suas trajetórias: P1 conheceu igrejas evangélicas e centros espíritas, P2 foi católico por influência da mãe e P3 possui formação protestante. No quadro 6 estão dispostas as informações de autoidentificação do colaborador em relação a cor / raça / etnia e religião.

Quadro 6: Autoidentificações do colaborador

<b>Col.</b>	<b>Cor / raça / etnia</b>	<b>Religião</b>
P1	Negro (“acho que sou”)	Não tem religião e conheceu algumas religiões
P2	Não sabe	Não tem religião e já foi católico (a mãe é católica)
P3	Negra	Não tem religião “racionalmente” pois optou pela vida acadêmica. Possui formação protestante
P4	“Moreno, cafuzo, mameluco, negro”	Espiritualista e já foi espírita kardecista

## CAPÍTULO 2

### A MULHER E SEU VENTRE, O HOMEM, O/A FILHO/A

Este capítulo tem como principal conteúdo a análise das primeiras experiências dos colaboradores com a paternidade, interpretando os modos de presença e ausência apreendidos nas narrativas e apresentando os sentidos atribuídos pelos colaboradores a essas vivências. Serão recobertos a notícia da gravidez, o desenvolvimento da gestação e o nascimento do bebê - envolvendo os sentimentos, perspectivas e projetos com os quais os colaboradores elaboraram suas narrativas.

A seção de abertura do capítulo, *Histórias de paternidade*, apresenta um plano de referência construído com o objetivo de oferecer resumos das histórias de paternidade, de modo a viabilizar a contextualização dos recortes de falas nas circunstâncias específicas vividas pelos pais. Na seção seguinte, *As primeiras experiências de paternidade*, alguns conteúdos das narrativas dos colaboradores estão cotejados com reflexões trazidas dos estudos antropológicos nas áreas de reprodução, família e parentesco, especialmente aqueles que se debruçaram sobre as formações familiares brasileiras. Os trechos recortados das falas dos colaboradores estão identificados pelas seguintes informações: o código e a idade do colaborador; o código e a idade do/a filho/a (as idades, tanto do pai quanto do/a filho/a são referentes ao período em que foi concedida a entrevista); o contexto do qual a fala foi retirada (Formulário ou Entrevista).

#### **Histórias de paternidade**

O quadro 7 contém narrativas que apresentam, resumida e seletivamente, as histórias de paternidade de cada um dos colaboradores, proporcionando uma visão do contexto mais amplo em que cada uma das paternidades aconteceu. Nos resumos constam informações sobre a idade do colaborador quando nasceu o/a filho/a e a idade do/a filho/a; o tipo de relação que o colaborador e a mulher, mãe do/a seu/sua filho/a, mantinham quando aconteceu a gravidez, o tempo que durou a relação dos dois e, caso tenham acontecido, as transformações ocorridas na relação com a chegada da criança. Informa como a notícia da gravidez foi compartilhada com o colaborador, como este participou dos períodos de gestação, nascimento e amamentação do/a seu/sua filho/a e a situação de convivência entre pai e filho/a.

Quadro 7: Histórias de paternidade

**P1**

P1 foi pai aos 23 anos. Seu filho tem 8 anos. A relação de M1 e P1 não era de namoro, eles eram amigos que “ficavam” nos finais de semana. A relação durou um ano até a gravidez e mais quatro anos depois do nascimento de Fo1, aproximadamente. P1 considera que ele e M1 ficaram mais próximos desde a notícia da gravidez, sem que fosse modificado o tipo de relação que mantinham: eles continuaram amigos e assim é até hoje, com a diferença de que deixaram de “ficar”. P1 e M1 nunca moraram juntos, mas houve uma ocasião em que essa possibilidade foi levantada por M1, quando Fo1 estava com aproximadamente 4 anos de idade.

A notícia da gravidez foi recebida por P1 num encontro que parecia mais um dos que ele e a parceira costumavam ter: na véspera de um feriado, M1 o chamou para ir a um bar e lá ela contou que estava grávida. Durante a gestação, M1 o manteve informado sobre rotinas de consultas médicas e exames e uma vez ele a acompanhou a uma ultrassonografia. P1 não presenciou o nascimento pois estava trabalhando, mas chegou ao hospital momentos depois de M1 dar à luz. No período da amamentação, P1 sempre aparecia na casa de M1, embora não tivesse muita intimidade com a família dela. M1 amamentou por pouco tempo porque não produziu muito leite. Ele não tirou licença paternidade porque era autônomo na época.

O arranjo de guarda de Fo1 entre P1 e M1 acontece de acordo com as necessidades presentes do pai e da mãe, sempre definido através de conversa fundada na flexibilidade dos arranjos, tendo em vista o conforto do pai e da mãe e o favorecimento do contato de pai e mãe com o filho. Os períodos de guarda são alternados em dois blocos de tempo: dias de semana e finais de semana, ocorrendo trocas quando necessário ou oportuno para P1 ou M1. No período em que foi realizada a pesquisa, M1 passava a semana trabalhando fora do estado, Fo1 ficava com o pai durante a semana e com a mãe nos finais de semana.

**P2**

Fo2 nasceu quando P2 tinha 35 anos. Na época da entrevista, seu filho estava com 8 meses de nascido. A relação de M2 e P2 durou aproximadamente 1 ano e meio, até a gravidez. Eles se encontravam algumas vezes durante a semana, dependendo da disponibilidade de ambos. Nunca cogitaram morar juntos, mas no começo da relação conversaram sobre estabilidade e ele considerava tomar uma atitude para resolver sua situação, pois seu envolvimento com M2 era uma relação extraconjugal. A relação com M2, após o nascimento da criança, continua muito boa e eles continuam amigos, como eram antes do acontecimento.

A notícia da suspeita de gravidez foi recebida por P2 em um momento difícil para ele, que estava cuidando das questões relativas ao recente falecimento do pai. Além disso, desde criança P2 tinha decidido não ter filhos e vivia tranquilo com esta decisão. A esposa de P2 também não queria ter filhos e não podia engravidar, devido a um problema de saúde. Ele considerava que a relação com M2 se direcionava a um desfecho de separação e também considerava a possibilidade de terminar o casamento, quando chegou a notícia da gestação de Fo2. Durante a gravidez, P2 participou das compras e dos ajustes físicos da casa de M2. Ele se disse incapaz, na época da gravidez, de envolver-se emocionalmente e por isso esteve distante, acreditando que sua presença mais atrapalharia que ajudaria. Embora não tenha participado de consultas médicas junto com a mãe, manteve contato diário por telefone para receber informações. P2 assistiu ao nascimento, durante o qual esteve preocupado com os procedimentos técnicos e com o que o nascimento do seu filho traria para a sua vida, acontecimento que descreveu como o início de uma jornada difícil e inescapável. P2 tirou apenas dois ou três dias de licença paternidade, porque teve um feriado no período.

Durante esses dias, permaneceu na casa de M2.

No período em que foi realizada a pesquisa de campo, Fo2 morava com a mãe e a avó materna. P2, diariamente, passava um turno do dia com o filho – geralmente a manhã, na casa de M2. A visita ocorria quando M2 não está em casa, visando otimizar o tempo dedicado a suprir as necessidades da criança.

### **P3**

P3 foi o único colaborador que tinha mais de uma criança - ele era pai de duas meninas. Teve sua primeira filha, Ia3, aos 28 anos e a segunda, Fa3 aos 32. A relação de M3 e P3, um namoro não assumido, durou cerca de quatro anos e havia acabado aproximadamente 1 mês e meio antes da suspeita da gravidez, que então contava aproximadamente dois meses de desenvolvimento. De imediato, M3 pensou em abortar e P3 concordou, depois ela mudou de ideia e ele levou algumas semanas para aceitar essa mudança. Durante a gravidez eles estavam juntos, mas não voltaram a namorar. P3 decidiu não reatar a relação, embora M3 quisesse, por não considerar justo ficarem juntos por causa da criança já que a relação por si só não justificava o retorno. Era uma relação bastante conturbada e por isso havia chegado ao fim. Durante a gestação, P3 se responsabilizou por M3, a levava para fazer exames, dava apoio e nesse período eles tinham relações sexuais. P3 assistiu ao nascimento de Fa3 e passou os três primeiros meses da filha tomando parte nos cuidados com a criança, na casa de M3. P3 tem uma filha mais velha, Ia3, com outra mulher, MIa3, e disse que sua experiência prévia o deixou mais tranquilo para cuidar da bebê e ajudar M3, que não tinha essa vivência.

P3 é negro e relatou que toda a família de M3 é racista, inclusive a própria M3. Ele considera que sua relação com a família de M3 sempre foi ruim e que depois do nascimento da menina ele enfrentou condições humilhantes de visita. Essas condições, impostas pela família de M3, conduziram a um estado de irritação que o levou a exigir que Fa3 passasse a frequentar a sua casa, o que começou a acontecer quando a menina tinha um ano de idade. P3 promove a convivência entre as irmãs, Fa3 e Ia3, levando-as juntas para a sua casa, o que acontece em finais de semana alternados. Fa3 tem sentido necessidade de passar mais tempo com o pai e por isso o período que ela passa com ele tem se estendido – no começo era do sábado para o domingo e agora ele pega ela na sexta e a leva de volta para a casa da mãe na segunda.

### **P4**

P4 foi pai aos 35 anos e sua filha estava com 1 ano, na época da entrevista. O relacionamento entre P4 e M4 durou 1 ano e 8 meses e a notícia da gravidez chegou entre um e dois meses depois deles terminarem o relacionamento. Quando soube que M4 estava grávida, P4 soube também que, antes da última relação sexual deles, ela teve um envolvimento passageiro com um ex-namorado e não estava certa sobre quem era o pai. Nessa ocasião, ela propôs a P4 que ele ficasse com a criança após o nascimento, o que ele recusou por acreditar que a criança sofreria se não fosse bem cuidada pelo pai e pela mãe. Ao ficar sabendo quantas semanas tinha a gravidez, M4 afirmou ter certeza de que P4 era o pai.

P4 esteve próximo de M4 durante a gravidez, mas desde o fim do namoro eles nunca voltaram a se relacionar como casal. Nesse período, ele dava caronas para a gestante com regularidade, comprava coisas para a criança e eles frequentaram juntos um curso para grávidas. O nascimento de Fa4 foi humanizado e P4 doulou o acontecimento. A proximidade de P4 e M4 durou até um mês e quinze dias após o nascimento, período que ele passou integralmente na casa de M4, cuidando da criança e da mulher, cozinhando e fazendo outras atividades domésticas. M4 teve dificuldade para amamentar a filha pois os seios estavam

machucados e ela sentia muitas dores. Depois de um mês da filha nascida, ela desistiu de amamentar. Eles foram algumas vezes ao IMIP, receber instruções sobre lactação. P4 fazia a ordenha e alimentava a criança com o copinho, nos intervalos entre as tentativas de lactação, até que ocorreu a substituição definitiva do leite materno pelo leite fórmula.

Na época da pesquisa de campo, P4 ficava com sua filha da noite de sexta à manhã de segunda, todas as semanas. Ele ficava com a filha também nos feriados e sempre que surgia alguma oportunidade.

As quatro trajetórias acima, embora convirjam para a paternidade fora da união conjugal, possuem experiências diferenciadas na maioria dos pontos selecionados para a composição dos mapas narrativos. A começar pela variedade de relações nas quais aconteceram as gravidezes, que já indica não-conformidade ao modelo hegemônico de família nuclear: amigos vivendo uma relação extraconjugal, amigos que apenas “ficam” e dois casais de ex-namorados, um dos namoros nunca assumido. Nos dois primeiros casos, a relação entre o colaborador e a parceira fluía normalmente até a notícia da gravidez, embora um dos colaboradores, aquele que mantinha a relação extraconjugal, já cogitasse a separação. Os pais que relataram maior proximidade física e colaboração com a parceira, durante a gestação, foram aqueles que já estavam separados na época em que a gravidez foi anunciada; os outros dois declararam ter mantido intenso contato por telefone e participado ativamente de questões materiais, como o preparo da estrutura da casa para receber a criança e a compra de produtos que se tornariam necessários com a chegada do bebê.

Três dos pais assistiram ao nascimento do/a filho/a, um deles participou ativamente da chegada do bebê. O pai que não esteve presente no momento do nascimento, chegou ao hospital instantes após a parceira dar à luz e conheceu seu filho naquele mesmo dia. Nos primeiros meses da criança, durante a fase de amamentação, os quatro pais relataram intensa proximidade e colaboração com as parceiras, sendo um elemento comum estarem presentes na casa da mulher, com ela e o/a bebê.

### **As primeiras experiências de paternidade**

Este tópico é composto pelas análises dos trechos das narrativas cujos conteúdos podem ser elencados no *primeiro bloco* de experiências da paternidade. Seguiremos as trajetórias dos pais desde a notícia da gravidez das parceiras até o nascimento do/a bebê, acompanhando as incertezas e hesitações que marcaram as narrativas dessas primeiras vivências. A relação do pai com a mãe da criança é enfocada, assim como os temas do aborto e da contracepção, dentre outras questões. Os principais interesses são compreender como a

notícia da gravidez afetou os colaboradores, em relação aos projetos de paternidade e conjugalidade que eles indicaram como anteriores ao acontecimento; e, no desenvolvimento da gravidez, compreender como os colaboradores se viram envolvidos nos desdobramentos desse processo, como eles relataram as interações com as parceiras grávidas e como se sentiam em relação à criança que estava por vir.

### A notícia da gravidez: projetos, adaptações e mudanças, negociações

Na construção da narrativa dos colaboradores, *saber que será pai* e *tornar-se* ou *sentir-se pai* não necessariamente constituem o mesmo processo ou a mesma percepção. *Sentir-se* ou *tornar-se pai* é uma experiência de paternidade que foi localizada pelos colaboradores, à exceção de P3, próxima de ou após o nascimento da criança. *Saber que será pai*, porém, faz parte do primeiro ciclo de experiências, estando vinculado à comunicação da gestação ou à aceitação desse fato – que também não são, necessariamente, vivências coincidentes.

A notícia da gravidez da parceira aparece na narrativa de P1 em conflito com a situação presente e com os projetos que o colaborador tinha para sua vida, aos 23 anos. O acontecimento da gravidez marca uma ruptura com as vivências da *juventude*, que o colaborador caracterizou como uma época em que ser pai não é um acontecimento previsto, implicando na necessidade de mudanças imediatas, evidenciadas pelo contraste entre *lazer* e *responsabilidade*.

Eu morava com meu pai e minha irmã ainda. Em relação a trabalho, eu não trabalhava. Meu trabalho era besteira, só pra lazer mesmo. Eu não tinha nem ideia de querer ser pai naquela época ali, ainda. Tinha ideia de querer ser pai na idade que tenho hoje, 31 anos, 32 mais ou menos, mas aconteceu de vir mais cedo. E também que era na minha juventude, foi a época que eu tava aproveitando, tava saindo muito, que eu tava conhecendo outras pessoas, outros lugares. Foi inesperado mesmo o fato de eu ser pai, saber que ia ser pai, naquela época.

(...) E também a maturidade, querendo ou não, que eu tava na minha fase de lazer, de diversão, de brincar, e veio a responsabilidade maior.

(...) Eu não tinha nem ideia do que era ser pai. Eu tinha o espelho do meu pai em casa, mas na prática mesmo, convivendo, saber o lado real da história mesmo... porque até então pai é só lazer, brincar, mas tem as responsabilidades que traz.

(...) Até hoje eu falo que não tenho muito jeito com criança. Eu tenho com o meu, porque é o meu, né?

(...) Eu fiz planos imediatos, como eu falei, tava na minha fase de curtidão e tive que deixar de curtir para fazer certas coisas, mas planos futuros, não. Nada a longo prazo.

(...) [Como ele recebeu a notícia da gravidez] (...) quando ela contou para mim que estava grávida, eu entendi que ela achava que estava grávida, fez exame, e não tava mais, tanto é que quando ela me contou eu fiquei normal, não mudei minha expressão, mas vi que a expressão dela tava diferente. Aí eu fiz, eu lembro que eu fiz: 'sim, tu tá grávida ou não tá?' e ela fez: 'tou'. Aí foi um choque, eu não esperava por isso, ela também não tinha a pretensão de estar grávida naquela época...

lembro daquele dia.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

As leituras que P1 fez da mudança que a gravidez na juventude acarretou para a sua vida estão, em certa medida, alinhadas com as concepções de homens jovens de camadas populares, para quem a paternidade se apresenta como “forma do reconhecimento social, da passagem para a vida adulta, da aquisição de responsabilidades que leva à tomada de consciência das dificuldades da vida, do compromisso com o provimento e o trabalho, do comprometimento e da ligação com o mundo das crianças” (QUADROS, 2011, p. 74; 2004, p. 262). O projeto de paternidade de P1 naquela época, *ser pai entre 31 ou 32 anos*, apresenta conformidade com as ideias individualistas encontradas entre jovens mulheres de camadas médias que vivenciaram a gravidez nesse período da vida:

No contexto social das camadas médias (com predominância de valores mais individualistas), a gravidez é pensada como muito precoce no sentido de deslocada da idade e do momento de vida certo. Ela ocorre justamente em um período em que há mais o que fazer por si e menos o que se responsabilizar pelo(s) outro(s).

(GONÇALVES e KNAUTH, 2006, p. 637)

A descrição de P1 das práticas contraceptivas adotadas nas relações com M1 indica a existência de processos de negociação sobre a adequação do método contraceptivo e o controle masculino, no sentido de acompanhamento, do período de fertilidade da parceira. Por outro lado, confirma a tendência de diminuição na frequência de uso do preservativo quando a relação adquire caráter estável, *fixo*, ficando a mulher responsável pelos cuidados mais ativos de contracepção (OLIVEIRA et al., 2011, p. 42-43; QUADROS, 2011, p. 61; RAMIREZ, 2000, p. 310):

(...) nunca tinha passado isso pela minha cabeça [a possibilidade de gravidez de M1], porque ela tomava remédio, se prevenia, na verdade. (...) [Perguntado se ele também se prevenia] No início ela tomava o anticoncepcional e eu usava preservativo, mas a partir do momento que a gente começou a ter uma relação fixa... apesar dela tomar o anticoncepcional, a gente usava tabelinha ainda: 'hoje é bom usar porque eu tou no período fértil', aí usava [preservativo].

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

O acontecimento das gravidezes de M1 e M2 ilustram a colocação de Ramirez (2000) de que a informação acerca da prevenção da gravidez aliada ao uso de métodos contraceptivos não é capaz de oferecer, com completa segurança, a garantia de não-fecundidade em uma relação sexual heterossexual. Além disso, essa autora aponta que o uso desses métodos “está articulado a uma série de dimensões circunstanciais e subjetivas do erotismo” (p. 311), como fica claro na fala de P2:

Eu não sei no dia exatamente, mas geralmente... ela tomava anticoncepcional regularmente e eu diria que na, grande maioria das vezes, a gente usava camisinha. Mas nesse momento específico... existiram vezes que não aconteceu, por indisponibilidade ou qualquer coisa do tipo, mas possivelmente [risos] nesse dia as

duas coisas, os dois métodos estavam sendo executados.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

O aborto, como possibilidade de desfecho da gravidez, teve parte na narrativa de dois dos colaboradores, P2 e P3. Para P2, essa possibilidade foi colocada em meio a outras ponderações, nas semanas seguintes à confirmação da suspeita de gravidez:

Claro que passou pela minha cabeça, e na dela também, aborto e também tem as questões sociais práticas: se era melhor eu não me envolver nisso - mas não foi imediatamente, isso foi durante uma semana de processo, até a poeira baixar e aí a gente falou em se era melhor eu me distanciar e não ser... não cumprir... não estabelecer a relação de pai, se era melhor eu me separar, se era melhor... várias coisas, eu não sei exatamente... não me vem agora à cabeça quais foram as possibilidades...

(...) minha mãe é religiosa. Na verdade, falar em religião é difícil, é porque eu sempre tento culpar a religião de tudo que dá errado na minha vida (...). Eu acho que, na verdade, se falar em religião, eu acho que a religião foi mais para a questão do aborto, do que efetivamente pra eu assumir isso. Eu nesse tempo me considerava contra, contra no sentido de que isso deveria ser pensado de forma... na verdade, não ter passado pela experiência me fazia achar que na grande maioria dos casos a coisa certa a se fazer seria ter a criança e tal. Evidentemente, sem passar pela situação [risos].

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

A fala de P2 indica que, enquanto pensar sobre aborto limitava-se a ter uma opinião a respeito do assunto, seu julgamento assentava na moralidade católica – que ele atribuiu à influência materna. Quando pensar o aborto apresentou-se como necessidade de definir o seu próprio futuro diante de uma gravidez inesperada, o homem, que na ocasião da entrevista era pai de um bebê, foi extremamente vago ao mencionar suas ponderações. Sua reserva foi respeitada e o assunto não foi profundamente explorado. Todavia, é possível situar a mudança de perspectiva de P2 num contexto mais amplo, indicado por Ramírez-Gálvez (1999)

O que é certo para todas as pesquisas, inclusive feitas entre os diferentes níveis sócio-econômicos é que nas decisões de aborto não há influências das crenças religiosas ou das normas jurídicas, uma vez que é considerada uma decisão de caráter pessoal e atrelada às circunstâncias de vida particulares.

(RAMÍREZ-GÁLVEZ, 1999, p. 111)

Parece interessante apresentar com maior riqueza o relato de P2 sobre a notícia da gravidez porque nessa descrição o colaborador declarou que seu projeto de vida, mesmo no contexto do casamento, não incluía a paternidade – em consonância com outros achados de pesquisas que, na abordagem às camadas médias urbanas, enfatizam a “escolha” em relação à procriação (OLIVEIRA et al., 2011, p. 27) e a autonomia individual nessa esfera, “denotando valores e modos de expressão dominantes da ideologia individualista” (VARGAS et al., 2010, p. 154). Esse relato de P2 encontra-se com o de P3, que será apresentado em seguida, no campo de discussões sobre o aborto na perspectiva de gênero. Antes de apresentar a narrativa de P2, em respeito à sua reserva e sua hesitação, é importante ressaltar que, nos trechos que serão apresentados a seguir, o colaborador falava sobre o recebimento da notícia e sobre a

dinâmica do seu casamento, não sobre aborto. Por esta razão, as falas estão situadas em relação às perguntas que buscavam responder e esse limite deve ser preservado.

[Como ele recebeu a notícia da gravidez] Meu pai tinha falecido há acho que duas semanas, em [Cidade], eu tava lá em [Cidade], passei esse tempo todo resolvendo depois da morte dele, questões burocráticas e tal, estava numa situação emocional um pouco complicada e acho que quando eu voltei de [Cidade] ela me disse, a mãe de Fo2 me disse que estava com suspeita. Ela tinha feito aqueles exames de farmácia e tinha sido inconclusivo. Aí no outro dia encontrei com ela, a gente fez mais uns dois exames de farmácia [risos] e depois fez um exame de sangue e deu positivo. Bom, a sensação foi alguma coisa absurdamente [risos] devastadora do ponto de vista emocional. Pela situação em si, uma relação extraconjugal e, além dos sentimentos causados pela perda do meu pai, eu acho que desde criança eu tinha decidido não ter filhos [risos], isso era bem resolvido em mim. Bom, foi absolutamente devastador. Eu não sabia o que fazer e tremia absurdamente [risos]. Não sei o que dizer mais não. Foi bastante difícil. Primeira coisa que me veio na cabeça era tentar descobrir alguma forma de minimizar o problema todo que tava acontecendo. Mas fiquei meio que em choque, embora nunca foi algo que eu, quando se trata de uma [risos] relação você meio que deixa isso em *stand by*, não era algo que eu estava de fato preparado para ouvir e principalmente naquele momento. (...) [Perguntado sobre como era tratada, dentro do casamento, a questão de não querer ter filhos] Por coincidência – eu tenho que dizer que é por coincidência mesmo – minha esposa, ela não pode ter filhos. Não no sentido biológico da coisa, mas ela toma uns remédios, ela tem artrite e toma uns remédios que teriam que ser parados no caso de gravidez e tudo mais e isso é... era algo que era indesejado para mim e para ela. E era uma coisa suave, ela também, aparentemente, ela sempre me disse que não tinha interesse em ter filhos, também não se sente muito maternal, e era algo relativamente bem resolvido pra gente. Não tinha muito problema quanto a isso.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

P3, diferente de P2, mostrou abertura para tratar do tema do aborto. Ele trouxe o assunto e, em resposta à minha solicitação, falou com relativa eloquência sobre suas considerações e seu posicionamento em relação à possibilidade de recorrer ao aborto, no período em o desfecho da gravidez ainda estava sendo cogitado.

(...) acho que cerca de um mês e meio depois da gente ter terminado foi que chegou a notícia da gravidez. Na realidade, a suspeita. Era algo para que eu não estava preparado, nem ela estava preparada, não era algo que queríamos e, em função da suspeita, nós fizemos o teste, de fato ela estava grávida. No primeiro momento ela pensou em abortar, eu segui a opinião dela, depois ela desistiu, eu levei mais ou menos uma semana ou duas para desistir também, para me convencer da desistência. (...) Bom, eu já tinha uma outra filha, eu tinha Ia3, a relação com a mãe de Ia3 não era boa e isso implicava, algumas vezes, em dificuldades de acesso a Ia3, que é uma coisa que eu enfrentei até pouco tempo atrás, da parte da mãe de Ia3. Eu acredito, na realidade, que eu não queria reviver uma experiência de ter mais uma criança fora de uma relação, que ficasse como Ia3: Ia3 não mora comigo, Fa3 também não mora comigo. E eu acho que na época eu tinha medo também de alguma retaliação da mãe de Ia3 no sentido disso implicar em mais cerceamento da minha relação com Ia3. Então, quando a mãe de Fa3 chegou propondo o aborto, se tornou uma solução fácil para todos esses receios. Então eu acho que o que eu pensava mesmo eram essas duas coisas: retaliação de um lado e não repetir essa experiência de ter uma criança morando longe de mim.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Diante do aborto como possibilidade de desfecho para a gravidez, o relato de P3 ilustrou algumas reflexões elaboradas sobre as relações de gênero na esfera reprodutiva, que

asseveram o domínio feminino nesse âmbito (ARILHA, 1999, p. 463; RAMIREZ, 2000, p. 297; RAMÍREZ-GÁLVEZ, 1999, p. 45), configurando uma “reversão na hierarquia de gêneros” (HEILBORN, 2010, p. 118) pela subordinação do masculino ao feminino, de forma que, “na prática, as mulheres parecem definir o momento em que seus homens tornam-se pais” (OLIVEIRA et al., 2011, p. 33).

A reflexão de Batista (2009), de que o “aborto dos homens” é “feito pela boca”, concretizando-se na rejeição das consequências da atividade sexual heterossexual e no abandono da ex-parceira e/ou do/a filho/a, faz evocar a atribuição de paternidade pré-cristã, do direito romano, segundo a qual “o *pater* é aquele que designa a si mesmo como pai de uma criança por adoção, que a conduz pela mão. Como consequência a filiação biológica (*genitor*) é totalmente desconsiderada caso não se siga da designação pelo gesto ou pela palavra” (ROUDINESCO, 2003). Há nessa atitude um reflexo da ordem patriarcal, que acentua a dominação masculina e a opressão feminina:

Uma medida da intensidade e da configuração de um esquema de dominação é a deserção. Quem escapa pelas brechas das amarras e quem fica preso nelas. As dominações constroem seus personagens, como alianças que atravessam a produção de pessoas, mas algumas pessoas têm mais rotas de fuga à disposição. É assim com a ordem patriarcal no Brasil: os pais de fato podem escapar da paternidade indesejada, as mães estão condenadas a ela.

(BENSUSAN, 2012, p. 322)

A proibição do aborto “pode ser interpretada como uma tentativa de reafirmar a ideia da prioridade dos fatos biológicos da vida sobre o componente cultural e social, a fim de defender a conclusão de que a mulher deve aceitar o ‘destino natural’ da maternidade” (MORI, 1997 apud RAMÍREZ-GÁLVEZ, 1999, p. 35). Tal associação inescapável entre feminino e maternidade, cujo fundamento é endereçado à natureza (BADINTER, 1985; CAMPOS, 2006; OLIVEIRA et al., 2006, p. 31), quando colocado em relação ao seu oposto complementar, do interesse e participação masculina, no aspecto *biológico* da reprodução, condensados no ato sexual fecundador (MACHADO, 2010; STRATHERN, 1995), põe em ação uma ferramenta de opressão que, ao mesmo tempo em que permite que os homens desertem da paternidade, tolhe as possibilidades de escolhas e controla o corpo das mulheres pois, “ao serem proibidas de controlar suas vidas reprodutivas, são obrigadas a assumir as maiores responsabilidades pelos filhos, ficando em uma posição de desvantagem em relação aos homens.” (RAMÍREZ-GÁLVEZ, 1999, p. 37). Em outras palavras,

a gestação avança no corpo da mulher e tem sido dela a maior responsabilidade de acompanhar os primeiros anos de uma criança no mundo, buscando cuidar do que é necessário para que esta possa se desenvolver. O que remete a elas também a responsabilidade pela anticoncepção.

(BATISTA, 2009)

Machado (2010) indica que as discursividades posicionadas a favor da legalização do aborto fundamentam-se em dados estimados que expõem o aborto em sua clandestinidade assim como os efeitos mórbidos acarretados por essa clandestinidade, comprometendo a vida de mulheres adultas que têm, por efeito da proibição, seus direitos sequestrados (2010, passim). Em contraposição, a discursividade conservadora adota a defesa da “vida”, segundo Machado, “em abstrato” (2010, p. 142), pois fundamentam-se numa simbiose entre a singularidade do DNA e a singularidade do indivíduo, não se constituindo como uma defesa da alteridade, uma vez que “se marca pela defesa especular de imaginar que sua própria imagem, seu rosto, não pudesse ser traçado se as mulheres tivessem interrompido suas gravidezes...” (2010, p. 143).

No patriarcado fantasmagórico em que vivemos (...), os homens são sombras fugidias nas famílias, enquanto as mulheres tocam o ofício da produção de pessoas. Vale notar que o patriarcado sem pais onera as mães e, em princípio, vulnerabiliza as mulheres, já que a elas não estão abertas as rotas sinalizadas da deserção.

(BENSUSAN, 2012, p. 323)

Todavia, é válido ressaltar, como colocado por Ramírez (2000, p. 322), que, embora não haja equivalente masculino para o envolvimento corporal feminino na experiência do aborto, os homens também são afetados subjetivamente pela situação. Por outro lado, não existe um equivalente ao aborto para o homem, cuja presença financeira e afetiva na vida do/a filho/a biológico pode ser reclamada pela mãe, ou por esse/a filho/a, a qualquer momento (FONSECA, 2004; 2005; SANTOS, 2013) – tampouco existe, no Brasil, amparo legal para as mulheres que decidem voluntariamente recorrer ao aborto – são exceções os casos de gravidez decorrente de violência sexual, gravidez de alto risco para a gestante e anencefalia do feto (BLOGUEIRAS, 2014).

Embora a estratégia de “sumir” do alcance da ex-parceira seja apontada como uma estratégia adotada por homens que não desejam comprometer-se com os possíveis desdobramentos de uma relação sexual como encontrado, por exemplo, nos grupos estudados por Quadros (2011) e Costa (2001), esta não parece uma alternativa viável para os colaboradores da pesquisa – pelo menos, não nas experiências específicas aqui estudadas.

A situação de P4, em relação à notícia da gravidez, será explorada na próxima seção, pois a narrativa do colaborador a esse respeito apresentou bastante complexidade, entrelaçando expectativas de formação familiar com a parceira e dúvidas em relação à legitimidade do vínculo de sangue com a bebê em gestação – aspectos que não encontram paralelo nas experiências relatadas pelos outros três colaboradores.

Pai e mãe... marido e esposa? Consanguinidade e aliança na formação de família

Há, na trajetória de P4, deslocamentos em relação à convenção cultural euro-americana, indicada por Strathern (1995, p. 328), cujos efeitos são interessantes para pensar a divisão sexual do trabalho reprodutivo na nossa sociedade. Essa convenção cultural segue a lógica que organiza o entendimento da procriação no contexto euro-americano<sup>12</sup>, e interpõe uma assimetria de desejos inerente à própria diferença sexual e ao que esta diferença implica para o processo reprodutivo: ao homem, atribui-se o desejo pela ligação sexual, associada à fecundação (OLIVEIRA et al., 2011, pp. 33, 44, 45; ARILHA, 1999, p. 458); à mulher, o desejo de relacionamento – uma vez que, pela “lei do intercuro sexual”, em decorrência do ato fecundo a maternidade estaria irrevogavelmente estabelecida. Exemplo de conformidade à convenção pode ser apontado nos os achados de Oliveira et al. (2011), que estudaram comparativamente o envolvimento de duas gerações homens de camadas médias com a contracepção:

Em realidade, o corpo da mulher é, para os homens de ambas as gerações, o princípio de todas as coisas em matéria reprodutiva. É o fundamento do próprio feminino. Os depoimentos indicam que, na concepção expressa pelos homens, o feminino tem um pé na natureza, na condição biológica da mulher. (...) De acordo com a matriz cultural com a qual os entrevistados operam, mulheres e homens encontram-se submetidos ao poder de seus corpos. Os homens separariam amor e sexo, seriam mais ousados ou arriscariam mais na vida, enquanto as mulheres tenderiam a associar suas experiências de sexo e afeto ou a confundi-las, segundo alguns.

(OLIVEIRA et al., 2011, p. 31)

Os deslocamentos em relação à convenção cultural com os quais P4 precisou lidar aparecem em sua narrativa da comunicação da gravidez, construída com base na evidenciação de dois elementos apresentados, naquela ocasião, pela ex-parceira: M4, por um lado, desafia a “lei do intercuro sexual” quando propõe entregar a filha para P4, o que pode ser interpretado como uma recusa da maternidade e da tarefa de construir relações sociais para a criança. Por outro lado, ao relatar que havia tido relações sexuais com outro homem enquanto eles ainda namoravam, M4 nega a P4 a certeza imediata do parentesco genético, uma vez que “a maternidade estabelece-se tradicionalmente com a mãe dando à luz enquanto a paternidade o é pela prova de relações sexuais com a mãe” (STRATHERN, 1995, p. 303):

Na verdade, a mãe havia me traído. Ela me traiu cerca de alguns, eu acho que antes da nossa última relação sexual, foram... deixa eu ver... eu acho que foi cerca de duas semanas, alguma coisa assim. (...) Na verdade, o que me preocupou foi uma coisa que ela falou depois, ela queria que eu... ela perguntou se eu ficaria com a menina depois que nascesse, com a filha, e isso me preocupou bastante. (...) [Perguntado se

---

12 O modelo duogenético, compreendendo o ato sexual envolvendo duas partes individuais (masculina e feminina) que, por meio do ato sexual fecundo, reproduzem-se na forma de um novo indivíduo.

“ficar com a criança” seria dividir com M4 a responsabilidade ou ele ficar inteiramente responsável] Pelo que eu entendi, inteiramente responsável, e eu tenho certeza disso porque ela jamais quis ser mãe. (...) Mas quando ela me solicitou isso, eu de certo modo chamei ela para a realidade porque eu não pretendia... eu sei quais são as consequências de uma criança não ser bem cuidada pela mãe, não ser bem cuidada pelos pais... pelo pai e por aí vai. Então o meu medo era que a criança sofresse, a princípio.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Parece viável elaborar uma correlação<sup>13</sup> entre esses deslocamentos e certa característica, peculiar à experiência do colaborador, que parece subverter o modelo euro-americano de atribuição de tarefas reprodutivas segundo o gênero. Essa subversão acontece quando, diante da inicial recusa da maternidade por M4, P4 assume como projeto, ou *meta*, a tarefa de construir relações e ambientes para acolher a criança:

(...) conhecendo um pouco do perfil dela [de M4], eu imaginava na verdade que ela fosse rejeitar a criança, se não depois do parto, enfim, depois de algum tempo, eu achava que isso ia acontecer. Então a minha meta era fazer com que o trauma para a criança e para mim, conseqüentemente, embora fosse secundário, fosse o menor possível. Eu sempre pensei nisso “vou fazer de tudo para que a criança esteja num ambiente propício para que ela se desenvolva bem, para que ela tenha paz... conviva com os pais no momento em que ela precisar” então essa foi a minha meta.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Esse colaborador considerava que, mesmo diante da *certeza* de que uma relação de conjugalidade entre ele e M4 não se manteria por muito tempo, era *melhor para todos* que pai, mãe e filha convivessem *juntos*. O *amor* de P4 por M4 é apresentado como motivação para as tentativas de reabilitar a relação, mas esse fator perde intensidade diante da falta de certeza sobre o vínculo genético entre P4 e Fa4, mostrando-se menos preponderante e mais instável que o vínculo de sangue entre pai e filha para a formação do núcleo familiar. É possível indicar, na fala de P4, um contraste entre os fatores consanguinidade e aliança, o primeiro fator servindo de suporte para o segundo:

Desde que a gente terminou, a gente não voltou em hipótese nenhuma. Nós, eu principalmente, sempre quis retornar ao relacionamento tanto por gostar dela quanto por achar que um ambiente familiar era a melhor coisa, mas eu tinha certeza de que não ficaríamos juntos. Eu sempre tive a certeza, por várias razões. Uma delas era o tipo de personalidade que ela tinha, o tipo de personalidade que eu tenho, cada um tem as suas tendências positivas e negativas, então haviam algumas coisas que a gente não... infelizmente não conseguia conciliar, então eu já esperava. (...) Então eu deixei a coisa fluir, sempre fui fiel, inclusive eu jamais a traí, nem pensei, nem tinha para quê, eu a amava e a gente tinha uma relação boa, era tudo ótimo. Mas eu me mantive fiel aos meus princípios e com isso a coisa foi fluindo e chegou onde chegou por razões naturais. Ela não estava afim, pronto, cada um para o seu lado, inicialmente. Então, mas chegou a criança lá e depois de... depois de um certo tempo, inclusive quando ela recebeu aquele resultado lá de que estava... das semanas, ela teve certeza de que eu era o pai, então a coisa ficou um pouco mais, vamos dizer, mais maleável, mais tolerável, mais suportável. A gente começou a se relacionar melhor, inclusive eu propus, duas vezes eu acho, que nós retornássemos o

---

13 Uma ressalva: as interpretações apresentadas não pretendem estabelecer relações de causalidade entre os elementos vinculados.

relacionamento, eu diria mais por conta da família, porque eu tinha já a certeza de que em algum momento ia ruir e outra coisa, eu sei o quanto eu sou apegado à vida, eu sabia que eu ia ficar muito apegado à criança, então quanto mais tempo eu passasse com ela, principalmente convivendo junto até com a mãe, seria melhor para todos.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Esse ordenamento, que vai da consanguinidade à aliança, parece indicar uma inversão de sentido em relação aos valores de escolha e autonomia característicos da ideologia individualista que fundamentam a perspectiva de formação de arranjos familiares alternativos à família nuclear, constituída pelo casal e seus/suas filhos/as (VARGAS et al., 2010, p. 156). Pode ser inferido do encadeamento temporal dos eventos na fala do colaborador que o desejo de união com a ex-parceira prioriza a formação de um *ambiente familiar* no qual seriam estabelecidos os laços entre P4 e M4 e entre o casal e a criança. P4 tentou reabilitar o laço de conjugalidade com M4 ainda após o nascimento da filha embora, como ele pontuou, não tivesse interesse em voltar ao relacionamento amoroso:

Na verdade, eu não tinha interesse efetivo em... em termos... em voltarmos o relacionamento amoroso desde alguns dias de nascida... que Fa4 tinha nascido. Eu já inclusive tinha até me interessado de certo modo em outra pessoa, mas eu, pela ambiência na minha opinião ser propícia à coisa familiar, eu ainda estava tentando fazer as coisas terem uma atmosfera melhor, eu ainda cogitava a possibilidade de voltar para que a gente tentasse pelo menos que a família se restabelecesse.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Podemos indicar, assim, dois referenciais de análise para construção narrativa desse momento da experiência de P4. Um deles seria o amor, categoria que engaja indivíduos, “no sentido de seres despidos de qualquer referência ao mundo social” (VIVEIROS DE CASTRO e ARAÚJO, 1977, p. 131), em relações *interindividuais*. Essa forma de articulação de indivíduos também pode ser indicada no trabalho de Salem (1989), ao tratar do tipo de conjugalidade própria ao casal igualitário:

a parceria se percebe como composta de duas unidades fundadas antes em elos subjetivos do que em injunções sociais ou laços sociológicos. Tal qualidade manifesta-se, primeiramente, na crença de que o casal não deriva sua realidade dos grupos a que cada cônjuge pertence sendo, ao invés, instituído pelo desejo dos sujeitos.

(SALEM, 1989, p. 5)

O esforço despendido por P4 nas tentativas de reabilitar sua ligação com M4 tinha inicialmente, conforme visto, o *amor* como motivação. Porém, diante da incerteza sobre a paternidade, é possível vislumbrar na narrativa o esmaecimento do amor como principal motivação para as tentativas de religação com a ex-parceira<sup>14</sup>:

14 Não será discutido na análise, para além desta nota, o emprego por P4 das expressões "caído na doideira" e "pessoa que estava alienada" para descrever o desvio no comportamento sexual esperado (por ele) de M4. É importante, porém, estabelecer um paralelo entre o uso dessas categorias e as considerações de Quadros (2006, 2011) acerca da classificação de mulheres pelos homens de grupos populares como forma de cuidado

(...) quando ela me contou, na verdade, ela me disse que estava grávida e que não sabia quem era o pai, e eu fiquei preocupado porque achava que ela tivesse caído na doideira, mas na verdade ela me falou que foi com um ex-namorado. Então eu fiquei um pouco mais tranquilo porque pelo menos eu não tinha ficado com uma pessoa que estava alienada, isso não foi problema. Então, isso obviamente me deixou chateado, porque inclusive tinha esperança de que a gente voltasse, eu estava trabalhando de certo modo para isso, mas não aconteceu. Ela me contou que estava grávida e não sabia quem era o pai.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

O outro referencial seria a genetização do parentesco, processo que evidencia o valor simbólico que o laço de sangue<sup>15</sup> adquire em meio ao desenvolvimento das tecnologias reprodutivas e à apropriação dessas tecnologias pela população (LUNA, 2005, p. 398). O sangue, neste contexto, atua como vetor para a constituição de relacionamento entre pessoas específicas, de modo que o parentesco genético pode ser apontado entre os caracteres constitutivos do indivíduo. O vínculo de sangue entre P4 e a filha, afirmado pela mãe, parece tomar o lugar do amor como motivação para a formação da família, em conformidade com a indicação de Luna:

Os laços de sangue são símbolos de pertencimento entre pessoas, das relações de filiação. (...) O sangue articula a ordem da Natureza com a da Cultura, transmitindo mais do que genes. A pessoa nasce mais do que um simples corpo natural, já surgindo 'moralmente constituída, representante de uma família, uma tradição'.

(LUNA, 2005, p. 400)

O projeto de P4 em relação à constituição familiar indica uma tendência do colaborador a buscar conformidade no estereótipo da “família classe média urbana”<sup>16</sup>, modelo diante do qual a sua situação apareceria como “desestruturada” (GOLDANI, 1993). Seu projeto também pode ser alinhado ao modelo de família da “primeira modernidade”<sup>17</sup> (SINGLY, 2007, p. 130). As tentativas de retomada do relacionamento, principalmente depois

---

preventivo em relação à gravidez e, sobretudo, DSTs. As categorias empregadas por P4 transmitem a ideia de desconfiança motivada pela falta de controle sobre o comportamento sexual da mulher – ele ficou *chateado e preocupado* ao saber que M4 tinha feito sexo fora do namoro, o que poderia ter feito dela uma pessoa *alienada* ou *caída na doideira*, com quem, parece possível inferir, ele não se relacionaria. P4 recobra sua *tranquilidade* ao saber *com quem* ela se relacionou sexualmente, o que parece interpretável como a satisfação do desejo de regulação da atividade sexual da ex-parceira. Todavia, o posicionamento de P4 se distancia daquele indicado como característico dos homens de grupos populares porque ele não pauta o próprio comportamento numa liberdade negada à mulher – *ele a amava, jamais a traiu*, está posto em uma de suas falas. Neste sentido, o incômodo expresso por P4 parece aproximar-se mais da frustração de uma expectativa projetiva, própria ao amor romântico que será abordado mais adiante, do que a uma dupla moral sexual na qual se fundamentaria a opressão da sexualidade da mulher através da desvalorização das experiências sexuais femininas e, de modo complementar, a liberdade sexual como fator de valorização da sexualidade masculina.

15 O sangue como elemento relacional, em Luna (2005), emerge da discussão que a autora trava com as colocações de Ingold, que trata o parentesco genético como “um parentesco cortado do contexto dos relacionamentos e atribuído em termos de uma propriedade comum dos indivíduos considerados entes separados e isolados.” (LUNA, 2005, p. 398)

16 Estereótipo descrito por Goldani (1993, p. 70): “Trata-se de uma família ainda centrada ao redor das funções reprodutivas, onde a criança ocupa um lugar destacado.”

17 Modelo constituído pela valorização da coesão do grupo familiar, que engloba os membros, no qual os adultos se posicionam “a serviço da família e, principalmente, das crianças” (SINGLY, 2007, p. 131, n. 113)

que o vínculo sanguíneo com a filha é confirmado pela mãe, enfatizam o “esforço humano” que, no sistema euro-ocidental, é necessário despende para *construir* relações<sup>18</sup>:

Nesta maneira de pensar, as relações não são um campo inevitável para as ações das pessoas, mas têm de ser criadas através do esforço humano. O esforço é culturalmente reconhecido em termos de motivação correta especificamente no desejo que os parceiros conjugais manifestam um pelo outro e no que se supõe que manifestem por um filho.

(STRATHERN, 1995, p. 327)

O projeto de família almejado por P4 se distancia do que foi expresso pelos três outros pais. Os colaboradores P1, P2 e P3 fundamentaram seus projetos em perspectivas mais alinhadas aos valores individualistas assinalados por Singly (2007) como característicos das famílias do tipo “segunda modernidade”<sup>19</sup>. Para esses pais, o vínculo sanguíneo com o/a filho/a não suscitou a necessidade da aliança com a mãe, considerando que a relação com a parceira, ou ex-parceira, não se encaminhava para esse desfecho antes da gravidez. Neste sentido, é possível situar esses três colaboradores num universo mais amplo:

pais e mães solteiros, fundamentados na valorização da escolha e da autonomia individuais características da ideologia individualista, constituem novos arranjos familiares como alternativa à constituição do casal. O casamento para os setores mais modernos da sociedade contemporânea é caracterizado como uma escolha recíproca, baseada em critérios afetivos e sexuais e na noção de amor. Tal formato aponta para a ordenação da aliança como presidida por uma lógica fundada nos valores da igualdade, liberdade e singularidade individuais, que caracteriza a noção de pessoa moderna.

(VARGAS et al., 2010, p. 156)

É possível interpretar os relatos de P1 e P2, quando descreveram o tipo de relação que mantinham com as parceiras, antes e também depois delas tornarem-se mães de suas crianças, como exemplos de relacionamento puro<sup>20</sup> e amor confluyente<sup>21</sup>, em contraste com as expectativas apontadas na narrativa de P4, mais alinhadas ao amor romântico em seu aspecto duplamente projetivo: “apoia-se no outro e idealiza o outro, e projeta um curso do desenvolvimento futuro” (GIDDENS, 1993, p. 56). As modalidades de relação e afetividade

18 A noção de “relação”, aqui, refere-se à que pode ser depreendida do modelo de parentesco ocidental, indicada por Strathern (1995): “O filho euro-americano não nasce axiomáticamente num campo de relacionamentos. Embora sua concepção exigisse um relacionamento, que suas características registram, em si mesmo ele surge como uma pessoa individual com necessidade de relacionamentos” (1995, p. 328, sem grifo).

19 “(...) é a família atual, que atribui maior peso ao processo de individualização. Seu elemento central não é o grupo, mas os elementos que o compõem: a família é um espaço privado a serviço dos seus membros” (SINGLY, 2007, p. 131, n. 113).

20 O termo relacionamento puro: “Refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes consideram que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem.” (GIDDENS, 1993, pp. 68-69)

21 “O amor confluyente é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias 'para sempre' e 'único' da ideia do amor romântico. (...) Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da 'pessoa especial' e o que mais conta é o 'relacionamento especial'.” (GIDDENS, 1993, p. 72)

com as quais estão alinhados P1 e P2 são derivadas da fragmentação da ideia de amor romântico, que se dá por meio da pressão exercida pela emancipação e autonomia sexual feminina características da época atual (GIDDENS, 1993, p. 72). Esses colaboradores indicaram a *amizade* como o vínculo no qual está fundada a aliança com as mulheres mães de seus filhos:

A gente se aproximou mais mas a gente costumava dizer, o pessoal perguntava: 'você são o quê?', 'somos amigos', 'como é que você têm um filho e é amigo?'

(...) Na verdade, a gente não era nem namorado. A gente ficava, se encontrava. Era como se fosse um namoro: ela não ficava com ninguém, eu não ficava com ninguém, chegava em algum lugar e ficava. Se encontrava final de semana, vamos dizer assim.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

A frequência com que a gente se encontrava variava bastante, dependia de disponibilidade, geralmente. Mas eram algumas vezes na semana.

(...) A relação com a mãe dele é muito boa, eu gosto muito dela e a gente era amigo antes e a gente continua bastante amigo agora, claro que tem umas pendências [risos] emocionais aí, em relação a isso, mas a relação é muito boa.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

A narrativa de P3 sobre o relacionamento com M3 apresenta o impasse vivido pelo casal em razão do racismo expresso pela família dela, que o colaborador também percebia em sua parceira<sup>22</sup>. O racismo foi indicado por P3 como elemento complicador da relação – relação esta que sequer era de conhecimento da família de M3 – considerado um fator de influência na decisão inicial da mulher pelo aborto:

[Perguntado sobre possíveis expectativas de M3, em relação a ele, diante da notícia da gravidez] na verdade, ela falou da suspeita, fizemos o teste juntos, soubemos juntos e, num primeiro momento, ela não pensou em outra coisa a não ser o aborto. E aí eu acho que estava muito relacionado... eu acho que estava menos relacionado a ter um filho comigo e mais relacionado ao contexto, porque era um contexto que os pais dela não sabiam da relação, os pais dela são racistas, então acho que tudo isso naquele momento a motivou a pensar nisso (...).

(...) Na realidade eu estava contando para você o começo, por isso que eu disse que os pais eram racistas, mas na realidade a percepção que eu tenho é que a família toda, incluindo a mãe de Fa3, é racista. O que aparentemente é meio estranho, porque eu já era negro quando [risos] a gente se relacionou, mas eu acredito que, vamos dizer assim, esse dado demorou muito para cair completamente, essa questão. Então, uma parte significativa do modo como a família lidou estava mais relacionado à questão mesmo racial. E hoje a gente ainda tem problemas com isso.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Por fim, tratando-se das relações dos colaboradores com as parceiras na procriação, é possível distanciar a experiência de P3 da experiência comum apontada nas narrativas de P1 e P2, porque P3 classificou a relação com a mãe de sua filha como um *namoro*, sentido que parece estar mais próximo daquele que P4 atribuía à sua relação com M4. Distancia-se da

22 A questão racial é um vetor importante para a interpretação das experiências desse pai. Sua narrativa efetuou interessantes cruzamentos entre raça, classe e gênero que, embora sejam considerados na elaboração das análises, não serão explorados com a profundidade que um estudo de relações conjugais inter-raciais poderia dedicar-lhes (cf. BARROS, 2003).

vivência deste último, porém, por não associar a paternidade à necessidade de formação de aliança conjugal com a ex-parceira. Enquanto P4 indicou como projeto a formação de um *ambiente familiar* no qual a criança convivesse com o casal, mesmo considerando de antemão que esta aliança estava destinada a desfazer-se, para P3, o acontecimento da gravidez não acarretou a necessidade da formação de uma família nuclear conjugal, uma vez que a relação com a mãe de sua filha não se justificava por si só:

O fim do namoro se deu justamente por isso: a gente nunca conseguiu ter uma relação tranquila. Era uma relação muito conturbada. Havia muito carinho, havia muito gostar, mas também havia muito tumulto na relação. E o final da relação aconteceu exatamente por isso. E quando ela engravidou eu não achei justo que a gente ficasse junto por causa da criança, na medida em que nada parecia que levaria para uma outra direção a relação.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Acompanhamos, até aqui, as primeiras experiências dos colaboradores no estágio inicial da gravidez das parceiras. Observamos que, quando a gravidez aconteceu no período em que o colaborador considerava estar experimentando as possibilidades da juventude, foi interpretada como uma ruptura entre lazer e responsabilidade; as práticas contraceptivas relatadas estiveram, em certa medida, condicionadas à intimidade com as parceiras e sujeitas a circunstâncias fortuitas envolvendo o erotismo; um colaborador referiu considerar a moral católica como aspecto relevante no posicionamento contrário ao aborto, enquanto esta não era uma escolha que dizia respeito à sua própria vida. O pai que já tinha uma filha de outro relacionamento, fez referência a questões práticas ao expor as razões para sua resistência inicial em aceitar a decisão da parceira de levar a gravidez adiante, após ela ter desistido da ideia inicial, com a qual ele concordava, de abortar a gestação.

Observamos também que nem sempre a conjugalidade com a parceira é percebida como primordial para o estabelecimento do vínculo entre pai e filho/a. O colaborador que referiu a estrutura familiar nuclear como ideal para criar a filha localizou temporalmente esse modelo, em sua linha narrativa, depois que a dúvida sobre a sua paternidade foi esclarecida positivamente. Esse colaborador relatou ter a parceira cogitado entregar-lhe a criança após o nascimento. Ele assumiu como projeto a tarefa de construir relações para receber a criança e, entre essas, reabilitar o relacionamento com a parceira com vistas a formarem uma família. Os três outros colaboradores não consideraram a formação de uma família com a parceira, para receberem o filho, uma vez que este não era o curso que o relacionamento parecia seguir antes da notícia da gravidez.

#### Gravidez e nascimento: presenças e ausências masculinas

Neste tópico encontram-se as análises que tratam das descrições e sentidos de práticas, acontecimentos e projetos, apreendidos nas narrativas que apresentaram as experiências dos pais durante a gestação e na ocasião do nascimento de suas crianças. A mulher, mãe, é a mediadora fundamental dessas primeiras interações do homem com o/a filho/a, e essa mediação se dá por meio e através do seu corpo grávido.

Os colaboradores relataram diferentes vivências no período da gravidez das parceiras. P1 considera que *participou ativamente* da gravidez porque acompanhou a parceira a um exame e recebeu notícias de M1 sobre o acompanhamento pré-natal. Nota-se na fala desse pai a vinculação da gravidez à mulher que carrega o filho no ventre: ele participou da gravidez *dela*; *ela* sempre contava o que *ela* ia fazer:

Vamos dizer que eu participei da gravidez dela porque eu fui a uma ultrassonografia dela, procurava saber como é que ela estava, referente também a como ia ser o dia a dia da gente, já que Fo1 vinha, sabia que ia chegar uma hora que ele ia ter que estar comigo (...). Mas eu participei ativamente, tava com ela, sabia as datas que ela ia fazer exames, conversava com ela a respeito dos exames, como que foi, se estava tudo bem. (...) Ela sempre contava, ela procurava contar sempre tudo que ela ia fazer. Ela chegava e 'tal dia eu marquei um médico', 'tal dia vou fazer tal coisa', 'tal dia vou conversar com o médico', ela sempre deixava a par.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

Narrando acontecimentos similares àqueles elencados por P1 para descrever sua participação no período da gravidez, P2 atribuiu à sua experiência o sentido oposto ao indicado por P1: P2 considera que esteve *distante* nesse período, em relação à presença / ausência junto à parceira gestante. Todavia, esse colaborador ressaltou que esteve presente, participando *direta e ativamente* da preparação do espaço para a chegada da criança:

Eu me distanciei bastante durante a gravidez. Recebia notícias, todo dia ligava para ela, falava com ela para saber como era que estava, se estava tudo bem, se estava precisando de alguma coisa. Nos momentos que precisou comprar coisas e tudo mais, eu participei ativamente, comprei coisas, fui na casa, ajetei essas questões físicas, de instalações físicas, eu participei diretamente. Mas eu não ia, por exemplo, às consultas do obstetra, de ginecologista e tal, não participei disso. [Como se sente por não ter participado] Eu queria ter podido ajudar mais, em termos de suporte emocional e tudo mais, mas de fato era algo que eu não seria capaz de fazer, eu acho que minha presença atrapalharia mais do que ajudaria. Então, mal – eu me sinto relativamente mal, mas acho que não tinha como ser de outro jeito, não. Resignado, digamos assim.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

Embora não seja o objetivo construir uma explicação ou justificativa para as interpretações dos colaboradores apresentadas nas narrativas acerca da participação e da presença deles no período da gravidez, alguns elementos podem ser mobilizados como auxiliares para a compreensão da oposição entre os posicionamentos de P1 e P2 em relação à descrição de situações semelhantes. É importante observar que tratam-se de narrativas que

remetem a acontecimentos situados em pontos diferentes no tempo, em relação ao presente, para cada colaborador: como se sabe, P2 era pai de um bebê de oito meses quando aconteceu a entrevista e, na mesma época, o filho de P1 já contava 8 anos. É válido também ressaltar que, embora estejam enfatizadas semelhanças e diferenças pontuais, tratam-se de experiências e trajetórias distintas, como pode ser observado de modo mais abrangente no quadro 7 – *Histórias de paternidade* e no tópico *Características dos colaboradores*.

Um ponto a ser destacado na narrativa de cada pai é o que apresenta o projeto de paternidade que eles localizaram antes do acontecimento da gravidez. Esses projetos, de P1 e P2, foram apresentados e analisados mais acima, em relação ao acontecimento da paternidade na juventude, caso de P1, e à (não-)procriação como escolha, no caso de P2. O que fica ressaltado por essa comparação é que havia o desejo por filhos, no caso de P1, ainda que não naquela circunstância, enquanto P2 havia decidido que não teria filhos e relatou não enfrentar conflitos decorrentes da decisão, inclusive dentro do seu casamento.

É possível alinhar o projeto de paternidade ao projeto que esses homens tinham para o relacionamento com as mães de seus filhos. A relação de P1 e M1 estava fluindo normalmente quando aconteceu a notícia da gravidez. Embora ele considere que a gravidez tenha aproximado o casal, essa maior proximidade não ensejou mudança na relação. P2, por sua vez, cogitava terminar o relacionamento com M2 (e também com sua esposa):

(...) quando a gente começou a ficar, a gente não tinha nem intenção de constituir família, tanto eu como ela. Ela sempre falou que não pretendia casar, não pretendia nem ter filho, na verdade. E eu queria ter filho bem mais velho. (...) [Falando da proposta de M4 de morarem juntos, quando Fo1 tinha entre 3 e 4 anos] eu nunca tive essa vontade, não sei. Não sei se por conta do início do relacionamento, como foi coisa descompromissada e como foi empurrando com a barriga, chegou ao ponto de, não sei, eu não ter essa vontade de, como as coisas aconteceram de repente, eu fui pai por acaso, não queria que a coisa acontecesse por acaso, só quando batesse a vontade mesmo de morar junto, eu ir, fazer dessa forma.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

Para ser bastante sincero, eu acho que a coisa tava mais sendo direcionada para um fim do que sendo direcionada para um resolução em que a gente ia ficar junto, alguma coisa assim. (...) Nos últimos dias, minha intenção era essa, era tentar terminar a relação e de repente também terminar meu casamento [risos] e de seguir a vida, mas... aconteceu [risos].

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

Veremos abaixo que enquanto as falas de P1, talvez embotadas pelo tempo, transmitiam aceitação um tanto passiva, distante, *superficial*, do desenvolvimento da gravidez, é possível indicar em diversos trechos da narrativa de P2 que a paternidade era, meses depois do nascimento do filho, algo ainda não estabelecido para ele. É notável nas elaborações do segundo colaborador uma recusa da paternidade, ao menos das paternidades que ele apontava na sua família e entre seus amigos, alguma relutância em *ser pai*, assumir-se

pai – relutância que, embora não tivesse como efeito recusar o filho ou as funções de cuidados com o bebê, parecia deixar o pai sem muitas referências para afirmar a sua própria experiência:

Sinceramente, eu não tinha a menor ideia do que era ser pai [na época que soube que seria]. Eu até comecei a conversar com a mãe dele, na época, cogitava a hipótese: 'se tu fosse pai um dia, o que era que tu ia fazer?' eu fiz: 'não tenho a menor ideia, que eu não sei nem quem eu sou hoje, quanto mais o que eu vou fazer pra criar uma criança?'

(...) Sabia que era pra nascer em outubro e M1 foi fazer um exame pra saber quando ia ser marcada a cesárea dela. A gente queria marcar para o dia 12 e acho que era dia 6. Aí eu cheguei lá pra saber da notícia: 'quando é que vai ser?'; 'vai ser amanhã'. Aí foi quando a ficha caiu mesmo, que eu ia ser pai.

(...) A paternidade, quando o cara só sabe que vai ser pai, fica uma coisa superficial. E você é mãe, já com a criança no ventre, vai se adaptando com aquilo ali.

(...) [Se, com a gravidez, houve mudança na relação com M1] Mudou assim, até o sexto mês ficou basicamente a mesma coisa. Eu conheci a mãe dela na festa de formatura dela e depois conheci mesmo quando ela estava com seis meses de gravidez, foi quando a gente foi acertar o enxoval de Fo1. A partir desse momento, ficou mais próximo, eu passava a ir muito para a casa dela.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

Pra ser bastante sincero, eu tento ao máximo evitar [risos] esse tipo de coisa [pensar em si mesmo como pai] porque eu acho que é algo que eu não consigo lidar psicologicamente. Eu exerço todas as funções, eu tento exercer todas as funções, mas eu tento evitar, tento olhar com cuidado essa coisa de pai porque, para mim, é algo que excede o que eu faço e eu acho que não sou capaz de lidar com isso ainda não. Eu faço as coisas [risos], meus amigos perguntam como está meu filho, eu recebo os parabéns no dia dos pais e tudo mais, mas não é algo totalmente bem resolvido para mim, não.

(...) a forma como eu observo é uma forma que talvez não seja a forma como todos os pais veem, pelo menos o que eu converso com outros pais, talvez eu de fato não tenha nascido para ser pai, pelo que se descreve. Eu não tenho momentos mágicos ou qualquer coisa desse tipo (...).

(...) nunca me vi interessado em ser pai ou de ter filho, melhor dizendo – ser pai é mais complicado - mas em ter filho e tal. Depois que isso aconteceu, eu fui tentar ver o que as pessoas, o que meus colegas, as pessoas mais chegadas tinham de opinião, e às vezes eu não precisava nem ir atrás, as pessoas chegavam e diziam algo do tipo 'ah, cara, tu vai ver. Quando ele nascer vai ser a coisa... ser pai é a melhor coisa do mundo, você fica maluco, muda totalmente a sua vida, você vê as coisas por uma outra perspectiva' e tudo mais (...), era algo que eu tinha uma certa esperança, embora eu achasse que não ia acontecer comigo [risos], eu tinha uma certa esperança que acontecesse porque facilitaria muito a minha vida. E não foi o caso.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

Considerando que P1 desejava ser pai somente depois de alguns anos e que até então ele não havia estabelecido modelos de paternidade; que ele e M1 seguiram adiante com o relacionamento existente antes da gravidez e levando-se em conta que esse colaborador indicou a gestação como algo que acontece à mulher, que pertence a ela, parece possível afirmar que, para P1, a notícia da gravidez é um ponto de choque que não rompe os projetos do colaborador, parece tão somente antecipar responsabilidades que eram previstas para alguns anos adiante. O desenvolvimento da gravidez parece não ter modificado a percepção que P1 tem da sua relação com M1. A mudança que afeta essa relação, aproximando o casal e

a parentela de M1, é conduzida por questões práticas, no estágio mais avançado da gravidez, quando torna-se necessário preparar o ambiente para a chegada da criança.

Já a interpretação de P2 está saturada de perplexidade diante de acontecimentos com os quais ele não conseguia lidar, mas que tinha que lidar mesmo assim. Nesse sentido, o *distanciamento* com o qual descreveu sua participação parece dirigido ao aspecto emocional envolvido no desfecho da relação afetiva com M2, na revelação da gravidez para sua esposa e também na resistência inicial a experimentar a paternidade. É conveniente reforçar que o filho de P2 era um bebê de oito meses, quando o pai concedeu a entrevista, e que esse colaborador considerava, como será visto adiante, estar atravessando um processo de aceitação, adaptando-se às suas novas atribuições. Outro aspecto ainda não evidenciado, mas que pode reforçar a interpretação aqui apresentada, é que este colaborador atribui marcadores às suas experiências, distinguindo vivências *mecânicas* daquelas que envolvem a afetividade. Essa particularidade de P2 ficará evidente no capítulo seguinte, quando serão analisadas as práticas de cuidados dos pais para com seus/suas filhos/as e os sentidos que os colaboradores atribuem a essas experiências.

O realce dos projetos de paternidade e conjugalidade dos colaboradores, que teve por objetivo auxiliar a compreensão das avaliações que P1 e P2 fizeram da própria participação no período da gravidez, conduz à localização dessas avaliações em diferentes perspectivas. Na comparação entre as experiências de P1 e P2, é possível podemos indicar que a avaliação que os colaboradores fizeram da participação deles na gravidez envolve a transformação ou estabilidade percebida no vínculo entre eles e as mulheres grávidas. Nesse aspecto, mostra-se compreensível que P1 tenha se percebido como um parceiro presente na gravidez de M1, pois sua relação com a mulher grávida não sofreu modificações e, na narrativa desse colaborador, a gravidez é indicada como algo que acontece à mulher, que *pertence* a ela: o relacionamento continua, logo, ele está participando da gravidez *ativamente*. Parece possível assinalar uma conformidade das ações e expectativas de P1 com as expectativas organizadas pela divisão sexual do trabalho reprodutivo no sistema euro-americano, indicada por Strathern (1995).

Por sua vez, o *distanciamento* que P2 atribuiu à sua participação, parece alinhar-se – às avessas – a uma ideologia mais igualitária, na qual homem e mulher podem estar igualmente envolvidos com o processo reprodutivo. Talvez seja o uso dessa lente que evidencie, para o colaborador, seu distanciamento em relação às vivências da gravidez, tal como encontrado e relatado por Salem:

O princípio da indistinção de domínios e/ou de qualidades femininas e masculinas é noticiado ainda, de modo contundente, às avessas, ou seja, quando ele não é implementado na prática. O sentido de anomalia imputado a essas circunstâncias

evidencia-se no fato de gerarem mal-estar, desconforto ou, para usar uma categoria nativa, "culpa". Os jovens pais se auto-recriminavam quando, por motivos de trabalho ou por "impedimentos subjetivos", sua disponibilidade para com a criança se contraía.

(SALEM, 1989, p. 7)

Na experiência alinhada ao modelo “casal-grávido”, a participação do pai na gestação e no nascimento é essencial. O nascimento da criança, nesse modo de viver as primeiras fases da procriação, deve acontecer de uma maneira “natural”, na presença do pai, com o mínimo de interferência médica e intensa participação da mulher gestante, que deve se preparar física e psicologicamente para o acontecimento, assim como o parceiro. Constitui o perfil desse modelo, também, a participação do casal em grupos de preparação pré-natal coordenados por especialistas como obstetras, psicólogos e profissionais de corpo engajados na crítica ao sistema médico dominante (SALEM, 1989, p.1). Contrastando com P2 em relação ao alinhamento ao modelo “casal grávido”, está a experiência de P4:

A gente começou a frequentar encontros de grávidas, inclusive, foi fazendo isso e a gente se informou, se informou, se informou, até chegar ao ponto de acontecer uma coisa maravilhosa que foi o parto ter sido humanizado, com parteira, eu fui o “doulo”, eu doulei o parto, fui o ajudante lá, e nós fizemos tudo como era para ser feito porque essa era uma outra meta que eu tinha, enquanto eu puder eu vou auxiliá-la, mesmo eu sabendo que ela vai me chutar depois [risos], isso é normal, mas a minha obrigação, pelo que eu compreendo das coisas da vida, era fazer com que a harmonia fosse a coisa preponderante, fosse a melhor coisa de todas, foi o que eu sempre tentei.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

P4 aderiu positivamente a um modelo semelhante ao descrito por Salem (1989), buscando viver a procriação de modo igualitário – o que se mostra problemático justamente pela qualidade da relação desse colaborador com a mulher grávida. Embora a convivência durante a gravidez tenha sido frequente e pautada pela proximidade física, o colaborador não se sentiu autorizado a aproximar-se da filha, enquanto esta aproximação somente poderia acontecer por meio de e através do corpo da mãe.

(...) o sentimento de pai chegou depois de alguns meses que a minha filha nasceu. Não chegou antes, porque eu não tive chance de conviver com a mãe, nem... ela por ser uma pessoa um pouco fria, eu tinha receio de chegar, de conversar com a barriga.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

No caso de P4, o tipo de relação entre o pai e a mãe se coloca, nesse período, como um dificultador para o acesso do pai à filha, tornando ainda mais problemático o desafio da constituição de identidades relacionais através dos movimentos de simbiose e discriminação, característicos do modelo “casal igualitário”, pois no caso de P4 e M4 não havia uma unidade que servisse de suporte à fragmentação, não havia um *relacionamento* que organizasse as posições individuais em referência a um modelo de família previamente estabelecido – e era nesta direção que P4 pretendia levar o relacionamento, sem sucesso:

desfeita a "simbiose" — ou seja, a unidade dada e "natural" — o casal igualitário enfrenta o desafio de instaurar uma configuração na qual o preceito da "individualização" é inclusive afirmado como requisito para a preservação da unidade enquanto tal. Mais ainda: a expectativa de um máximo de fragmentação convive, no limite, com a expectativa de um máximo de junção (...).

(SALEM, 1989, p. 11)

Já a narrativa de P3 sobre sua participação na gravidez é construída com a comparação das duas experiências de paternidade pelas quais passou — quando Fa3 nasceu, P3 era pai de uma menina de quatro anos. Sua fala posiciona o desenvolvimento da gravidez dentro de um contexto mais amplo que envolve as famílias de origem dele e da parceira, além da própria relação do casal. A presença e a influência da família de origem de P3 foram evocadas espontaneamente, em diversos momentos da narrativa — uma característica que diferencia sua elaboração da paternidade das elaborações dos outros pais que participaram da pesquisa. É marcante, sobretudo, a identidade do momento em que P3 passa a se sentir pai de Fa3 com o momento em que ele conta isso à sua própria mãe:

(...) durante toda a gravidez [de M3] eu me responsabilizei por ela, a gente mantinha relações sexuais, eu a levava para fazer os exames, eu sustentava algumas coisas que ela não tinha condições de segurar a onda. Então, na realidade, foi uma espécie de ficar junto negando uma boa parte que se estava junto, mas a expectativa dela, de fato, era que a gente pudesse ficar junto.

(...) embora eu não concordasse no momento com a desistência [do aborto], mas todos os procedimentos relacionados à continuidade da gestação eu acompanhei e me empenhei. Então, depois dessas duas semanas que eu tive mais resistência, assentou na minha cabeça que eu ia ser pai novamente, a primeira coisa que eu fiz foi ir para [Cidade] para contar para a minha família, porque eu não ia dizer isso para a minha mãe por telefone. Então voltei a [Cidade], passei um final de semana lá, contei à minha mãe e no momento em que aquilo foi comunicado à minha família então para mim era um caminho que não tinha uma outra forma de pensar a não ser que eu ia ser pai novamente. Então eu acho que, na verdade mesmo, eu me tornei pai de Fa3 com um mês depois da notícia.

(...) Quando chegou, quando a notícia da vinda de Ia3 [primeira filha de P3] chegou, me fez muito alegre, eu acho que eu consegui, aliás, eu entendi isso no momento mesmo que me foi comunicado. Quem sofreu, na realidade, foi a mãe e aí ela tinha também um motivo adicional: a mãe tinha acabado de falecer, então eu acho que juntou medo de lidar com isso sem alguém experiente ao lado, a tristeza de saber que a mãe não conheceu a filha, a filha dela, então ela tinha passado por coisas, ainda estava sofrendo com tudo isso — a gente descobriu que ela estava grávida exatamente um mês depois da morte da mãe, então acho que isso mexeu muito com a cabeça dela, então para ela foi difícil no primeiro momento pensar a gravidez. Mas para mim foi uma coisa que não era esperada, que não estava nos meus planos, mas que a notícia não me trouxe nenhum transtorno, na realidade me trouxe muita alegria.

(...) a vinda de Ia3 e a vinda de Fa3 aconteceram em contextos muito diferentes, na época eu estava vivendo com a mãe de Ia3, isso é um tipo de felicidade muito diferente daquela que você tem quando você não está vivendo, você não tem essa agregação familiar. Então eu acredito que, na realidade, a mudança foi mesmo de experiência, poder pegar uma certa experiência e transformar isso em um cuidado mais diligente.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos — Entrevista)

É interessante salientar que essa característica da construção da paternidade de P3, que envolve marcadamente a família de origem, diferencia sua experiência daquela indicada

como a do “casal grávido”, que tem por característica a descontinuidade entre a família de procriação e a de origem. Aqui, é importante ressaltar que esse aspecto da vivência de P3 com sua segunda filha, a inter-relação dos parentes com o pai, a mãe e a filha, envolve também um desdobramento problemático, relacionado ao racismo da família de M3, que inicialmente afetou a formação do vínculo entre pai e filha, além de ser indicado, em meio a outras fontes, como causa de sofrimento para a criança:

(...) hoje Fa3 faz terapia de base analítica e o que a levou para a terapia é justamente questões raciais que ela enfrenta na escola, é uma escola de classe média, parece que na escola toda, com ela, são três, no máximo quatro garotos negros, e ela começou a sofrer discriminação pelas crianças justamente por causa disso (...) e isso fez com que ela falasse muito com a mãe sobre isso, falasse muito comigo sobre isso, e as respostas da mãe são sempre respostas muito complicadas, do tipo 'eu tenho sangue africano?' [Fa3 pergunta], 'tem, seu pai não é de [Cidade natal de P3]?' [M3 responde], então Pernambuco... ela [M3], que também o pai é negro, não passa por isso? Alguns meses atrás, acho que dois meses atrás, ela falando do pai e dizendo 'o meu pai é negro também, o que salva é que ele tem o cabelo mais liso'. E é uma coisa também que eu acho que não está bem resolvida na cabeça dela, da mãe. Então hoje eu vejo o seguinte: não só os avós, as tias, mas a própria mãe é racista e isso não é comunicado para Fa3 mas é passado de outras formas, por exemplo no esquecimento de que Fa3 é negra e um comentário sobre negros. Então é uma coisa complicada. Quanto à questão da relação com a família dela, desde o começo foi muito ruim, inclusive com muitas dificuldades de acesso a Fa3, muitas vezes foram colocadas condições humilhantes de visita e de ficar com Fa3 e acabou que a coisa se dividiu da seguinte forma: o pai, o avô de Fa3, ele continua com uma distância grande em relação a mim, a gente não se fala, é um cara que treme quando me vê, ele tem um problema de coração e eu tenho até medo que ele tenha um piripaque, e a avó de Fa3 também era extremamente hostil, mudou, vem mudando gradativamente. Agora, essa mudança, infelizmente, é uma mudança muito mais vinculada a uma certa posição profissional que eu adquiri e muito menos a chance de me conhecer efetivamente, de me entender e de saber qual o tipo de pai eu sou para Fa3.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Algumas das situações relatadas por P3, em relação ao racismo da família de M3, podem ser localizadas num contexto mais amplo, entre os achados de Barros (2003), que estudou as representações de *raça* entre casais inter-raciais. Seu estudo do material coletado em campo indica que “a ideologia racista afeta e é passível de ser reproduzida por todos, inclusive aqueles que são diretamente prejudicados por ela” (p. 101) e também aponta que a discriminação racial tende a ser amenizada diante da ascensão profissional e social do indivíduo (BARROS, 2003, *passim*).

Percebemos que os colaboradores qualificaram a participação que tiveram no período da gravidez em modos que parecem refletir a relação deles com as mães das crianças, estando, portanto, condicionada à qualidade da relação entre o homem e a mulher. Dessa forma, mesmo no caso em que a proximidade física entre o colaborador e a mulher grávida foi constante, a qualidade dessa relação inviabilizou um envolvimento mais intenso do pai com a filha em gestação. Observamos também que, em um dos casos estudados, a aceitação da

paternidade vindoura foi firmada somente quando o colaborador anunciou à sua própria mãe que seria pai novamente.

O acontecimento da chegada do bebê, o parto<sup>23</sup>, foi experimentado de três maneiras diferentes. M1 pariu no hospital e P1 não presenciou o momento, pois estava trabalhando. Ele disse que, mesmo que estivesse no hospital, não assistiria ao/o nascimento porque não suporta ver sangue:

Não estive presente no parto, não. Porque no dia eu estava trabalhando pela manhã, como eu falei, eu era autônomo e de manhã eu tava trabalhando, eu tive que fazer umas cobranças, na verdade, e cheguei lá poucos minutos depois de Fo1 ter nascido. Mas não estava presente no parto, não. Quem estava presente foi a mãe dela, inclusive registrou por fotos. Querendo ou não, eu estive lá na hora que acabou o parto, que eu fui para lá, M1 tinha acabado de chegar no quarto. Eu não ia participar do parto porque eu para ver sangue, eu sou uma porcaria. (...) Mas acredito que se eu não estivesse lá também, chegado a tempo, ela não teria ficado chateada, porque ela comentou comigo (...), ela disse: 'eu pensei que tu não ia nem vir'. Quer dizer, ia ser ruim para ela, na verdade. Mas eu fiz o que pude e cheguei na hora

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

P4, como já mencionado, participou ativamente do nascimento de sua filha, pois foi doulo no parto de M4. P4 pagou pelo procedimento do parto humanizado, para o qual ele e M4 se prepararam nos encontros de grávidas que frequentavam juntos. A convivência de P4 e M4 tornou-se mais complicada após o nascimento da criança, quando questões financeiras passaram a pautar as discussões, culminando no afastamento do pai da casa da mãe. Este desdobramento da vivência de P4 será abordado mais adiante.

Curiosamente, P2 e P3, que presenciaram o nascimento de seus bebês no hospital, realçaram em suas narrativas uma certa falta de “magia” do acontecimento. P2 referiu-se ao parto como um procedimento *mecânico e bruto*, à manipulação do corpo da mãe e do bebê pelo médico de *manobras*. P3, por sua vez, procurou e não encontrou a *alma* em meio às *carnes cruas, expostas no corpo aberto* de M3:

Participei. [Como foi a experiência?] A tensão muito grande, mas eu estava com mais medo do que vinha depois do que efetivamente o parto. Eu acho que parto é algo muito mecânico e bruto para ser chamado de algo maravilhoso e bonito e mágico e qualquer coisa desse tipo. A gente fica preocupado com questões de se vai estar bem ou se o médico está fazendo a manobra correta, quanto tempo vai levar ainda e coisas assim. Foi o cumprimento do que já se esperava que fosse, digamos assim. Era o início objetivo de uma jornada difícil para mim, mas que não tinha o que fazer de diferente, não tinha como ser diferente. O processo, em si, foi absolutamente mecânico. Nada específico, sem o momento mágico ou coisa assim.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

---

23 A preferência pelas denominações “chegada” e “nascimento”, no lugar de “parto”, deve-se a um trecho do vídeo *Relato dos pais na gestação e no parto*, no qual um dos participantes do debate faz uma provocação, questionando a escolha dessa nomeação para referir o nascimento “Por que parto? É chegada, pô!” (RELATOS, 2012). Como esta dissertação trata das vivências paternas na procriação, parece interessante levar adiante essa provocação, ainda que a nomeação do acontecimento não tenha sido problematizada pelos colaboradores.

No de Ia3 não, porque Ia3 – eu vou falar isso com a ignorância da época passada – foi no [Hospital], um hospital público, e o pessoal me impediu, depois é que eu vim saber que, mesmo num hospital público, é direito do pai acompanhar. E no caso de Fa3 eu vi, eu participei do parto, vi sair, vi a mãe aberta, perguntei sobre a alma, não vi lugar para a alma, não entendo como a gente tem alma porque eu só vi carne, carne crua, foi estranho. Mas eu participei e foi um momento bastante interessante, muito interessante mesmo. Mas foi definido mesmo sobre essa coisa: o milagre da vida, mas o milagre da vida sem alma [risos].

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Embora esses pais não tenham descrito em detalhes os procedimentos realizados no ambiente do hospital, relatos de mulheres que pariram nessas condições indicam que o hospital é, em alguns casos, um ambiente hostil, comparam a sala de parto a uma linha de produção e, nos piores casos, denunciam variadas formas de violência obstétrica contra mulher e bebê (cf. SENA, 2014). Embora esses pais não tenham relatado violência obstétrica perpetrada contra as parceiras, mães de seus bebês, é possível considerar que o parto como momento *mágico, bonito*, no qual a *alma* da mulher se faria perceptível aos sentidos, não é exatamente uma construção que remete ao discurso hospitalar padrão... é no *parto humanizado* que estão incorporadas as perspectivas subjetivas dos atores, sendo o pai e a mãe participantes ativos e possuidores de maior autonomia, proporcionada pela estruturação do acontecimento – tal como foi vivido por P4. Essa possibilidade de vivência da chegada de um/a filho/a, no qual mãe, bebê e pai são protagonistas, é construído fora de e até mesmo contra a lógica dos procedimentos executados no nascimento de um bebê dentro da estrutura do sistema hospitalar, seguindo rituais estritamente fixados e centralizados na figura do médico obstetra (cf. RENASCIMENTO, 2013). É possível indicar semelhanças entre o modelo do parto humanizado e aquele apontado como o modelo de parto característico do “casal grávido”, que busca

realizar o parto da maneira mais 'natural' possível, vale dizer, com um mínimo de interferência médica. Mas, alega-se que, para efetuar-lo, a mulher deve ser treinada com base em exercícios físicos especiais e que ambos os parceiros devem 'preparar-se psicologicamente' para o evento. Decorre daí que o 'casal grávido' se vê atrelado não só a obstetras que, como ele, se declaram críticos do sistema médico dominante, como também a profissionais do corpo e a psicólogos.

(SALEM, 1989, p. 1)

É importante salientar que a *natureza* na qual está fundamentado o modelo humanizado do parto é culturalmente elaborada e incorporada pelos sujeitos que se preparam para o acontecimento, sendo produzida através de práticas médicas que, contrapondo-se ao excesso de intervenções tecnológicas no corpo feminino (CAMPOS, 2006), regulam todo o procedimento e englobam o acompanhamento da mulher, do homem e do bebê desde o pré-natal, uma vez que apenas gestações de baixo risco podem ter o parto humanizado como desfecho (RENASCIMENTO, 2013). O processo de preparação para o parto humanizado

parece fortemente conformado ao que Campos (2006) identificou como “construção do *self* materno”, no qual:

A normatização do comportamento e da afetividade materna se faria mais por práticas de subjetivação do que por imposição de regras. Teoricamente, pode-se entender que a subjetividade feminina seria assim construída por práticas corporais através das quais a mulher conjuga os verbos associados à renúncia, à abnegação, à doação e ao altruísmo. De fato, observa-se que esses afetos fazem parte de uma estrutura discursiva, na qual a maternidade, o corpo e a subjetividade feminina aparecem de forma naturalizada. (...) Apesar de toda naturalização da dor, e da imagem médica e moral imposta ser de uma gravidez e de um parto o mais natural possível, o que se observa é que a cultura se faz necessária para que a natureza realize o seu destino: o parto natural sem intervenção medicamentosa e a amamentação prolongada. A natureza desta forma é produzida por práticas médicas, práticas culturais.

(CAMPOS, 2006, pp. 137-138)

Exceto no caso do pai que participou do parto humanizado, os colaboradores, mesmo aquele que não assistiu ao acontecimento, construíram suas narrativas enfatizando a dimensão física, corporal, do evento. Todavia, os relatos dos colaboradores que assistiram ao nascimento no ambiente hospitalar têm um certo tom de frustração diante da ausência de encantamento do parto, formulado em imagens socialmente construídas que criam expectativas em torno do desenrolar do evento. O colaborador que participou do acontecimento como ator, não como expectador, valorou positivamente a experiência. O nascimento no hospital é caracterizado, nas narrativas, como um evento isolado que se dá à distância do pai e que, em alguns casos, ao pai pode até ser proibido o acompanhamento presencial. A mulher, por sua vez, é elaborada narrativamente como o corpo que sangra, o corpo aberto de onde as manobras do médico fazem sair o bebê. Já o parto humanizado é concebido como um projeto construído na gravidez, surgindo na narrativa como decorrência de uma preparação longamente elaborada.

Os aspectos de naturalização da dor, da abnegação e altruísmo, que perfilam a participação feminina em modelos que propõem sobreposições de *processos reprodutivos* e *natureza* – esta última, elaborada em contraposição ao uso indiscriminado de tecnologias desenvolvidas para intervir em situações problemáticas, nas quais o “curso da natureza” dirige-se a um desfecho funesto (Cf. RENASCIMENTO, 2013)<sup>24</sup> – também servem de parâmetro para algumas vivências do pós-parto, como a amamentação. As experiências dos pais nesse período serão abordadas no próximo capítulo.

---

24 Parece possível considerar que, no modelo humanizado, a intervenção do médico, dos rituais e artefatos cirúrgicos, assemelha-se à expectativa da intervenção do xamã nos partos Cuna, indicada por Lévi-Strauss (2008), que se dá raramente, ocorrendo apenas “em caso de fracasso, a pedido da parteira.” (pp. 201-202).

## CAPÍTULO 3

### COPARENTALIDADE SEM CONJUGALIDADE

Neste capítulo são abordadas as primeiras experiências do pai com seu/sua filho/a após o nascimento da criança, abarcando as interações acontecidas na casa da mãe durante o período de amamentação e depois dessa fase, na casa do colaborador. Serão destacadas as negociações, os conflitos e as expectativas dos pais nos primeiros meses e durante o processo de crescimento das crianças. É importante ressaltar que existem dois pais de bebês (até um ano de idade) e dois pais de crianças em idade escolar (entre sete e oito anos) e, portanto, diante de certos temas, dois colaboradores tratam de suas vivências atuais, enquanto os outros falam de vivências que aconteceram anos atrás; em outros casos, dois colaboradores referem projetos para o futuro, enquanto os outros tratam de situações atuais.

#### Experiências de convívio e cuidados nos primeiros meses do/a bebê

Nos primeiros meses do bebê, foi uma experiência comum aos quatro colaboradores a presença na casa da mãe da criança. As condições dessa presença – condições relativas à frequência e duração da visita / estadia; às responsabilidades assumidas pelo pai e pela mãe; ao tipo de relação que se estabeleceu entre pai, mãe, filho/a e demais residentes da casa materna; às negociações e aos conflitos, dentre outros aspectos – variaram em cada situação.

Durante o período de amamentação de Fo1, que durou aproximadamente dois meses, P1 ia à casa de M1, mas essa presença não era regular – o que ele atribuiu à falta de aproximação com a família da parceira. Como preparação para ficar com o filho na sua própria casa, ele conta que teve uma *aula de pai*, ocasião em que recebeu instruções para que pudesse cuidar sozinho do bebê.

(...) Eu não estava tão frequente lá na casa dela, até porque na época que Fo1 nasceu eu não tinha tanta aproximação assim com a família dela. Mas eu sempre ia, aparecia por lá, ia por lá, mas não fui tão presente assim nesse período de amamentação dela, que não foi longo, na verdade, acho que ela amamentou Fo1 só dois meses. Ela não produziu muito leite não, foram uns dois meses de amamentação.

(...) quando ele fez sete meses eu tive que ter uma aula de pai de um dia, com ela lá na casa dela. Lembro como se fosse hoje, cheguei e botaram para trocar fralda, dar mamadeira a ele.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

A aprendizagem das tarefas de cuidados com o bebê foi um elemento presente nas narrativas dos quatro colaboradores, mas não nas mesmas circunstâncias nem envolvendo os mesmos atores e atrizes. Cuidar de alguém, na elaboração de Tronto (1997), é uma atividade

que exige um engajamento ativo entre dois sujeitos: aquele que cuida e o que é cuidado. Este engajamento, por parte do cuidador, dá-se segundo uma moralidade que remete diretamente às necessidades concretas do outro, de modo que:

Cuidar sugere uma atitude moral alternativa. Na perspectiva de cuidar, o que é importante não é chegar à decisão correta, compreendida como a maneira pela qual um indivíduo abstrato gostaria de ser tratado nessa situação, mas a de satisfazer as necessidades de um outro específico ou preservar as relações de cuidados existentes.  
(TRONTO, 1997, p. 191)

No caso de P2, a aprendizagem se deu pela regularidade e assiduidade do contato entre pai e filho, que estavam juntos diariamente na casa de M2. Fo2 ainda era amamentado na época em que P2 concedeu a entrevista, o pai passava um turno do dia com ele enquanto M2 estava no trabalho e pai e filho ainda não saíam juntos da casa da mãe. A relação de P2 com a avó materna de Fo2, com quem M2 residia, foi referida como *amistosa e sem dificuldades*, mas esse colaborador não indicou a avó materna da criança como alguém que pudesse ensinar-lhe a cuidar do bebê.

Minhas funções hoje, como ele é muito pequeno, se limitam a estar presente, me fazer ser reconhecido, ele me reconhecer como essa figura, fazer as coisas que ele precisa de fato: comprar itens, prover coisas, prover coisas materiais mesmo, trocar fralda, dar comida, esse tipo de coisa, brincar, ser... criar... tentar criar uma relação de proximidade, o máximo possível.

Não tenho a quem pedir ajuda. Essa é uma questão que [risos] tem que ser resolvida por mim, é responsabilidade minha. Do ponto de vista mecânico, eu acho que eu nunca tive problemas, nunca tive receio de trocar fralda ou de dar comida, ou de brincar, ou de... isso aí não é exatamente um problema, é algo que eu aceitaria numa boa fazer inclusive com meus sobrinhos e qualquer coisa desse tipo. Não é uma barreira, essa não é... questões mecânicas não são uma barreira.

[Sobre a existência de combinações com M2 sobre os cuidados de Fo2] A gente não combina nada, mas também não tem muita coisa hoje [risos], ainda não tem muita coisa pra dizer que pode sair do *script*. O *script* basicamente é brincar, passear, trocar fralda, comer, beber água, brincar mais um pouquinho e botar pra dormir, então não tem muito o que discutir sobre isso. É basicamente por demanda: ele tá com sono, ele vai dormir; ele tá com fome, vai comer e tudo mais, então não existem regras a serem cumpridas, pelo menos até agora não tem nada desse tipo.

[Sobre como identifica e diferencia as necessidades da criança] Sabe que eu não sei formalizar essas coisas? Mas geralmente é tentativa e erro, claro. Mas você percebe uma mudança de comportamento sutil, como um pouco mais agoniado, chorando um pouquinho, fazendo algum tipo de drama, então isso geralmente indica algum tipo de necessidade. Se ele não come há duas horas, a primeira coisa a se tentar é comida; se ele não dorme há três ou quatro horas, aí você tenta ver se ele está com sono. A resposta geralmente é dele. Se ele está com sono, ele fica mais quieto, quando está no braço fica mais quieto e vai se aconchegando até dormir, alguma coisa assim. Mas basicamente no começo é tentativa e erro e agora você tem mais ou menos uma ideia do que pode ser baseado no tempo que a última coisa aconteceu. Basicamente isso.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

P3 conviveu com a filha, nos primeiros meses de nascida, na casa de M3. Nesta situação, ele teve a oportunidade de cuidar do bebê e participou ativamente da alimentação de Fa3. Esse colaborador já tinha uma experiência de cuidados, vivenciada num contexto de

coabitação com a mãe da sua primeira filha. P3 relata que sua experiência anterior foi colocada em prática para ajudar M3 a cuidar da filha nesses primeiros momentos. Neste caso, os conhecimentos prévios adquiridos pelo pai foram transmitidos para a pessoa com menos experiência em cuidados com bebês, a mãe.

[Se a percepção dele mudou, em relação a “ser pai”, de Ia3 a Fa3] Não. Na realidade, não foi uma mudança qualitativa. Foi uma mudança de intensidade, eu acho que com a vinda de Fa3. Fa3 chegou quatro anos depois de Ia3, então eu acho que esses primeiros quatro anos de Ia3 me deram algumas experiências que me permitiram uma certa tranquilidade e um certo investimento em determinados pontos da vida de Fa3 que eu não precisei mais aprender porque eu tinha aprendido com Ia3, então acho que me deu, na realidade, mais experiência e aí com isso uma certa tranquilidade maior do que o primeiro momento com Ia3.

(...) Como eu já vinha da experiência de Ia3, então dar banho para mim era tranquilo, então coisas de marinheira de primeira viagem, ia colocar a criança sem colocar a mão para ver se está quente, então em vez de botar o cotovelo bota... e não sente a temperatura, então tudo isso eu pude ajudar nos três primeiros meses.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

P4 teve a oportunidade de passar os primeiros 45 dias de nascida da filha na casa de M4, mas a convivência entre o pai e a mãe não era conjugal. Ele descreveu sua estadia como um período de intensa participação nos cuidados com a bebê, a casa e a mãe da criança. Foi também um período em que alguns conflitos entre ele e a ex-parceira surgiram ou foram intensificados, conforme analisaremos mais adiante.

(...) O resultado está sendo melhor do que eu achava que seria: em princípio eu achava que ela [M4] ia rejeitar [Fa4], não rejeitou, e eu não imaginava inclusive que ela fosse aceitar que eu passasse um certo tempo lá, quando a criança nasceu, permaneci lá um mês e quinze dias, a gente não viveu como um casal mas estávamos cuidando bem da criança, cada um fazendo as suas coisas. Eu sempre fui muito atencioso, sempre fui muito... muito ativo e proativo em fazer as coisas: tarefas domésticas, sempre fiz; eventualmente eu fazia alguma coisa de alimentação.

(...) Quando Fa4 nasceu, que eu passei aquele tempo lá, eu inclusive preparava algumas coisas de comida e eu oferecia oralmente à mãe, ela estava lá com a criança para mamar e ela... e eu oferecia as coisas, dava comida na boca dela, literalmente, dava comida na boca dela; água, que ela precisava bastante. Eu fazia todas essas coisas. Lavava os pratos, lavar louça, fazer as atividades corriqueiras, as atividades normais. Na verdade, eu sempre fui assim. Na minha casa, com a minha mãe, e com ela não foi diferente.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Para informarem-se acerca dos cuidados com a bebê, P4 e M4 buscavam fontes como médicos, enfermeiras, parteiras e outros profissionais de saúde e corpo. O pai referiu que esta busca acontecia desde o período da gravidez e o acesso a informações acabou proporcionando a vivência do parto humanizado. Em relação aos cuidados com as crianças, o colaborador mostrou-se, inclusive, surpreso com os conhecimentos de M4 sobre o assunto. É interessante frisar na fala de P4 o que o colaborador considera como evidência do cuidado da mãe: o afeto da filha.

(...) quando eu estava lá na casa dela ainda, parecia saber bastante coisas, ser bem informada sobre muitas coisas, mais até do que eu, que sempre fui bem informado

(...) aos cuidados, a Fa4. Isso muito me alegra, então me dá a ideia de que ela tem... ela cuida bem de Fa4 e que elas... e a certeza vem dessa vontade de Fa4 de ir ao seu encontro, com os bracinhos abertos e tal.

(...) eu sei que a mãe cuida bem dela, isso eu noto pelo comportamento que elas têm, pela alegria que a menina tem ao vê-la.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Parece possível marcarmos um contraste entre a correlação entre cuidados e afetividade, realizada por P4, e a descontinuidade que P2 percebe entre funções de cuidado e funções de educação e afetividade. Analisando as rotinas domésticas de homens de camadas médias, Quadros (2006) estabeleceu uma divisão entre trabalho doméstico e tarefas de criação dos filhos, esta última englobando uma subdivisão entre as tarefas que favorecem aproximação intelectual e emocional com o/a filho/a e outras atividades que consistem em cuidar da higiene e da alimentação da criança<sup>25</sup>. Essa subdivisão está presente na fala de P2, na fórmula dual *formação do corpo e formação da mente* - devemos, porém, ressaltar que as crianças em idade escolar possuem demandas mais “concretas” e específicas no segundo âmbito, como as tarefas escolares, por exemplo, fortemente associadas ao desenvolvimento intelectual (QUADROS, 1996, p. 73).

Educação, para mim é um problema – acho que eu não sou capaz de educar corretamente, não sei nem o que é corretamente, para falar a verdade. Isso é uma coisa muito complicada para mim. E a relação de afeto, efetivamente. Eu não sei como é que essa... evidentemente existe uma relação de afeto. Eu gosto, eu sinto às vezes falta de estar presente e tal, mas existe todo um contexto, existe uma situação que foi complicada, que ainda não está resolvida na minha cabeça e que sem dúvida alguma afeta o relacionamento. [Risos] Nesse momento, eu acho que, como se trata de uma criança de oito meses, o relacionamento está mais envolvido no que eu acho do que no que ele acha [risos], afinal de contas, ele reage simplesmente, ele ri, ele demonstra... demonstra afeição do jeito dele, um jeito bastante limitado e bastante egoísta de uma criança de oito meses. Aí tem essa questão de educação, é algo importante, e a questão de afeto, principalmente. Eu acho que principalmente as questões que estão associadas à formação da mente e não à formação do corpo [risos] e aí de fato isso aí eu não sei como lidar e eu continuo achando que eu sou incapaz mesmo de exercer essas funções.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

Do contraste entre as percepções de P4 e P2, podemos ressaltar que, para o segundo pai, atividades de cuidado parecem não interferir na formação intelectual da criança e, por outro lado, os contatos de caráter *mecânico* não desenvolveriam vínculos afetivos estreitos. Porém, quando colocamos a prática de cuidados com crianças – a *maternagem* – tal como disposta por Chodorow (1990), ou seja, de modo duplamente descontínuo quanto ao gênero do/a cuidador/a e quanto à gestação de filhos/as, fazendo sobressair, como próprios ao

25 “(...) considere como trabalho doméstico, as atividades domésticas de cozinhar, orientar o cozinhar, arrumar a casa, orientar a arrumação, lavar a roupa e orientar a lavagem. Também foram exploradas atividades de criação de filhos subdivididas naquelas que propiciam maior proximidade intelectual e emocional com as crianças (transportar para a escola, orientar os estudos, lazer e colocar a criança para dormir) e nas de higiene e alimentação das crianças (dar banho, trocar a roupa, orientar a roupa que a criança deve vestir, preparar refeições, orientar o que a criança deve comer).” (QUADROS, 2006, p. 77)

exercício do cuidado, o aspecto de relação interpessoal difusa e ligada à afetividade, bem como o caráter psicológico dessa tarefa<sup>26</sup>, percebemos, diante da descrição de P2 das *funções* por ele assumidas - do modo como a percepção das necessidades do bebê se desenvolve em meio a uma comunicação (mesmo que esta comunicação seja indicada como *reativa, limitada e egoísta*, por tratar-se da interação entre um adulto e um bebê) e da constância de sua presença junto ao filho - que existe naquela interação um importante aspecto educativo e de envolvimento pai/bebê.

Cuidar afeta tanto quem cuida como quem está sendo cuidado. Afeta a pessoa que cuida porque ela precisa se envolver com o outro; e afeta a pessoa cuidada porque suas necessidades são atendidas e porque ela deve, de alguma forma, responder ao cuidado oferecido e aceitá-lo.

(TRONTO, 1997, p. 196)

É interessante mostrarmos como P2 pensa a diferença entre paternidade e maternidade. Este pai faz referência a uma determinada configuração cultural para elaborar sua resposta – aquela própria às famílias conjugais nucleares, na qual as esferas masculino / feminino, rua / casa e produção / reprodução são distintas e complementares, com tarefas atribuídas aos atores segundo a divisão sexual do trabalho que organiza a repartição dos elementos em masculino / rua / produção e feminino / casa / reprodução. É possível estabelecer correspondência entre o formato padronizado de família conjugal nuclear - expresso na *cultura* - que o colaborador menciona e a configuração de sua própria família de origem:

[Sobre as diferenças entre paternidade e maternidade] Parecem laços bem distintos [risos]. Parece uma coisa muito mais intensa e profunda para a mãe. (...) Me parece uma relação muito mais estreita e mais profunda – estou falando em termos emocionais – acho que por causa da cultura mesmo, o pai sempre fica mais distante, como provedor e aquele que castiga [risos]. Provê as coisas, observa as coisas de forma mais distanciada e a mãe é quem dá suporte emocional, como carinho, atenção extra e tudo mais.

(...) Meu pai era um sujeito relativamente... muito presente na minha vida adulta, muito presente mesmo. Quando eu era mais jovem, era um pouco mais afastado, mas principalmente por causa de trabalho, trabalhava fora, passava muito tempo fora de casa. Mas era uma relação também muito positiva.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

Parece possível elaborarmos duas observações, quando colocadas em paralelo as falas de P2 e as reflexões de Chodorow (1990). A primeira observação aponta para um dos efeitos que o cuidado de P2, atendendo às necessidades de Fo2, poderia acarretar para ambos. Para tanto, coloquemos em paralelo as experiências de cuidado de P2: em sua família de origem; com seu filho, na família de procriação. Trata-se de um homem que na infância foi cuidado pela mãe e pela babá, agora ele mesmo cuidando de um menino. A interação de cuidados,

26 “Os bebês precisam de laços afetivos e um relacionamento pessoal difuso, multifacetado e constante com os que os assistem para que cresçam física e psicologicamente.” (CHODOROW, 1990, p. 53)

envolvendo pai e filho, pode desenvolver um reconhecimento da *maternagem masculina*<sup>27</sup>, tornando perceptível o aspecto de aprendizagem que essas práticas demandam. O homem *maternar* seu filho pode ser encarado como uma atividade educativa para ambos, se este movimento for acompanhado pela desconstrução da maternagem feminina como natureza:

Além dos possíveis componentes hormonais do cuidado materno logo após o parto do seu filho (e mesmo esses não atuam independentemente), nada há na fisiologia das mulheres parturientes que as tornem especialmente adaptadas para o cuidado infantil posterior, nem há qualquer razão instintual pela qual elas devam ser capazes de executá-lo. Nem há qualquer coisa biológica ou hormonal para diferenciar uma 'mãe substituta' masculina de uma feminina. O argumento biológico em favor da maternidade das mulheres baseia-se em fatos que decorrem não do nosso conhecimento biológico, mas de nossa definição da situação natural tal qual ela surge de nossa participação em certos arranjos sociais. O fato de que as mulheres tenham um intenso e quase exclusivo papel materno deve-se a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar. Não é assegurado ou causado por essas próprias capacidades.

(CHODOROW, 1990, p. 50)

A segunda observação retoma a separação, efetuada por P2, entre a *formação da mente* em seus aspectos intelectuais e afetivos e a *formação do corpo* em seu caráter mecânico. Coloquemos, sobreposta a essa separação, a divisão sexual do trabalho mencionada pelo colaborador e presente em estudos e reflexões da antropologia sobre família no contexto capitalista, na qual se atribui à mãe as tarefas ligadas ao afeto e aos cuidados com os/as filhos/as e ao pai, os deveres de provisão e disciplinamento opressivo. Diante deste quadro, como pensar a complementaridade de tarefas num arranjo que não corresponde à família nuclear? A incompletude, que parece marcar a auto avaliação de P2 em relação à sua atuação em cuidados, talvez encontre um sentido dentro do próprio contexto da não-conjugalidade na qual ele exerce suas funções: tendo sido, ele próprio, cuidado por mulheres e, em sua fala, demonstrado assimilação ou, no mínimo, reconhecimento da configuração cultural que atribui majoritariamente as tarefas de cuidados e criação de filhos às mulheres - quase como uma "natureza feminina" - é possível considerarmos que afirmar a ocupação masculina de tarefas da maternagem pode tornar-se problemático.

As mulheres, como mães, produzem filhas com capacidade de maternar e o desejo de maternar. Estas capacidades e necessidades acham-se embutidas no próprio relacionamento mãe-filha e surgem dele. Por outro lado, as mulheres como mães (e os homens como não-mães) produzem filhos homens cujas capacidades e necessidades maternantes têm sido sistematicamente reduzidas e reprimidas. Isto predispõe os homens para seu posterior papel familiar menos afetivo, e para uma participação principalmente no mundo do trabalho impessoal e extra-familiar, e na vida pública. A divisão sexual e familiar do trabalho, na qual a mulher materna e fica mais envolvida em relações interpessoais afetivas que o homem, produz nas filhas e filhos uma divisão das capacidades psicológicas que os leva a reproduzir essa divisão do trabalho familiar e sexual.

---

27 "Podemos dizer que um homem 'maternou' a criança se ele foi a principal pessoa a cuidar dela, ou se está agindo de maneira a alimentá-la e ampará-la." (CHODOROW, 1990, p. 27)

(CHODOROW, 1990, p. 22)

O contexto no qual se desenrolava a relação entre P2 e Fo2 não oferecia o suporte da conjugalidade heterossexual - modo de conjugalidade no qual, idealmente, a atribuição de tarefas ocorre por complementaridade de gêneros – e isso, tanto pela não-conjugalidade da parceria com M2, quanto pelo fato de M2 ter o seu próprio trabalho (com renda doméstica maior que a do colaborador). Como constatou Quadros (2006) em seu campo, “o exercício da nova paternidade estava acompanhado de uma situação de indeterminação cultural, na qual o homem não encontrava modelos para orientar a sua conduta” (p. 88). Todavia, a resistência de P2 em responder a certas demandas do filho o coloca em uma posição distinta – quase oposta – aos homens casados cujas experiências domésticas foram objeto de estudo de Quadros: “As atividades que propiciavam proximidade emocional ou intelectual com os/as filhos/as eram as únicas nas quais os pais mais participativos tinham maior participação diária que as mães” (p. 78). Tal preferência, apontada por Quadros, reforça a tradicional divisão sexual do trabalho ao enfatizar a relação entre pai e razão (QUADROS, 2006, p. 81; 1996, p. 130), mas torna-se problemática para P2, dentre outras razões, pela não-conjugalidade com M2 e pelo momento que o colaborador atravessava na ocasião da entrevista, identificado por ele como um *processo de aceitação*. Respeitadas as diferenças de arranjo familiar nos dois campos de estudos, a aproximação entre P2 e os pais classificados como mais participativos por Quadros se dá no aspecto da família como um processo (GOLDANI, 1993, p. 72), no qual as relações com o filho e com a ex-parceira, mãe de Fo2, não estão “resolvidas” nem “sob controle” (QUADROS, 2006, *passim*; SCOTT, 2011, p. 164).

Tem coisas interessantes [em ter um filho], evidentemente, eu imagino que no futuro, quando algumas das resoluções que ainda estão em aberto se fecharem, eu estiver mais bem resolvido em relação a essas coisas, a relação deve ser melhor. Eu tenho esperança que as coisas melhorem realmente [risos] nesse sentido.

[Pontos de fragilidade na construção do vínculo afetivo com o filho] Não sei, não sei. Talvez seja... não, não sei. Não sei se foi a situação como um todo, não sei se... Em relação a mim mesmo, eu sei dizer que eu demoro muito a me adaptar a coisas novas. Isso pode ser uma coisa também, um fator – eu estou em processo de aceitação, talvez. Não sei... Talvez o simples fato de ter sido algo que não foi planejado ou era algo que eu não queria e, no final das contas, que eu tenho que lidar com isso apesar de não ter querido no começo, pode ser um fator também importante. Em relação a ele [Fo2], especificamente, eu acho que não tem nada, não tem nenhuma questão específica, não.

(...) [Perguntado se a relação dele com M2 influencia a relação dele com Fo2] Estão, acho que estão juntas. Eu acho que pode ser que no futuro se separe um pouco. As coisas estão juntas, sim. Eu não espero que isso seja um motivo muito sério de problemas, eu tenho esperança de que não seja, mas eu acho que estão bastante juntos. E acredito também que isso tende a se afastar um pouco mas não totalmente, sempre vai ter alguma coisa. Essa relação sempre vai influenciar a outra, a relação com Fo2, sim.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

A forte associação entre mulher e maternidade dirige nossa atenção não apenas para a

estrutura social<sup>28</sup> na qual as atividades de produção e a reprodução se organizam, mas também para a inscrição da cultura no próprio corpo da mulher, corpo este profundamente envolvido nos processos reprodutivos. Como salientado por Bordo (1997), o corpo, tomado em seu caráter simbólico, pode ser representado como uma superfície na qual a cultura inscreve normas, hierarquias e comprometimentos metafísicos; ou como uma metáfora da cultura; ou, ainda, como um lugar de controle social, no qual a própria cultura “se faz corpo” através da automação de rotinas e hábitos (BORDO, 1997, p. 19). Estamos diante da representação do corpo dócil, regulável, “colocado a serviço das normas da vida cultural e habituado às mesmas” (p. 20). Veremos, porém, que mesmo diante das mais institucionalizadas exortações, este corpo pode tornar-se um lugar de resistência e operar negociações de sentidos e práticas.

“Dor e renúncia combinam-se logo cedo com e na maternidade” (CAMPOS, 2006, p. 138) e a maternidade, pela divisão sexual do trabalho, combina-se ao gênero feminino. Com estas considerações em mente, retomemos a análise dos acontecimentos que compuseram a narrativa de P4 sobre o período de 45 dias que ele passou vivendo na casa da ex-parceira, mãe da sua filha. Essa estadia, como já tratado, foi caracterizada pela participação do pai nos cuidados com a filha e nas tarefas domésticas, mas também foi um período marcado por conflitos entre P4 e M4 e entre P4 e a avó materna de Fa4, que morava na casa. Três elementos foram indicados pelo colaborador como desencadeadores das situações de conflito: a discordância do pai em relação ao encerramento do período de amamentação; as exigências de M4 em relação à provisão de recursos financeiros; a interferência da mãe de M4 nos cuidados com Fa4.

Trataremos inicialmente da situação de conflito que desenrolou-se a partir do encerramento do período de amamentação que, segundo o colaborador, se deu por iniciativa de M4. O desenvolvimento deste conflito pode ser analisado à luz da noção de construção do

---

28 Levando-se em conta que a legislação pode ser compreendida como uma representação da moralidade predominante num certo lugar, numa certa época e que, no caso das famílias – porque se diferenciam umas das outras e mudam ao longo do tempo – é difícil associar a elas uma moralidade estanque, é importante destacar fenômenos e processos que impulsionam as transformações nos formatos das famílias e as consequentes mudanças na moralidade que é base dos arranjos ditos familiares (SCOTT, 2011, p. 125). Scott indica seis desses fenômenos e processos: “chefia feminina; transição demográfica, incluindo a queda da fecundidade e o aumento da longevidade; novas tecnologias reprodutivas; aumento de divórcios e separações; direitos sobre circulação e trabalho de crianças; e uniões homoafetivas” (p. 125). Diante dessas considerações, é necessário observar que há descompassos entre os procedimentos jurídicos e as mudanças nas composições familiares. Como sugeriu Santos, as decisões do judiciário estão predominantemente pautadas num modelo de família nuclear no qual a autoridade paterna está esvaziada e as crianças são associadas à mãe, sob justificativas naturalizantes (SANTOS, 2010, p. 112). “O aparato legal e as políticas públicas, de forma geral, foram arquitetados para um modelo de família heterossexual tradicional no qual o lugar simbólico do homem como provedor e da mulher como cuidadora do lar impera. Fora desse modelo – cada vez menos representativo das famílias brasileiras – os níveis de desproteção legal e social podem ser significativos.” (PINHEIRO et al., 2009, p. 853)

*self* materno (CAMPOS, 2006). M4 amamentou a filha durante o primeiro mês, semelhante a M1, que amamentou Fo1 nos dois primeiros meses; enquanto P1 atribuiu o encerramento do período à pouca produção de leite do corpo de M1, P4 buscou particularizar a decisão de M4 indicando aspectos da *postura* e do *perfil* da mulher:

A mãe teve dificuldades de amamentar, como toda mulher tem, geralmente. Teve fissura no seio e tal. Mas nós éramos bastante informados e eu sempre busquei a informação acima de tudo e que fosse imparcial. Nós fomos ao IMIP várias vezes para que ela... para tentar a relactação de Fa4, mas com um mês, aproximadamente, a mãe não quis mais dar de mamar. Isso me deixou aborrecido porque eu sei da importância do leite materno para uma criança, mas a mãe não quis amamentar, por conta dessas fissuras também. Isso, na verdade, acho que foi uma válvula de escape porque ela sempre teve um tipo de postura, vamos dizer, o perfil de uma pessoa que desiste muito fácil das coisas (...). Então... foi uma válvula de escape. Isso aconteceu e eu não queria que acontecesse, nós fomos várias vezes no IMIP, nós consultamos pessoas, eu paguei certas pessoas para darem informações para nós, a própria parteira, (...) uma pessoa bem esclarecida, deu muitas informações úteis, relevantes e muito importantes para ela, mas mesmo assim ela não quis continuar dando de mamar à criança. Então isso me deixou muito aborrecido e eu lembro que eu falei uma frase bastante... bastante interessante, eu disse 'tudo bem, você não quer voltar a dar de mamar mas pense no seguinte: o que é mais importante, a nossa comodidade ou a saúde da nossa filha?' ela calou-se e não tocamos mais no assunto desde então.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

As técnicas corporais envolvidas no processo de relactação foram descritas por P4 como *procedimentos simples*, de manipulação e controle constantes das mamas de M4, consistindo em *uma equação entre insistência e repouso*. O colaborador enfatizou que M4 estava de posse dessas informações, oriundas de fontes *imparciais* captadas no meio hospitalar e entre profissionais de corpo. A recusa da mulher, portanto, demandou uma elaboração de sua subjetividade de modo a atribuir sentido à decisão, uma vez que a indisposição apontada em M4 não correspondia aos preceitos institucionalmente atribuídos ao *self* materno. Neste sentido, parece possível colocarmos em paralelo a fala de P4 e as observações de Campos (2006) acerca dos comentários naturalizantes da maternidade afirmados no discurso médico, em relação à superação da dor e dos limites físicos, pela mulher, diante da maternidade, mesmo que seja necessária a aplicação de técnicas específicas para a “garantir a realização de tal natureza” (p. 137).

A desinformação realmente não era desculpa. Ela não quis relactar porque não quis, porque eu fiz esforços tremendos tanto nesses encontros quanto no próprio IMIP. Nós fomos eu acho que três vezes no IMIP. E as pessoas, as trabalhadoras, falaram a mesma coisa, todas as vezes. O procedimento era simples, uma equação entre insistência e repouso. Não do ato em si, mas do processo todo. Insiste com a relactação, eventualmente pode dar o leite num copinho, algumas coisas do tipo, entrando em detalhes específicos, tinha a questão da pega, que a gente sabia como era a coisa certa, ela sentia muitas dores mas a gente, eu inclusive fazia a ordenha diariamente, várias vezes por dia para que enquanto ela estivesse sarando um pouco eu fosse dando no copinho, ou ela fosse dando no copinho, mas ela também não tinha paciência para dar no copinho e a impaciência para dar no copinho e para relactar fez com que a gente tivesse que usar o leite fórmula.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

P3 passou por experiências semelhantes à de P4 nos primeiros meses da filha. Ele teve bastante acesso à casa da parceira, que residia com a mãe. Assim como M4, M3 sentia dor para amamentar e o colaborador relatou uma participação bastante ativa nesse processo – tanto na manipulação das mamas da mulher, para retirada de leite, quanto no ato de alimentar a bebê. Mas, diferente de P4, o colaborador não indicou conflitos motivados pelas dificuldades da mulher em amamentar. A situação tornou-se problemática para P3 quando *as coisas começam a dar errado* no relacionamento entre ele a mãe da criança, culminando no afastamento dele da casa da avó materna e em restrições do acesso à filha.

(...) como a gente tentou ficar junto então logo nesse primeiro momento da amamentação, os três primeiros meses, eu tive mais acesso. Eu participei, na realidade. Às vezes, como a mãe tinha muito leite, então se colocava nas mamadeiras então muitas vezes se dispensava o leite diretamente do seio, então eu dava ou de chuquinha ou no copinho, eu ajudava também a mãe a tirar o leite, ela ainda sentia muita dor quando Fa3 mamava, então eu ajudava. (...) aí depois que as coisas realmente deram errado é que o acesso ficou limitado. [Perguntado onde acontecia] Na casa da mãe, que era na casa da avó. A avó morava lá.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

O segundo conflito narrado por P4, acontecido durante a estadia do colaborador na casa da mãe da criança, envolveu a mãe de M4 e a atividade de cuidados com a bebê. Este conflito conjuga pelo menos três fenômenos: a chefia familiar feminina, as relações atravessadas pela questão geracional e a já abordada prerrogativa feminina da maternagem. Iniciemos pela fala do colaborador:

(...) eu cheguei do meu trabalho, fui para lá [para a casa de M4], Fa4 estava chorando bastante e eu estava com ela no colo. E a avó de Fa4 achou por bem simplesmente pegar a menina do meu colo, sem me pedir licença sem nada, ela sempre foi assim e eu sempre fui paciente com essa postura, embora não concordasse. Mas nesse dia eu não fui tão tolerante e simplesmente não deixei que ela pegasse a criança, eu disse (...) 'não, me deixe com a minha filha'. Então ela saiu do quarto, eu fiquei lá tentando acalmar a criança, depois de um certo tempo ela se acalmou. Eu percebi que ela ficou chateada por isso, na minha opinião, sem razão, e sinceramente eu faria de novo porque é evidente que quando eu estava com a minha filha nos braços, queria cuidar dela e a mãe [de M4, a avó de Fa4], sem pedir licença, entrou no meu espaço, então foi efetivamente uma ameaça. (...) no dia seguinte, mesmo eu tendo plena certeza de que eu não tinha culpa, de que eu fiz o que eu deveria ter feito, que a criança era minha filha e era meu dever cuidar dela, aceitando ajuda, é claro, mas não daquela forma, eu pedi desculpas à mãe, eu chamei para uma conversa, a avó de Fa4, chamei a avó de Fa4 para uma conversa, pedi desculpas e, enfim, a gente conversou mais um pouco e restabeleceu-se mais uma vez a harmonia. Ela tem essa postura de ser realmente reconciliadora, felizmente.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Respeitado o contexto de coabitação de P4 com a família de M4 (não-conjugal, provisório e centrado nos cuidados com a criança), podemos iluminar, no acontecimento narrado por P4, a dominância feminina - marcadamente da mãe de M4 - naquele ambiente doméstico – a pensão recebida pela avó de Fa4 é a principal renda da casa. Podemos referir,

aqui, o aumento da longevidade, indicado por Scott (2011), como um dos fatores de mudança na moralidade das famílias. Diz o autor: “Os idosos, com o respaldo de um estatuto próprio e de leis de previdência que lhes asseguram renda, ganham novas autoridades e novos direitos” (p. 127). A resistência do pai se dá num contexto em que a autoridade da avó materna estava e manteve-se consolidada – fica evidente, na fala de P4, que existia uma hierarquia bastante definida naquele espaço. O confronto entre P4 e a avó de Fa4 – interpretado pelo pai como uma resposta à *ameaça* que representou a invasão de um *espaço* marcado como dele – e seus desdobramentos (a avó *chateada*, o pedido de desculpas de P4 *mesmo tendo plena certeza de que não tinha culpa*) pode ser lido à luz da reflexão de Scott (2011) sobre as dinâmicas estabelecidas em meio aos micro-poderes circulantes na esfera doméstica:

(...) em muitas ocasiões isto [a resistência e contra-ascendência femininas diante da predominante dominação masculina] ocorre através da formação de famílias chefiadas por mulheres, negando o acesso de homens aos elementos humanos – esposas e filhos – que entram no seu esquema de construção de uma identidade social masculina positiva. A mulher como chefe afasta o homem, o distancia de casa, e ela se afirma como o ápice da hierarquia de idade e de gerações.

(SCOTT, 2011, p. 137)

O terceiro conflito relatado por P4, que marcou o encerramento do período de convivência do colaborador na casa da ex-parceira, se deu em razão do acirramento dos desacordos entre ele e M4, que aconteciam desde a época da gravidez, sobre a participação financeira do pai nas despesas com a bebê. Todos os colaboradores relataram haver fluxo de dinheiro deles para as mães das crianças. P3 e P4 referiram o pagamento regular de pensão, os outros pais relataram negociações com as mães, de acordo com as necessidades da criança – havendo, inclusive, períodos em que não são feitas remessas.

Ela [M4] é uma pessoa que tem muitas facilidades na vida. Ela não precisa trabalhar nem a mãe precisa trabalhar. A mãe dela, a avó de Fa4, recebe uma pensão gorda e elas não precisam trabalhar pelo resto da vida. (...) Ela [M4] queria que eu pagasse uma babá, em tempo integral, para dormir. Na verdade, antes disso, uma das nossas brigas mais acentuadas foi quando ela me informou e eu percebi o tom de certo modo interesseiro, por isso que eu citei a questão da facilidade que ela tem com relação a dinheiro, quando ela citou que os pais, isso ela tinha uns cinco ou seis meses de gravidez, ela citou que os pais deveriam pagar 33%, 30% do salário. Eu contestei na ocasião e fiquei bastante chateado com a afirmação porque eu intuía que aquilo não fazia sentido. (...) Ela é bastante honesta, mas ela não busca outras informações para formar uma opinião legal. Então ela deve ter ouvido isso e achou que era certo e a partir disso, por eu ter agido energicamente, ela considerou que eu estava recusando a ajuda financeira, entre aspas. (...) Hoje em dia eu pago exatamente [...] reais para a minha filha, porque eu vi num programa de TV um advogado falando que não havia quantia preestabelecida. É, na verdade, uma equação entre o que a criança precisa e o que o pai... os pais, o pai ou a mãe, podem pagar. Então eu achei uma quantia razoável, dentro das contas, dentro do que a gente vinha tendo, despesas que a gente vinha tendo, e dentro do que eu percebia que era mais do que suficiente, na verdade. Eu pago [...] reais em *cash* para ela, pago plano de saúde da criança, só para ela, e aos finais de semana ela fica comigo então eu tenho as despesas na minha casa. (...) Ela queria que eu pagasse esse dinheiro, ela queria que eu desse 30% do meu salário e queria que pagasse uma babá em tempo

integral para dormir, que pelos meus cálculos, inclusive quando eu conversei com o advogado, dava mais de [...] reais. Ou seja, eu não ia ter nada para mim. Ia ficar completamente... ia passar fome.

(...) quando começou a entrar a questão do dinheiro e da babá, que eu sabia que o bicho ia pegar ali, porque inclusive eu ficava me segurando bastante porque eu sabia que a partir do momento que a gente discutisse exatamente, que eu recusasse a babá porque eu sabia que não fazia sentido ela ter uma babá daquela forma, eu não permaneceria mais perto da minha filha ali. Inclusive foi um momento de muita tristeza minha, eu cheguei até a chorar porque eu sabia que a minha filha, não ia estar perto dela e tal, e que mais cedo ou mais tarde isso ia acontecer.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Da fala de P4, emerge a expectativa, pela mulher, da provisão por parte do homem, ficando a criança sob a guarda dela. A fala de P3 apresenta essa mesma expectativa, mas problematiza a naturalização dessas atribuições:

[Mudanças na relação com M3, após o nascimento de Fa3] Mudou. Foram mudanças qualitativas. Saiu, como sempre, de uma relação que era afetiva para uma relação de transtorno e depois, com o tempo, foi se tornando uma relação melhor. Hoje eu tenho uma relação muito melhor com ela. Esse transtorno estava basicamente vinculado à ideia de pertença de Fa3. Uma percepção muito natural do ser mãe e da necessidade da criança relacionada à mãe. Então, na realidade, os transtornos eram as brigas para mostrar que esse lugar não era natural e que não era natural achar que o pai estava muito tranquilo dando a pensão. Na realidade, era um transtorno no sentido de dizer 'não, a criação tem que ser compartilhada'.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Formulário)

Eu pago pensão e fora a pensão eu tenho pago outras coisas: pago plano de saúde, pago terapia, fora a grana que é inevitável com a diversão: cinema, teatro, essas coisas todas que também levam uma grana absurda.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Na fala de P1, embora as negociações com M1 ocorram sem conflitos ou transtornos, o binômio homem / provedor – mulher / cuidadora fica ainda mais acentuado: no período em que Fo1 morou com a mãe (passava a semana com ela e os finais de semana com o pai), P1 colaborou financeiramente, remetendo dinheiro para M1; quando a situação se inverteu e Fo1 passou a morar com pai, não aconteceu igual reversão no fluxo da remessa de dinheiro, dessa vez de M1 para P1:

[Se ele colabora financeiramente com M1] Colaboro. Hoje, na situação atual, não dou nenhum valor financeiro para ela, como ele está comigo. Mas quando ele estava com ela eu dava um valor financeiro a ela. Na verdade, a gente nunca acertou assim 'tu vai ter que dar tanto' ou 'tem que ser dessa forma', nunca foi acertado dessa forma não. A gente vai encaixando pela rotina do dia a dia. [Se M1 ajuda financeiramente, nesse período em que Fo1 está passando a semana com ele] Não. Ela paga a escola dele, as coisas que ela sempre fez. Na minha casa, ele come o que tem em casa, ele faz o que tem em casa e quando vai para a casa dela, muda. Mas ela dar algum valor a mim porque ele está na minha casa ou eu dar algum valor a ela porque ele está na casa dela, nunca foi estabelecido isso de nenhuma forma não.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

P2 transmitiu a impressão de maior igualdade entre ele e a mãe de Fo2, no que se refere à divisão de despesas para suprir as necessidades do bebê. Com os dados levantados em campo, todavia, não é possível fazer avaliações precisas acerca do equilíbrio na divisão de

despesas porque a abordagem aos colaboradores não contemplava o detalhamento dos gastos nem da distribuição das obrigações financeiras entre os/as responsáveis pela criança.

[Se existe colaboração financeira entre ele e M2] Sim. A gente divide tudo que é despesa dele. Todas as despesas dele.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

Cabe aqui uma reflexão acerca da institucionalização da separação entre tarefas de cuidado e de provisão e da associação destas a mulheres e homens, respectivamente. Entre os achados da pesquisa de Santos (2010), na esfera do poder judiciário, consta a observação, inferida da fala de um@ juiz@, de que quando a guarda da criança é solicitada pelo pai, num processo de separação, “o Estado, representado pelo juiz, está lá para lembrar que é preciso 'estrutura, tempo, e dedicação', coisas que os homens não possuem” e complementa: “Já para a mulher independe a reflexão se há ou não estrutura, pois as mulheres, fêmeas, por 'natureza' dão conta das crias” (pp. 114-115). A concepção que atribui às mulheres uma aptidão “natural” para cuidarem de crianças, todavia, não foi percebida como uma imposição da ordem jurídica sobre uma moralidade outra, relativa às famílias que buscam nessa esfera mediação para resolverem seus conflitos; alerta a autora que tal visão é compartilhada por essas mesmas pessoas – pais e mães (p. 115). “Fica no ar a noção de que melhores condições seriam, em última instância, de afeto, mais próxima à mãe, cabendo ao pai o pagamento de alimentos” (p. 115). Olhando para os mesmos espaços, a partir de outro ponto de observação – os homens, membros das famílias - Quadros (1996) também indicou congruência entre as concepções vigentes na esfera legal e no meio familiar:

A legislação sobre o casamento também tem forte influência sobre representações da maternidade e paternidade. Na análise das entrevistas era forte a referência ao fato de que, na separação, o filho ficaria com a mãe, mas essa certeza também se dava pelo amparo legal dessa afirmação. Nesse sentido, a mulher é tida como ente encarregado pela perpetuação da história da família e existe base legal para que isso aconteça. Um dos entrevistados chegou a afirmar que, na separação, o homem perde tudo: a casa, os filhos e a mulher. Assim, ele tem que manter o casamento para ficar junto de seus filhos.

(QUADROS, 1996, p. 176)

É possível alinharmos as elaborações que Santos e Quadros construíram nos seus estudos às considerações de Scott (2011) acerca da matrifocalidade, buscando observar se e como este fenômeno organiza as relações no contexto específico aqui estudado. Matrifocalidade é um termo que identifica o fenômeno de favorecimento do lado feminino no grupo doméstico, mesmo na presença do homem, devido à formação de relações nas quais a mulher é o foco de coalizões (pp. 157, 159). A organização matrifocal tem como características, entre outras: “Relações mãe-filho mais solidárias que relações pai-filho, escolha de residência, identificação de parentes conhecidos, trocas de favores e bens, visitas

etc, todos mais fortes pelo lado feminino” (SCOTT, 2011, p. 157). Nos grupos domésticos cujo desenvolvimento se dá numa situação econômica estruturalmente precária, o enfraquecimento do papel do homem ou mesmo sua exclusão do espaço doméstico acontece em razão da impossibilidade dele cumprir com a expectativa de provisão, enquanto que, pela divisão sexual do trabalho, a mulher estabelece vínculos fortes com as crianças ficando, no período de infância dos filhos, dependente do marido. À medida que os filhos vão ganhando autonomia, passam a colaborar financeiramente com a mãe que, então desobrigada das tarefas de cuidados com as crianças, pode ela também trabalhar e trazer recursos para a casa (SCOTT, 2011). Em alguns casos, porém, a mulher pode lançar mão da “circulação de crianças”, passando para outro adulto a responsabilidade por seu/sua(s) filho/a(s), provisória ou definitivamente (SCOTT, 2011, p. 129; SARTI, 1996, p. 55; MOTTA-MAUÉS, 2004, p. 430) – prática que, segundo Sarti (1996), “inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres” (1996, p. 55).

Em minha pesquisa, todas as mulheres, mães das crianças dos colaboradores, trabalhavam fora de casa; três das quatro crianças – Fo2, Fa3 e Fa4 – moravam com as mães; duas das quatro mães, M2 e M4, moravam com as suas próprias mães, as avós maternas das crianças; uma das mães, M3, havia se casado, morava com o marido e a filha e estava grávida, mas a casa do casal foi construída no mesmo terreno da casa da mãe de M3. A situação de matrifocalidade das parceiras dos colaboradores não necessariamente se modifica quando elas engravidam; com a chegada da criança, o contexto matrifocal apenas se desdobra – todas as crianças, pelo menos nos primeiros meses, moravam com suas mães e avós maternas, compondo um interessante mosaico organizado em linhas de gênero e geração. Tal situação pode ser contextualizada dentro do processo de modernização que modifica as perspectivas de transição da juventude para a vida adulta, como descrito por Lins de Barros:

A transição 'tradicional' da juventude para a vida adulta, identificada pela simultaneidade dos acontecimentos como a saída da casa dos pais, o casamento e a entrada no mercado de trabalho, vai dar lugar às dissociações entre sexualidade, casamento e procriação e às situações diferenciais de classe, gênero e etnia que passam a ser relevantes para a compreensão do processo de transição e de autonomia e independência.

(LINS DE BARROS, 2010, p. 76)

A reprodução da matrifocalidade, observada no meu campo de estudos, parece compartilhar do fundamento no qual se baseia essa organização nos grupos populares: a representação dos cuidados como uma “natureza” feminina, que dá às mulheres a prerrogativa na determinação da guarda dos filhos. Parece viável pensarmos que o afastamento dos colaboradores do espaço doméstico no qual seus/suas filhos/as efetivamente moram também

encontra justificativa em fatores econômicos, como identificado nas camadas populares: as mulheres com quem os colaboradores tiveram filhos possuem, no mínimo, escolaridade de nível superior – elemento que, por si só, marca a presença dessas mulheres no espaço público (PIZZATO, 2010, p. 17) e, em conformidade com os achados de Lins de Barros (2010), é concebido como uma marca de ascensão social e como facilitador para a independência e a liberdade individuais (LINS DE BARROS, 2010, p. 86) – e todas elas trabalham fora de casa, contando com as mães e, em alguns casos, com babás, para dividirem os cuidados com as crianças no dia a dia. Nesse quadro, a mulher gestante constrói laços de solidariedade dentro do próprio vínculo matrifocal em que está inserida, não sendo necessário estabelecer uma aliança conjugal com o parceiro de procriação para receber o novo membro do grupo familiar. Essa possibilidade é prevista pela moralidade individualista, predominante nas camadas médias e em segmentos das camadas populares<sup>29</sup>, na qual o casamento e a família são pensados como espaço de construção de pessoas autônomas (SINGLY, 2007, p. 134) e, diferente do que foi observado entre grupos populares, a reputação e a realização da vida sexual femininas não estão condicionadas ao *status* da conjugalidade (SCOTT, 2011, p. 171; MACHADO e LINS DE BARROS, 2009, p. 371).

O alinhamento entre as noções de circulação de crianças nas camadas médias e de matrifocalidade, observado sob a ótica individualista igualitária, parece abrir caminho para a possibilidade de considerar que, nos casos em que o pai não reside com a mãe e o/a filho/a – ou seja, não é viável dividir das tarefas domésticas e de cuidados igualmente, uma vez que a ausência paterna, no espaço da casa da mãe, é quase absoluta – o equilíbrio na distribuição de tarefas aconteceria com a presença do/a filho/a na casa do pai. Neste sentido, é a circulação da criança entre as casas do pai e da mãe, com as decorrentes responsabilidades assumidas por cada um dos parentes, que pode pavimentar o caminho para o equilíbrio. Todavia, a acentuada vinculação da criança à mãe, socialmente atribuída ao caráter “natural” da maternidade e decorrente da estrutura social que propicia maior convívio da mãe com o bebê, em comparação ao pai – esta última, uma das engrenagens da matrifocalidade –, entrelaçada à autoridade que a mulher, por sua inserção na esfera pública, assume como mediadora na circulação dos/as filhos/as, em alguns casos, pode tornar problemática essa

---

29 Machado e Lins de Barros (2009) apontam para uma clivagem nas camadas populares, em relação à suscetibilidade aos valores modernizantes na constituição de feminilidades e masculinidades, segundo a qual “enquanto o *ethos* feminino segue o desenho da cultura hierárquica, reafirmando o valor-família e sendo fortemente associado à moral relacional, o *ethos* masculino nas camadas populares reúne hierarquia e individualização” (2009, p. 371). Todavia, as mesmas autoras apontam para a presença de valores individualistas entre as jovens de camadas populares, viabilizada principalmente pela inserção dessas mulheres no mercado de trabalho (2009, p. 382).

circulação, como veremos adiante.

Além da forte vinculação dos/as filhos/as com as mães, foi bastante recorrente na fala dos colaboradores a indicação de outras mulheres cuidando das crianças: M4 contava com a ajuda de uma babá; M1, quando necessário, recebia ajuda da mãe para cuidar do filho; P4 era ajudado pela mãe, avó paterna da bebê, com quem ele morava. Eventualmente ele contratava a mesma babá que cuidava de Fa4 na casa de M4; P3 recebia, inicialmente, ajuda da esposa, E3 – que depois, por decisão dos dois, se afastou desses cuidados; P1 era ajudado pela irmã, com quem morava. Apenas P2 não contava com ajuda feminina, mas este colaborador, na época da entrevista, ficava diariamente com o filho, por algumas horas, apenas na casa da parceira, ainda não o levava consigo para casa. Por outro lado, ajuda masculina foi mencionada apenas em dois casos: P1, que eventualmente contava com o seu pai; P3, cuja filha, *em última instância*, ficava sob os cuidados do padrasto, esposo de M3.

#### As vivências dos pais ao longo do crescimento dos/as filhos/as

Neste item, serão analisadas as experiências de paternidade que se desenrolaram após o período de amamentação, quando a criança passa a frequentar regularmente a casa do pai. Apenas um dos colaboradores morava efetivamente com o filho; um dos colaboradores era pai de um bebê que ainda estava sendo amamentado e ainda não saía da casa da mãe; os outros dois colaboradores conviviam com suas crianças nos finais de semana (sendo um dos arranjos semanal e o outro, quinzenal) e, eventualmente, durante a semana. Serão enfocadas as negociações com a mãe da criança e as questões que os colaboradores relataram como sendo problemáticas na condução dessas negociações.

P1 foi, dentre os colaboradores, o único a viver a experiência de ter a guarda do filho durante a semana. O pai e a mãe de Fo1 negociam de acordo com as necessidades e possibilidades de cada um, sempre observando o favorecimento do contato da criança com ambos os parentes. A guarda vem sendo alternada na forma dias de semana / finais de semana, com arranjos estáveis que duram dois anos, em média. A primeira vez que P1 ficou com o filho na sua própria casa foi antes do primeiro ano da criança, quando Fo1 tinha 7 meses. Nesse período, a guarda da criança era dividida entre o pai e a mãe ao longo do dia: todas as manhãs dos dias úteis, a mãe deixava o filho na casa do pai e seguia para o trabalho; a criança ficava com o pai até a tarde, quando ia para escola; de volta da escola, Fo1 ficava na casa do pai até que M1 passasse por lá, depois do trabalho, para levá-lo com ela para casa. Nos finais de semana, os três ficavam juntos na casa de M1:

A princípio aconteceu ele ficava comigo de segunda a sexta, acho que foi a partir do sétimo mês até os três anos. Aí depois ele passou a ficar com M1 nos dias de semana, foi quando ele mudou de escola, ele ficou na escola integral. Ele passou dois anos passando a semana com ela e os finais de semana comigo e agora, nesse ano, foi que começou novamente a ele ficar comigo dias de semana e finais de semana com ela. A gente tenta flexibilizar o melhor tempo possível para cada um, o que for mais confortável para os dois, a gente não chega assim 'vai ser desse jeito', não. A gente conversa e vê: 'tô pensando em fazer dessa forma. Será que dá pra ficar com ele de tal dia a tal dia?'. Nas férias dele agora, ela tirou férias de vinte dias aí passou a maior parte do tempo, até agora há pouco, mais com ele, como ela tem pouco contato com ele na semana e eu passei mais o final de semana com ele, foi uma troca, no final das contas. E agora, como ela voltou pro trabalho de novo, voltou pra [Cidade] ontem, aí ele está comigo durante a semana de novo e final de semana vai estar com ela novamente. Vai depender do dia a dia de cada um essa mudança. Não é nada planejado.

(...) A partir do sétimo mês, que ele passou a ficar comigo, aí ele passava a semana comigo, final de semana ia para a casa dela, alguns finais de semana eu ia para a casa dela. Aí quando era na sexta-feira eu já ia para lá, ou na sexta mesmo ou no sábado, aí voltava na segunda de manhã. Aí ficava essa rotina sempre. Agora, essa rotina dele até os três anos, ele passava a manhã comigo, na verdade. Porque ele vinha para a minha casa, aí ficava lá pela manhã, ia para a escola à tarde, aí largava da escola, M1 chegava do trabalho, pegava ele e ia para casa. Aí de manhã deixava comigo, ele ficava comigo, ia para a escola e ficava nessa, ficou três anos nessa daí. Não é que ela passava a semana seguida sem ver Fo1 não, ela via ele todo dia, só que ele ficava indo e voltando.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

P2, como vimos, convivia com seu filho apenas na casa da mãe e não projetava uma mudança da situação. Quando P2 concedeu a entrevista, seu filho estava com aproximadamente oito meses. Ele relatou acompanhar as visitas ao médico e manter comunicação constante com M2, para receber notícias do filho. Esse colaborador frisou que é a mãe da criança quem toma a iniciativa de fazer contato para falar de Fo2:

[Perguntado se o convívio com o filho continuava o mesmo de quando foi aplicado o formulário] Sim. [Há perspectiva de mudança?] Não.

[Se recebe notícias do filho] Recebo [Com quem ele fala] Com a mãe dele [Que tipo de notícia] Visita ao médico eu costumo ir [sugerido por mim] (...) a gente conversa sobre as mais diversas coisas, uma best... uma coisa que ele aprendeu a fazer, uma coisa engraçada que apareceu, uma febre repentina, as mais diversas coisas. Ele às vezes tem prisão de ventre, se ele conseguiu fazer, se não conseguiu, esse tipo de coisa. É com grande frequência que eu falo com ela e tudo que acontece ela me dá notícia sim. Na verdade eu não preciso nem pedir, ela faz isso já meio que automaticamente. [Perguntando se ele também procura] Procuo, mas é mais raro. Ela costuma ser mais falante e tal, então geralmente é ela que inicia essas questões.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

Semelhante dinâmica de comunicação com a mãe da criança foi relatada por P1. Quando o filho fica com ele, a iniciativa de fazer contato quase sempre parte de M1 ou de Fo1. Ele associa essa característica à sua personalidade, *um cara que não demonstra muito as emoções*. Mas, enquanto o relato de P2 transmite a impressão de ausência de conflito entre ele e M2 em relação a essa dinâmica, P1 mencionou que M1 já expressou descontentamento:

Eu não sou muito de telefone. Eu posso garantir que a mãe dele é bem mais ligada a esse tipo de coisa. Quando ele tá comigo, ela liga muito; mas quando ele tá com ela, eu não sou muito de estar ligando. Eu falo com ele quando ele liga para mim. (...)

Eu sou o tipo de cara que eu não sou muito de demonstrar minhas emoções. Acho que, por conta disso, algumas pessoas pensam que eu não gosto, que eu sou chato. Mas eu sou muito fechado em relação a isso não é nem porque eu quero, é porque é o meu jeito mesmo. Tanto é que M1 até deu uma cobrada a um tempo atrás 'teu filho morre de saudade de tu. Ele passa comigo aqui e tu nem liga, pra falar contigo ele que tem que ligar pra tu', mas mesmo assim, mesmo ela falando isso, eu sabendo que eu sou assim, eu não consigo fazer porque não é de mim.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

P3 relatou ter enfrentado *transtornos* até conseguir estabelecer uma rotina de convivência com Fa3, no primeiro ano da criança. Esses transtornos acarretaram dificuldade para a formação do vínculo de *confiança* entre o pai e a filha. O colaborador comparou o desenvolvimento da relação dele com as duas filhas. Sua fala destaca a autoridade da mãe como guardiã da criança – o trânsito da criança depende da licença da mãe, que controla a saída da casa. O controle da mãe sobre o trânsito da criança se desdobra, assim, em controle da relação entre pai e filha.

[Como era a convivência com Fa3 nos primeiros momentos] Os primeiros meses foram muito difíceis porque houve uma tentativa de ficar juntos, essa tentativa não deu certo principalmente por pressão familiar da família da mãe de Fa3 e aí foi quando eu disse a você que rolavam essas condições bem... por exemplo, tinha a casa e fora da casa tinha um pequeno corredor e então eu tinha que ficar ali naquele corredor, eles traziam Fa3 e eu ficava ali, naquele espaço confinado, ela era muito pequena para eu sair. Depois disso eu comecei a encontrá-la nas praças, quando ela estava com nove meses, dez meses, a mãe levava ela para a praçinha e eu ficava com ela na praça, depois elas voltavam e aí quando ela fez onze meses, quase um ano, aí essa situação me irritou e eu exigi que a partir daquele momento ela frequentasse a minha casa, que se não fosse com a mãe que se pedisse a um familiar, que alguém levasse, mas que eu não abria mão mais daquilo. Então só depois de um ano é que ela começou a frequentar lá em casa, mas ainda assim foi muito diferente em relação a Ia3, porque quando eu me separei, Ia3 continuou me frequentando de uma forma bem interessante para mim. Embora eu tivesse muitas dificuldades com a mãe dela, dificuldades inclusive às vezes de contato, mas eu conseguia dormir com Ia3, Ia3 ia dormir lá em casa, eu conseguia viajar com Ia3, isso desenvolveu uma lealdade bacana entre mim e Ia3. (...) Então as coisas foram mais lentas com ela [Fa3] porque, como houve um cerceamento muito grande, então a conquista da confiança dela também, de saber que ia ficar bem comigo sem estar com a mãe foi uma coisa mais lenta (...). Hoje eu não vejo nada disso na nossa relação, pelo contrário, ela que pede, ela acha que o tempo que a gente fica é pouco. Então hoje [segunda-feira], por exemplo, ela ficou comigo de manhã e eu levei para a escola porque ela acha que voltar no domingo já não está legal, ela quer ficar mais tempo, mas isso foi muito longo o processo. [Perguntado se tem conversando com M3 sobre passar mais tempo com Fa3] Isso a gente tem conversado. Por exemplo, antes eu pegava no sábado e entregava no domingo, aí depois passou da sexta para o domingo, agora está da sexta para a segunda. Daqui a pouco chega à quarta [risos].

(...) Hoje a gente [ele e M3] tem um sistema mais de parceria: quando ela precisa, por vários motivos, eu levo Fa3 para médico, levo para terapia, procuro estar dentro dessas brechas também tanto para que não fique oneroso para ela, como para que eu me sinta também mais participante mesmo, não fique só no final de semana.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Como indicam Machado e Lins de Barros (2009), “percebe-se que a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a ampliação do nível de instrução favorecem a autonomia e a independência das mulheres diante dos homens, conseqüentemente, uma

revisão no sistema de autoridades do grupo doméstico” (2009, p. 370). A imagem da mulher guardiã da porta da casa, controlando a saída e a entrada da criança, contrasta com a configuração hierárquica indicada por Sarti (1996) para as famílias pobres. Como vimos, as parceiras de procriação dos colaboradores possuem nível de ensino elevado e estão engajadas em atividades remuneradas fora do ambiente doméstico, de modo que o grupo estudado não parece reproduzir a complementaridade de papéis masculinos e femininos, tal como acontece nos grupos economicamente desfavorecidos estudados por Sarti (1996) nos quais, mesmo sendo a mulher a figura central na unidade familiar, o lugar masculino precisa ser ocupado se não pelo marido, por algum outro homem (1996, p. 47), que atuará como “intermediário entre a família e o mundo externo, em seu papel de guardião da respeitabilidade familiar” (SARTI, 1996, p. 48; SCOTT, 2011, p. 162).

Podemos tentar uma aproximação entre a elaboração de Strathern (2006) acerca do aspecto interrogatório da domesticidade nas sociedades ocidentais e a autoridade das mulheres sobre o trânsito das crianças, controlando a entrada e saída da casa. Partimos da inserção das parceiras dos colaboradores na esfera pública, pelas vias do estudo e do trabalho, e encontramos na divisão e valoração dos domínios doméstico e público, nas sociedades ocidentais, instrumentos para pensar a autoridade feminina na mediação entre a casa e a rua:

As mulheres ocidentais correm o risco de parecerem menos do que pessoas completas, seja porque sua criatividade se manifesta mais em questões naturais que culturais, seja porque fazem parte do mundo mais estreito do grupo doméstico, antes que do mundo 'social' mais amplo dos assuntos públicos. Nutrimos a ideia de uma orientação social incompleta, na medida em que as concepções ocidentais sobre a noção de pessoa evocam ideias que envolvem evolução (...). a indústria e a cultura são concebidas como uma ruptura com relação à natureza e supõem dominação sobre ela. Dentro desses termos, para ser uma pessoa completa é preciso ser culturalmente criativo.

(STRATHERN, 2006, pp. 146-147)

A fala de P3 apresenta também uma problematização da dinâmica que envolve o acesso do pai à criança, pois indica que não há, necessariamente ou de modo decisivo, uma relação direta entre este acesso e a qualidade da relação entre o pai e a mãe, de modo que a maior facilidade do pai estar com a criança refletisse a boa relação do pai com a mulher. A experiência de P4 reforça essa aparente desconexão – a sua relação com M4 foi retratada, em diversas passagens da narrativa do colaborador, como extremamente problemática e, no entanto, a mulher faz questão que ele fique com a criança, chegando a manifestar incômodo numa ocasião em que ele não pôde levar a criança consigo.

Eu decidi sair [da casa de M4], decidi, mas eu disse 'eu vou vir aqui todas as noites, vou ficar com Fa4 até você chegar da faculdade'. Então saía do meu trabalho, ficava lá enquanto ela estava na faculdade (...). Eu não podia jogar isso na avó nem na babá porque o dever era meu e da mãe de cuidar da criança, guardando as devidas proporções e os momentos distintos, mas era. Então eu considerava que não era justo

deixar a mãe [de M4] cuidando de Fa4, até porque eu queria também estabelecer laços mais próximos com ela, então juntando as duas coisas eu decidi isso. (...) Eu acho que ela [M4] gostava porque tinha uma pessoa para cuidar da filha, enquanto ela não estava e que não dava trabalho para ninguém. Porque ela não queria deixar também com a mãe por *n* razões e era bom. (...) Na verdade, eu acho que ela sempre admitiu o meu esforço, (...) só que não quis admitir porque isso fazia com que ela diminuísse, com que diminuísse de certo modo as forças dela. (...) Eu acho que ela tem certeza que eu estou fazendo um esforço tremendo para ficar... tanto que nos feriados inclusive ela pergunta se eu desejo ficar com a minha filha, eu obviamente, claro que em todos os momentos que eu pudesse ficar eu ficaria.

(...) Em algum momento ela simplesmente disse 'você fica com ela tais dias' e não sei o quê. (...) No início a gente até conversou que eram quinze dias e tal, o que para mim nunca fez sentido porque isso era no passado, eu acho, quando os pais não queriam ficar com os filhos. Eles tinham as mulheres e pronto, eles faziam um monte de filhos por aí e pronto, mas para um pai que queria, que desejava ficar com a filha não era o caso, não fazia sentido. Até porque a criança em formação necessitava da ambiência emanada pela mente dos pais, pelas ações e pelas palavras. Para mim isso era muito claro. (...) Só que ela foi percebendo o cansaço que é estar com a criança. Então cada vez mais ela foi deixando aí eu ficava primeiro no sábado, eu ia buscar no sábado, devolvida no domingo; depois passei a buscá-la no sábado, devolvia na segunda. Atualmente eu busco depois do meu trabalho na sexta e devolvo na segunda de manhã. (...) Ela aceita isso na boa e ela inclusive já me repreendeu por uma ocasião em que eu tive que viajar porque não pude ficar com a minha filha.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

As disputas entre P4 e M4, envolvendo a guarda da filha, configuraram-se em ameaças de afastamento da criança, tanto por parte do pai quanto da mãe. P4 afirmou estar alerta a indícios de alienação parental e mostra-se disposto a buscar a mediação do poder judiciário para garantir seu acesso à criança. Os conflitos entre pai e mãe começaram ainda no período de gravidez.

Nós beiramos brigas judiciais por vários aspectos. (...) No início ela me ameaçou várias vezes de não conhecer a criança, a tal da alienação parental que eu sei bastante a respeito. (...) a gente teve uma discussão séria e foi aí que ela me ameaçou a primeira vez, por telefone. Então eu fui bastante rígido também e disse 'tudo bem, então se você quer brigar, nós vamos brigar. Eu vou... nós vamos entrar na justiça, judicialmente, e eu vou pedir a guarda da minha filha porque eu percebo que você não tem condições de criá-la', falei alguma coisa assim. [Com quantos meses de gravidez ela estava?] Foi alguns dias depois que ela me contou, uns três meses e pouco. (...) Depois, se não me engano, de uns cinco ou seis meses, nós tivemos uma nova discussão (...) antes disso ela já tinha ameaçado, já tinha feito outras ameaças. (...) As ameaças pararam a partir do momento em que eu fui mais rígido, falando sobre leis e falando que eu faria o possível e o impossível para manter Fa4, a minha filha, feliz acima de qualquer coisa, inclusive acima da minha felicidade.

(...) O tom dela [M4] era e é geralmente acusativo. O meu, não. O meu é o contrário. Não... eu também tenho alguns momentos de bastante acusação, principalmente quando eu estou chateado e quando eu vejo que a criança está ameaçada, aí eu realmente sou... eu viro bicho, viro bicho porque eu detesto injustiças e em qualquer momento que ela ou qualquer outra pessoa ameaça minha filha, com essa questão moral, não física, aí eu sou enérgico. (...) Eu, na verdade, em muitos momentos acusei a mãe de ser uma mãe má, uma mãe negligente. E eu acredito plenamente nisso porque uma pessoa que ameaça o pai de ficar sem o filho, pra mim é seríssimo, em princípio. Então, o que decorre é a tal da alienação parental. Em vários momentos ela me ameaçou de não conhecer. Não conhecer a menina, de não ficar com a menina.

(...) A minha briga e as minhas ameaças de fazer boletins de ocorrência, inclusive,

foi com... nas ocasiões em que ela quis me impedir de ver a minha filha e em uma ocasião ela me impediu, realmente.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

A alienação parental apresenta-se na dificultação, por parte do guardião da criança contra o/a outro/a genitor/a, da visitação e convivência e do desenvolvimento da relação do/a genitor/a prejudicado/a com a criança (SANTOS, 2010, p. 122). A situação de alienação parental que chega ao judiciário, salienta Santos, “pode ocorrer quando há o interesse da pessoa que não possui a guarda da criança em conviver com ela. É o detentor da guarda que procura evitar o convívio usando as estratégias mais diversas” (2010, p. 125). A alienação parental contrasta com o abandono afetivo, que a autora caracteriza como “ausência explícita de afeto em relações nas quais este se presume” (2010, p. 125).

P3 chegou a definir os termos de convivência com sua filha por meio de acordo judicial. Uma das cláusulas do acordo diz respeito a intervenções estéticas nos cabelos da criança, uma preocupação do colaborador que está ligada à sua história de vida e a questões raciais. A lida do colaborador com os cabelos de suas filhas faz emergirem questionamentos acerca das performances de masculinidade, de modo que, ao preocupar-se em cuidar da aparência das meninas, ele se vê indo de encontro a um padrão estabelecido socialmente e tendo que formular uma outra maneira de pensar e viver a masculinidade – para isso, ele conta com a ajuda de sua esposa, E3.

(...) chegou um determinado momento que recrudescer novamente e aí a minha atitude foi resolver isso judicialmente, com acordo judicial. E aí nesse acordo eu defini algumas coisas, por exemplo, não apenas os dias, os finais de semana, mas as festas também, alternamos isso, o aniversário porque se não acordar com elas já é triste, no dia do aniversário aí é... (...) isso tem que ser dividido. E aí coloquei a exigência de que assuntos como escola, plano de saúde, todas essas coisas fossem feitas de comum acordo e coloquei uma cláusula, que foi a cláusula mais polêmica, até o advogado queria que eu desfizesse isso mas que eu não abri mão tanto para Ia3 quanto para Fa3, que era a questão mesmo de estética: 'eu quero que coloque aí que para fazer qualquer coisa no cabelo dela, entendeu? Precisa ser comunicado de comum acordo'. Porque eu venho de uma experiência familiar que, por minhas irmãs durante muito tempo não aceitem o cabelo delas como efetivamente eram, usavam química e eu tenho uma irmã, a do meio, que tem partes do couro cabeludo que não cresce mais cabelo porque a química queimou, cauterizou mesmo, então tirou a vida do couro cabeludo. E muito cedo, por exemplo Fa3 com seis, cinco anos, Ia3 com quatro anos, as mães colocaram química e eu vi tanto a alegria ilusória e depois a frustração porque o cabelo cai, o cabelo quebra.

(...) Hoje eu consigo gerenciar o cabelo das minhas filhas para além da preocupação de dizer 'não pode fazer isso, não pode fazer aquilo'. (...) Essa questão do cabelo sempre ficou a cargo de E3, desde que eu e E3 estamos juntos, é ela que cuidava dos cabelos das meninas, então em parte por eu perceber que não rolava, não era a forma melhor de rolar, e em parte porque ela também resolveu marcar posição, dizer assim 'você precisa também se responsabilizar por isso' então eu comecei a desenvolver. (...) uma preocupação dessa num homem é uma preocupação que vai ser tachada de feminilização, de viadagem, de frescura, vamos dizer assim, é desinvestimento na masculinidade (...) e eu acho que é um bom desinvestimento mas desde que a gente esteja acertado de que se investiu que a mulher deveria cuidar dessa coisa, como algo puramente cultural, não acho que é intuitivo no sentido de

natureza, a mulher é mais cuidadosa, não. São mais preparadas para serem cuidadosas, não é algo que nasce com isso, é algo que se adquire, aquilo que você pede para uma mulher, aquilo que você pede para um menino, tudo isso vai determinando. (...) Na realidade, é um desinvestimento no sentido de você questionar como é que você constrói sua masculinidade. Eu acho que as meninas estão me ajudando muito nisso e também os momentos em que E3 coloca atenção acho que ajuda nisso, me perguntar assim 'por que é que você tem que ser homem dessa forma? Por que só pode ser homem dessa forma? Por que a virilidade passa por aí? Ou não passa por aí?'. O elogio que depois as minhas recebem pelo cabelo e eu saber que quem penteou o cabelo fui eu, por que a masculinidade não passa por aí? (...) É um duro aprendizado.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

É interessante localizarmos a fala de P3 em meio a um contexto mais amplo, pois a preocupação que ele expressa articula posicionamentos tanto em relação à masculinidade, percebida por ele como socialmente (i)legitimada, envolvida em conflitos com outras masculinidades e feminilidades, no que sua narrativa mostra semelhança com as considerações de Conell e Messerschmidt (2013) acerca da hegemonia e da subordinação de masculinidades como processos sociais sempre em transformação; quanto ao racismo da família da ex-parceira, que o colaborador indicou como fonte geradora de conflitos. O controle sobre os cuidados com a estética das filhas, acentuadamente em relação aos cabelos, pode ser interpretado como um posicionamento combativo contra atitudes de *não aceitação do cabelo como efetivamente é*, enfatizando a vulnerabilidade das meninas, submetidas a intervenções químicas ainda muito novas, e os danos físicos e psicológicos a que estão sujeitas mediante essas intervenções.

Os achados de Barros (2003) ajudam a contextualizar a relevância atribuída a P3 aos cabelos de suas filhas, uma vez que “o traço fenotípico referido como o principal definidor da 'pureza racial' de alguém é o cabelo” (p. 103) – fica bastante claro, então, que em meio a um contexto racista, os cabelos crespos merecem especial atenção e vigilância por parte desse colaborador. Encontramos, ainda, em relação a esse cuidado com a estética, as considerações de Grossi (2004), sobre o salão de beleza como espaço de construção do corpo e onde se constitui a imagem feminina – embora os rituais de feminilidade que aí se passam venham perdendo a força e dividindo espaço com outras ocupações femininas, estéticas e profissionais. Essas considerações, ao levarem em conta as práticas e rituais do corpo e os lugares específicos para o “aperfeiçoamento” de uma imagem de gênero específica, no caso a feminina, indicam um possível suporte para a interpretação do pai do cuidado com a estética – ou seja, um investimento nos atributos socialmente referidos como femininos – como um *desinvestimento na masculinidade*. Diz Grossi:

A ida ao cabeleireiro e a arrumação das mulheres correspondia de alguma forma a um imaginário de complementaridade feminino / masculino do casal tradicional de classe média, que tinha como ideal que a mulher cuidasse dos filhos e da casa e que

o marido fosse o provedor. Neste modelo, quando o marido chegava do trabalho, a casa devia estar arrumada, os filhos de banho tomado, a mulher perfumada esperando o marido para jantar.

(GROSSI, 2004, p. 10)

Embora apenas a fala de P3 problematize diretamente a vivência da masculinidade dentro do contexto da paternidade sem conjugalidade com a mãe da criança, este é um enfrentamento de todos os colaboradores da pesquisa, uma vez que, por conviverem com seus/suas filhos/as longe da presença da mãe, necessitam assumir as tarefas de cuidados cultural e socialmente atribuídas às mulheres (COSTA, 2001, p. 33).

O modelo tradicional de atribuição de tarefas por gênero, dentro da casa e do casamento, imputa ao homem as funções de “sustento material dos filhos e sua educação moral, com distanciamento afetivo e ausência de cuidados diários” (COSTA, 2001, p. 34) – é em contraste a este quadro que se desenvolve o conceito de “nova paternidade”<sup>30</sup> como “prática alternativa ao sistema sexual dominante” (QUADROS, 1996, p. 177). A classificação das vivências dos colaboradores na categoria “nova paternidade” é problemática, uma vez que não se dão sob a circunstância de coabitação do pai com a mãe, e é justamente no cotidiano do espaço doméstico que pode ser apontado este fenômeno (QUADROS, 1996, p. 17), portanto os critérios de distribuição de tarefas não são diretamente aplicáveis. Todavia, se combinarmos a noção de “nova paternidade” à de “circulação de crianças”, talvez possamos abrir um horizonte que facilite pensarmos as vivências específicas dos colaboradores.

A circulação de crianças de camadas médias é um fenômeno pensável diante do quadro de aumento de divórcios e separações, processos bastante disseminados entre as famílias contemporâneas (SCOTT, 2011, pp. 128-129). Os casos em estudo nesta dissertação, aproximam-se de configurações de recomposição familiar, embora não tenham partido de um casamento ou de uma relação conjugal de coabitação, nos moldes da família nuclear, onde os colaboradores pudessem ter experimentado uma rotina de co-residência com suas crianças, dividindo as tarefas domésticas e de criação de filhos/as com as mulheres. Questionamos, então, se a “nova paternidade” poderia ser, nesses casos, analisada a partir da circulação das crianças entre as casas paterna e materna, apresentando menor desequilíbrio entre as atribuições de gênero aqueles pais e mães que compartilham mais igualmente a guarda

---

30 Costa (2001) indica que a nova paternidade é interpretada como “um direito dos homens e como um indício de transformações entre homens e mulheres, que contribui para promover uma equidade de gênero, que beneficiaria tanto os homens quanto as mulheres. Beneficiaria as mulheres uma vez que elas passariam a dividir com os homens as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos, a responsabilidade pela anticoncepção; e beneficiaria os homens porque eles passariam a poder usufruir do contato com os filhos e com a companheira / esposa, passariam a ter contato com esferas da vida que antes lhes estavam sendo negadas pelas expectativas sociais a respeito da masculinidade” (pp. 35-36).

da criança, tanto em relação ao tempo quanto aos compromissos assumidos.

Este questionamento foi levantado anteriormente, mas, nesta dissertação, a noção de circulação de crianças de camadas médias não foi aprofundada, sendo mencionada apenas no contexto de famílias empobrecidas. Todavia, é possível transpor esta noção para as vivências das famílias de camadas médias, como proposto por Motta-Maués (2004). Desta transposição, uma característica marcante é a do arranjo de moradia, é ideia de que “apesar de adjetivada como compartilhada a guarda da criança, ela, na verdade, 'mora' formalmente com um dos dois pais. E é aí, na casa de quem ela 'mora', que tem sua base mais 'fixa', digamos assim. Onde passa mais tempo, portanto, com quem convive mais” (MOTTA-MAUÉS, 2004, p. 429). A circulação de crianças nas camadas médias se caracteriza pela constituição de outros espaços, além da casa, de modo contrastante ao que acontece nas camadas populares, uma vez que a circulação de crianças nas camadas médias levaria em consideração “os fluxos mais curtos, dinâmicos e variáveis, em termos de espaços e personagens envolvidos que (...) caracterizariam o mesmo fenômeno (com outra roupagem)” (p. 430). A autora aponta, como exemplos desses espaços, o consultório do/a terapeuta, locais onde se praticam esportes, danças, artes marciais, entre outros (pp. 429-430).

A observação das camadas médias afirma os elementos de pluralidade, flexibilidade e heterogeneidade como constituintes dos processos familiares, refletindo as condições de modernidade que orientam esses processos (MOTTA-MAUÉS, 2004, p. 440). A autora considera que as crianças inseridas neste contexto participam ativamente desse movimento, “vivendo, por exemplo, entre a 'casa da mãe' e a 'casa do pai', junto com meio-irmãos e os cônjuges dos seus pais” (p. 441).

Ora, quando se fala de circulação de crianças, se não nos ativermos à adoção *tout court*, está-se falando de quê? De um amplo circuito de pessoas e lares entre os quais as crianças (dos grupos populares) – como os colares e braceletes do Kula – são trocadas qual dádivas, desejadas, bem guardadas, bem cuidadas, disputadas, exibidas. De pessoas que partilham entre si com a criança, seu processo de socialização, o aprendizado da vida. E, então? Não é mesmo isso que acontece na vida das crianças das camadas médias, particularmente (mas não apenas) aquelas cujos pais desfizeram – e, às vezes, refizeram, até mais de uma vez – seus casamentos? Não estão elas (as crianças), alternada e permanentemente, na casa da mãe, na casa do pai e nas muitas outras que, tal como vemos no fenômeno já tão bem descrito, existem conforme os arranjos familiares que forem atualizados? E não partilham, assim, também, suas vidas com esses vários tipos de convívio?

(MOTTA-MAUÉS, 2004, p. 440)

As análises acima tentaram engendrar uma aliança entre as noções de circulação de crianças em camadas médias e matrifocalidade, com o objetivo de pensar as possibilidades de equilíbrio nas atribuições a homens e mulheres das tarefas de criação de filhos, num contexto em que não existe a coabitação do pai com a mãe; e no qual as crianças são socialmente

vinculadas à genitora. Entramos, aqui, nas últimas considerações das nossas análises. Trataremos da convivência do pai com o/a filho/a na casa do colaborador. À exceção de P2, todos os colaboradores vivenciavam essa experiência. A presença da criança na casa do pai constitui espaços que ora apresentam hibridez com a casa da mãe, ora se diferenciam – deliberadamente ou não – da outra residência. Um dos elementos que transitam de uma casa à outra, acompanhando o fluxo da criança, é o *castigo*. Este elemento se aplica às crianças de P1 e P3, que já têm mais idade.

(...) com M1 e eu, a maioria das vezes quem coloca mais ele de castigo é ela. Não sei o porquê, mas ele responde mais a ela do que a mim, comigo ele é mais tranquilo. Mas quando ela coloca ele de castigo, o castigo se estende da casa dela até a minha. Ela chega: 'olhe, ele está de castigo assim, assim, assado. Não pode isso, isso e aquilo, por tanto tempo'. Se ele for para a minha casa nesse período, o castigo permanece da mesma forma. (...) Acontece também, com pouca frequência, do meu lado, os castigos que eu boto. O meu é mais imediato, o dela é mais prolongado.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

Eu boto de castigo aqui e aí não é suficiente e ela tem uma coisa massa assim, outro dia botei ela de castigo em casa e na hora de ir embora ela olhou para mim e fez assim 'continuo com o castigo em casa?' [risos] 'continua com o castigo em casa' 'você quer que eu fale com a minha mãe na sua frente, para você ver que eu vou falar?' 'você não está dizendo que vai falar?' aí chega lá e ela fala e a mãe segura a onda, deixa ela de castigo e o castigo só sai quando voltar para minha casa de novo. Então essas coisas são coisas que a gente acabou conquistando com o tempo. (...) Não, quando vem de lá e é castigo, é castigo. Então, por exemplo, ultimamente não aconteceu de lá para cá, aconteceu daqui para lá. Não tem televisão, então ela estava comigo, ficou sem TV, voltou para a casa da mãe ficou mais dois dias sem TV e só quando chegou lá na minha casa, no final daquele dia é que ela pode ver televisão.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Além do castigo, outras práticas educativas e disciplinares são carregadas por Fo1 e Fa3, da casa da mãe para a casa do pai. P1 fala do *clube de leitura* que o filho criou com a mãe e que não deixa de acontecer na casa do pai, dividindo o tempo com outras atividades que a criança costuma fazer quando não está na escola; P3 menciona estratégias que ele e a mãe combinam para cuidar de certos aspectos que merecem atenção no comportamento da filha.

Fora do horário da escola ele gosta de jogar bola, gosta de ler e gosta de jogar vídeo game. (...) Essas coisas que ele gosta. Ele tem uma história de clube da leitura que ele inventou com a mãe dele, lá em casa também, chega a noite e lê, ou então joga vídeo game, desce e joga bola ou então ele sai para brincar com os amigos dele lá embaixo mesmo do prédio.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

(...) hoje a gente está discutindo a dispersão dela na escola, tira notas boas mas é dispersa. Então a gente tenta tratar juntos 'que é que a gente vai fazer?' 'vamos comprar quebra-cabeça, aqueles quebra-cabeças grandes que faça com que ela precise se concentrar, não faça de uma vez só', que foi uma sugestão do colégio, então a gente acata e pensa juntos que quebra-cabeça, como fazer, como se portar lá em casa em relação a essas coisas, então essas coisas a gente consegue combinar.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

Os colaboradores também marcam certas diferenças entre a casa deles e a casa das

mães das crianças. A diferença pode estar ou não estabelecida, na fala do colaborador, de maneira comparativa. O colaborador que acentuou mais fortemente a separação dos dois espaços de convivência da criança foi P3. Este colaborador afirma direcionar seus esforços e interesses para criar um *microcosmo*, tentando reproduzir no final de semana que passa com as filhas a estrutura que ele idealiza como sendo a de um convívio de moradia fixa, nos termos colocado por Motta-Maués indicados mais acima.

P3 ressaltou também o aspecto de diversidade das regras colocadas por ele e pela mãe de sua primeira filha, Ia3, indicando como a criança, então com onze anos, lida com essa diversidade. Segundo Scott (2011), diante do fenômeno de aumento de divórcios e separações, as crianças em circulação precisam lidar com diferentes moralidades (p. 129) e, como indica P3, sua filha reflete sobre essas diferenças e constitui, ela mesma, uma maneira de escolher quais regras deve seguir, nas ocasiões em que se vê em condições de escolher.

Na realidade, tenho tentado fazer o seguinte: reproduzir no final de semana um microcosmo que deveria ser na realidade um macrocosmo, se elas vivessem comigo deveria ser assim então final de semana é final de semana para brincar entre si, brincar comigo, mas também estudar, pensar um pouco também sobre o modo de se comportar na vida porque é essencial, eu fui criado assim na realidade não sei fazer de forma diferente (...) eu definiria assim: é a tentativa de não ser só um final de semana de prazer, para eu não ficar associado com esse prazer liberal de na ausência de uma convivência então suprir isso sempre com prazer, com coisas que não tragam elas para a responsabilidade. A minha questão básica é essa.

(...) ela [Ia3] disse 'olhe, é o seguinte, eu vivo sob duas regras e quando eu estou com a minha mãe eu vivo segundo as regras da minha mãe, quando estou com você, eu vivo sob suas regras' aí eu digo 'e quando você está sem mim e sem ela?' 'aí eu vou nas regras que eu gosto mais' 'e qual a regra que você gosta mais?' 'a da minha mãe',

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

P1 e P4 marcaram as diferenças de modo comparativo. P1 acentua que, mesmo distante, M1 está sempre informada do dia a dia do filho – vale ressaltar que a criança mora com o pai.

Mas o horário que ele tem de comer, de dormir, tanto na minha casa quanto na dela é o mesmo. Acho que varia um pouco, que é na minha casa ele dorme um pouco mais tarde, eu dou uma liberada nesse sentido mas no sentido de rotina, do dia a dia, acredito que não. Tanto é que como ele está passando a semana comigo, M1 sempre está ligando 'ele comeu hoje? Fez isso? Comeu fruta? Fez não sei o quê?' sempre está por dentro.

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

Eu sempre pergunto [para a avó materna de Fa4] como é que ela está, ela diz que está bem, hoje tomou vacina, hoje foi no parquinho e tal, apesar de que ela... parece que a mãe não leva ela para passear. Ela passa a semana, só os fins de semana que ela fica comigo, eu levo nos parques, para passear.

(...) A relação nossa é muito boa, é muito boa. A gente brinca bastante, ri muito, a gente ri, ela é muito risonha, a gente brinca bastante, ela tem muitos brinquedos lá em casa, na casa da mãe deve ter também e a gente se diverte bastante. Eu tento ter uma postura tanto física quanto verbal de falar coisas de muita inocência, eu coloco programas educativos para ela assistir, nas ocasiões em que ela ouve música perto de mim eu sempre procuro colocar músicas edificantes, principalmente clássica (...) e

colocar qualquer outro conteúdo visual ou lúdico que seja edificante, que eu considero como edificante, coisas adequadas para a idade dela, coisas que a inocência dela compreenda bem, enfim.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Os colaboradores falaram também da relação de suas crianças com os parentes do lado paterno, sejam conviventes no espaço da residência do pai ou não. Esses elementos marcam a inserção da criança na rede de relações do pai, sem que haja a mediação da mãe da criança, que é, como vimos ao longo da dissertação, a quem está atribuída a responsabilidade por criar relações para o/a filho/a no contexto das sociedades ocidentais. Esse aspecto pode caracterizar vivências do tipo “nova paternidade”, constituindo-se em contraste ao modelo hegemônico de divisão de tarefas e afetos na esfera reprodutiva; bem como pode ilustrar a circulação de crianças de camadas médias e as estruturas de cuidados que são preparadas para recebê-las:

[Sobre a relação de Fo1 com a tia e a sobrinha, corresidentes] Com a minha irmã, ele não gosta muito porque a minha irmã, ela é meio casca-grossa com ele porque ele não gosta de comer, ele é chato, como eu tinha falado anteriormente. E minha irmã, ela fala: 'se não comer, vai ficar de castigo' e bota de castigo mesmo e ele acha ruim. Agora, com a minha sobrinha, super bem. É como se fossem dois irmãos mesmo.

(...) Saímos. São passeios mais para a casa de amigos, na verdade. (...) Dos meus amigos, mas tem que ter aquela companhia para ele. Toda vez que chamam para algum lugar: 'tem criança?' 'tem', aí pronto, falo logo para ele.

(...) [Perguntado se Fo1 se relaciona com outros parentes paternos] Relaciona. Tem esses meus primos que eu morei, eu tenho ele como irmãos, (...) se dá super bem com eles. (...) Atualmente tem minha atual namorada que se dá super bem com ele, que ele gosta muito, convive muito também com ela. Mas basicamente esses meus dois primos, que ele se dá super bem e minha tia (...).

(P1, 31 anos; Fo1, 8 anos – Entrevista)

Minha mãe mora em [Cidade], quando ela vem aqui ela vai lá na casa, visitar, brinca um pouco e tal, (...) na casa da mãe dele. Meus irmãos também. Eu tenho um irmão que mora aqui mas vai, com bastante pouco frequência, mas vai, conhece, pede foto e tal. O interesse é participar. Eles aceitam bem e querem que Fo2 participe, se integre à família. Por questões práticas hoje as coisas ficam mais difíceis. Ele é muito pequeno, muito dependente da mãe ainda, mas eu acho que a tendência ou pelo menos a expectativa é que ele se integre mais, esteja mais ligado à minha família também.

(P2, 35 anos; Fo2, 8 meses – Entrevista)

Bom, elas duas [Fa3 e Ia3]... é uma relação normal de irmãs (...). Elas se gostam muito, mas se chateiam muito uma à outra. Ia3 teve muita dificuldade para superar o ciúme, (...) quando ela percebeu que as formas mais violentas de lidar com isso não estavam dando certo, ela foi criando outras formas (...) mas hoje, no momento em que eu posso dizer mais ou menos quando começou, mas que não saberia precisar exatamente, é que essa sensação dela de alguma forma ou foi contida ou recuou de modo que hoje eu vejo nelas assim uma harmonia muito grande, muito grande mesmo. E com E3, a relação melhor é entre E3 e Fa3 e menos com Ia3 (...). E E3 durante muito tempo não me contou as coisas, então quando ela foi falar ela já veio falar sufocada então hoje ainda existe uma distância entre elas, uma distância que é bem menor do que era antes mas ainda existe. (...) E também tomei uma atitude que foi o seguinte, bom, quem construiu essa relação foi Ia3, não é problema meu. Não é responsabilidade minha, a minha responsabilidade é mediar mas não é minha responsabilidade fazer com que ela goste ou não goste de E3, a minha responsabilidade é fazer com que respeite (...). Então eu sinto que tanto em E3 a coisa diminuiu, mas que ainda não chegou naquele lugar que você diria assim 'ela está completamente à vontade' e sinto também que em Ia3 diminuiu muito mais até

do que em E3 mas que hoje ela também entende que ela precisa esperar o tempo de E3 porque ela foi responsável por uma série de coisas que ela fez.

(P3, 39 anos; Fa3, 7 anos – Entrevista)

(...) eu não tenho alegria maior do que cuidar da minha filha, atualmente, não me vejo mais sem a criança. Não me vejo e, enfim, é a maior alegria que eu tenho.

(...) Minha mãe ajuda bastante no que ela pode, mas ela tem alguns problemas físicos que impedem ela de ficar com Fa4 no braço. Então é muito penoso para ela estar com Fa4, mas ela fica, ela faz um sacrifício e geralmente fica.

(...) [Se ele costuma sair com a criança] Costumo sair. [Se saem só os dois] Não, raramente, raramente. Eu geralmente vou com algum amigo pessoal do trabalho com quem eu tenho bom contato ou com a minha mãe, ou para ir para a casa de algum familiar e tal.

(P4, 36 anos; Fa4, 1 ano – Entrevista)

Com estas considerações, encerramos as análises das experiências de paternidade dos colaboradores. Não foi possível empregar todo o material coletado na pesquisa de campo, nem mesmo houve a intenção, assim como não tivemos a presunção de que a abordagem aos colaboradores conseguisse abarcar todos os aspectos dessas vivências, sobretudo porque elas se desenrolam em uma rede que envolve relações com outras pessoas – parceiras de procriação, filhos/as, parentes próximos e distantes, namoradas, amigos etc. Percebemos que os/as filhos/as integram-se ou são integrados, com ou sem conflitos, a essa rede de relacionamentos dos colaboradores. Existem movimentos desses pais em favor da inserção das crianças em suas redes de convívio, são posturas ativas que eles adotam neste sentido, que parecem remeter a elementos de ordens diferentes daquela da *autoridade* e da *responsabilidade*, que eles efetivamente assumiram. Essas posturas evocam afetividade, cuidado e envolvimento emocional. Além disso, o fato da não-conjugalidade exige desses homens que pensem ativamente o espaço doméstico, que assumam a responsabilidade de organizar o cotidiano das crianças – inclusive mobilizando ajuda de outras pessoas para isso (como vimos, predominantemente mulheres). Acreditamos, assim, que estas posturas estejam alinhadas às da “nova paternidade”, mas desenrolando-se num contexto diferente, de não-conjugalidade – que, ainda assim, carrega as contradições encontradas na vivência do casal conjugal, algumas delas de forma bastante acentuada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado teve como objetivo principal estudar algumas experiências de paternidade que se desenrolavam fora de um arranjo conjugal do pai com a mãe da criança, mostrando como os colaboradores pensavam as próprias vivências, os elementos que empregaram para construir suas narrativas e as relações que destacaram como importantes para pensar a paternidade. Os estudos antropológicos de família, gênero, reprodução e parentesco foram utilizados como suportes para contextualizar as narrativas dos colaboradores num quadro mais amplo, servindo como marcadores de conformidade ou contradição entre aspectos presentes ou ausentes nas narrativas dos colaboradores e aqueles encontrados entre outros atores.

Para realizar as análises, foram empregados estudos antropológicos que tiveram como temas as famílias de camadas médias, a conjugalidade e a paternidade nas sociedades ocidentais, sobretudo no Brasil. Buscamos compreender como acontece a divisão sexual do trabalho nas sociedades ocidentais e como essa divisão organiza a distribuição de tarefas entre homens e mulheres, nas esferas públicas e privadas, enfatizando os cuidados com crianças e criação de filhos/as. Dos estudos que tiveram como campo de pesquisa empírica as experiências familiares, destacamos os fenômenos da matrifocalidade e da circulação de crianças de camadas médias, alinhados pela lógica da ideologia individualista-igualitária, hegemônica entre as famílias de classe média, e propusemos a leitura das experiências dos colaboradores como práticas que refletem a “nova paternidade” num contexto não-conjugal.

Estabelecemos um corte no sentido temporal das experiências, separando-as em dois blocos. O ponto de diferenciação entre esses blocos foi estabelecido a partir do corpo da mulher: no primeiro bloco de análise foi abordado o período em que o/a filho/a se desenvolvia no corpo da mãe. Este bloco foi encerrado com a análise do momento de nascimento do bebê. O segundo bloco abarcava as experiências do colaborador com o/a filho/a fora do corpo da mãe, inicialmente na casa da mulher durante os primeiros meses de vida da criança e depois, na casa do pai.

Foram objetos de análise das primeiras experiências dos colaboradores com a paternidade: a notícia da gravidez, o desenvolvimento da gestação e o nascimento do bebê. Para compreender esse período da vida dos colaboradores, as análises abarcaram o relacionamento do pai com a mulher, antes e depois da notícia da gravidez. Exploramos a convivência estabelecida entre o pai e a mãe durante a gestação, uma vez que era por meio de e através do corpo da mulher que se desenvolviam os primeiros laços do homem com o bebê

em desenvolvimento. Temas como aborto, contracepção, gravidez na juventude e racismo também foram abordados nas análises desse período inicial.

Foram ressaltados os projetos dos colaboradores em relação à paternidade e como os acontecimentos da notícia e do desenvolvimento da gravidez modificaram e se adaptaram às vidas deles. Para conhecer essas vivências, seguimos as narrativas no que estas apresentavam de conflitos, expectativas, frustrações e realizações. Também buscamos apresentar algumas descrições de práticas que constituíram os relatos, ressaltando os sentidos atribuídos a essas práticas pelos colaboradores.

Como resultados das análises do primeiro bloco de experiências, observamos que os colaboradores negociavam as práticas contraceptivas com suas parceiras, embora à mulher fosse atribuída maior responsabilidade, devido ao uso irregular da camisinha à medida que o relacionamento se tornava mais estável. A paternidade foi um acontecimento imprevisto nos quatro casos estudados, mas apenas dois colaboradores mencionaram o aborto como um desfecho cogitado – nos dois casos, prevaleceu a vontade da mulher de levar a gravidez adiante. Uma das gravidezes aconteceu no período de juventude do colaborador, interrompendo as vivências de lazer e trazendo a responsabilidade de criar e sustentar o filho. Os projetos de vida dos colaboradores, no que dizia respeito à procriação, foram alinhados à ideologia individualista, predominante nas camadas médias, por estarem fortemente marcados pelo critério de “escolha”.

As falas dos colaboradores remeteram à noção de família como o grupo nuclear formado por pai, mãe e filhos/as – ou marido e esposa, sem filhos – mas esta configuração só poderia ter legitimidade se sua formação obedecesse aos critérios individualistas, fundamentados pela escolha e pela autonomia individual, de modo que apenas um dos colaboradores tentou efetivamente constituir família com a parceira, a despeito do relacionamento estar desfeito na ocasião da notícia da gravidez.

Encontramos na experiência de um dos colaboradores algumas configurações que destoavam acentuadamente da convenção cultural que organiza o processo de reprodução nas sociedades ocidentais. A narrativa desse pai foi analisada à luz de elaborações, captadas em estudos antropológicos, sobre genetização do parentesco e sobre relacionamento afetivo nas sociedades contemporâneas, desdobrando as vivências relatadas em considerações acerca de laços de consanguinidade e aliança e como estes se inter-relacionam.

A questão racial mostrou-se um aspecto de grande importância na vivência de um dos colaboradores em razão do racismo que ele e a filha enfrentavam por parte da família da mãe da criança. Essa questão atravessou diversas passagens da narrativa do colaborador,

influenciando todas as etapas da experiência de paternidade. O envolvimento de parentes, tanto do colaborador quanto da parceira, em processos pertencentes à esfera reprodutiva, foi ressaltado por este pai mais do que pelos outros colaboradores.

A participação dos colaboradores no desenvolvimento da gravidez das parceiras aconteceu de modo diferenciado para cada um deles. Essas participações foram qualificadas pelos colaboradores como “ativa” ou “distante”, embora algumas práticas fossem compartilhadas pelas duas qualificações. Essas percepções dos colaboradores, sobre a participação deles junto às parceiras nesse período, foram relacionadas aos projetos de paternidade e ao tipo de relação que os envolvia à parceira. Algumas vivências narradas pelos pais estavam alinhadas a expectativas congruentes com posturas mais igualitárias em relação às parceiras, embora nem sempre as atitudes descritas estivessem de acordo com este modelo. A não-conjugalidade mostrou-se um fato de complicação para esta vivência.

Três dos quatro pais acompanharam o nascimento do/a filho/a. Dessa experiência, ficou marcada uma diferenciação entre certas expectativas que envolvem noções como “alma” ou “encantamento” e a realidade do parto hospitalar. Uma das vivências buscou reproduzir concepções mais naturalizantes desse acontecimento.

O segundo bloco de experiências teve início com a análise dos relatos de vivência dos colaboradores no período de amamentação dos/as bebês, seguiu os primeiros contatos dos colaboradores com suas crianças, ainda na casa da mãe, e encerrou-se com a guarda da criança pelo pai, em períodos curtos ou longos. Foram objetos de análise a convivência do pai com a mãe nos primeiros meses de vida da criança: as tarefas de cuidados assumidas pelos colaboradores nesse período inicial, enfatizando o aprendizado do cuidado; conflitos envolvendo autoridade feminina no espaço doméstico; as negociações com a mãe sobre a convivência com a criança. Receio de sofrer alienação parental e crise de masculinidade foram aspectos presentes nas experiências desse período.

Foi uma característica comum no período de amamentação a permanência do pai na casa da mãe. Um dos colaboradores relatou pernoitar constantemente na casa da mulher, mas eles não tinham um relacionamento conjugal. A habilidade nos cuidados com os bebês foi desenvolvida de formas distintas pelos colaboradores, mas todos relataram o processo de aprendizagem – que se deu de diferentes maneiras: pela experiência, atual ou prévia; através de profissionais de saúde e corpo; pela intervenção da parceira. O desenvolvimento da relação afetiva entre pai e filho/a foi discutido diante das considerações sobre as práticas de cuidados e os sentidos atribuídos a essas práticas, de modo que a maternagem mostrou-se como um modelo para pensar essas atividades, independente do gênero do cuidador.

O período de amamentação foi problemático para um dos colaboradores, porque sua parceira sentia muitas dores e decidiu parar de amamentar ainda no primeiro mês, decisão com a qual ele não concordou. A situação desse colaborador conduziu a análise para o controle do corpo feminino e para a construção do *self* materno, bem como salientou a resistência da mulher a incorporar essas práticas mesmo diante do poder do discurso médico. Os aspectos de gênero e geração, envolvendo autoridade e chefia femininas, foram marcantes na narrativa de um colaborador, que experimentou uma situação de conflito com a avó da criança, com quem a parceira morava.

Um aspecto presente nas narrativas dos quatro colaboradores foi a estrutura matrifocal na qual as parceiras estavam envolvidas. Tanto elas moravam com as mães quanto, nos primeiros meses, os/as filhos/as moraram com as mães e as avós. O vínculo matrifocal das mulheres foi a primeira estrutura de relacionamentos na qual as crianças foram inseridas após o nascimento. Indicamos como característica comum às mães das crianças a inserção no mundo público de forma autônoma, através do trabalho e dos estudos. Ressaltamos que esta autonomia encontrava suporte no compartilhamento dos cuidados com outras mulheres, fossem parentes ou trabalhadoras contratadas.

Em relação às negociações com a mãe sobre a guarda e a convivência do pai com o/a filho/a, emergiram como aspectos relevantes a divisão sexual que associa, por um lado, a expectativa de provisão masculina e, por outro, as atribuições de cuidados e criação como tarefas femininas – divisão que torna-se ainda mais problemática quando não há coabitação do pai com a mãe. Algumas negociações aconteciam em meio a conflitos e ameaças, outras foram relatadas como tranquilas e igualitárias.

A convivência dos pais com seus/suas filhos/as fora do ambiente da casa da mãe da criança acontecia de modo regular para todos os colaboradores, mas variava de um colaborador para outro. Um aspecto marcante dessas análises foi a autoridade da mulher como mediadora entre a casa e a rua, na dinâmica de trânsito da criança – essa mediação é socialmente atribuída aos homens, pela divisão sexual do trabalho e, no contexto da não-conjugalidade e do empoderamento feminino, as negociações do homem com a mulher acerca da circulação da criança mostraram ser uma parte complementar da vivência da paternidade. A autoridade feminina nesse espaço intermediário foi analisada à luz de reflexões sobre o sentido derogatório atribuído à domesticidade nas sociedades ocidentais em correlação com a valorização da inserção do indivíduo, homem ou mulher, na esfera pública.

Algumas falas relatando disputas sobre a guarda e o trânsito das crianças incorporaram a mediação da esfera judiciária como recurso para resolver as disputas, como argumento em

discussões e também como possibilidade concretizada. Questões como alienação parental e intervenções estéticas nos cabelos das filhas foram elencadas entre as motivações para os pais procurarem a Justiça. Diante dessas considerações, foram abordados os temas da “nova paternidade” e da “circulação de crianças” de camadas médias.

Abordando a convivência entre pai e filho/a na casa do colaborador, foram trabalhados os temas do castigo e outras medidas educativas e disciplinares, diante de uma configuração que ora se constitui como interseção entre as casas do pai e da mãe, ora se apresenta figurada na diferença entre esses dois espaços. Problematizamos a coexistência, para a criança, de regras diferentes, da mãe e do pai, e foi, ainda, abordada a constituição de relacionamentos entre a criança e parentes do pai.

O desenvolvimento das análises, situadas em meio aos trabalhos de pesquisas antropológicas que estudaram as configurações familiares e a atribuição de tarefas entre mulheres e homens nesse âmbito, conduziu nosso olhar para as experiências da “nova paternidade” principalmente porque a não-conjugalidade, vivida num sistema social e cultural em que as atividades de criação de filhos acontecem majoritariamente no interior da residência e são quase que integralmente atribuídas às mães (ou a outras mulheres), demandava desses homens que eles mesmos estabelecessem relações com os/as filhos/as e para os/as filhos/as, nas suas redes de relacionamentos. A não-conjugalidade fica evidenciada, durante a gravidez, na sobreposição da relação do homem com a mulher na relação do pai com o/a filho/a; nos primeiros meses da criança, pela presença do pai na casa da mulher; nos anos seguintes, pelas negociações entre pai e mãe sobre a circulação da criança. O estudo que apresentamos nesta dissertação procura integrar-se ao amplo corpo de textos antropológicos sobre a família, na intenção de contribuir para a compreensão das dinâmicas de gênero no espaço doméstico através da problematização de hierarquias e sistemas de valores, em meio a experiências que se desenrolam em um contexto não-conforme ao modelo hegemônico para a divisão sexual do trabalho nas sociedades ocidentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARILHA, M. Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: GIFFIN, K.; COSTA, S.H. (Orgs.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999. pp. 455-467

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALOGH, G. Cartórios pedem até foto de parto para registrar bebê nascido em casa. **Maternar** (Blog da Folha de São Paulo), São Paulo, 23 jun. 2014. Disponível em <<http://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/06/23/maes-tem-dificuldades-para-registrar-bebes-nascidos-em-casa/>> Acesso: 14 ago. 2014.

BARROS, Z.S. **Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça**. 2003. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BATISTA, C. O aborto dos homens. **Revista de saúde sexual e reprodutiva Ipas Brasil**, n. 40, mai. 2009. Disponível em <<http://aads.org.br/revista/maio09.html>> Acesso: 26 jul. 2014.

BEVILAQUA, C.B. Ética e planos de regulamentação da pesquisa: princípios gerais, procedimentos contextuais. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Orgs.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres: Editora Universitária de Brasília, 2010. pp. 71-90.

BLOGUEIRAS Feministas. **Aborto legal**: qual a situação atual? 28 mai. 2014. Disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/2014/05/aborto-legal-qual-a-situacao-atual/>> Acesso: 26 jul. 2014.

BORDO, S.R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A.M.; BORDO, S.R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. pp. 19-41.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Brasília: CNS, 1996. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/resolucoes.htm](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/resolucoes.htm)> Acesso: 16 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Resolução nº 196/96 versão 2012. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: <[http://www.sbppc.org.br/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2017&Itemid=26](http://www.sbppc.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=2017&Itemid=26)> Acesso: 16 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Comissão Nacional de

Ética em Pesquisa – CONEP. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html)> Acesso: 15 jul. 2014.

CAMPOS, R.B. Investigações sobre o amor materno. In: CAMPOS, R.B.C.; HOFFNAGEL, J.C. (Orgs.). **Pensando família, gênero e sexualidade**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. pp. 133-146.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. A antropologia e a “crise” dos modelos explicativos. In: \_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2006. pp. 53-72.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. Pesquisas *em versus* pesquisa *com* seres humanos. In: VÍCTORA, C. *et. al.* (Org.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. pp. 33-44.

\_\_\_\_\_. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Orgs.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres: Editora Universitária de Brasília, 2010. pp. 25- 38.

CHODOROW, N. **Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CONNELL, R.W.; MESSERSCHMIDT, J.W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, pp. 241-282, jan./abr. 2013.

COSTA, R.G. **Concepção de filhos, concepções de pais: algumas reflexões sobre reprodução e gênero**. 2001. 235 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DINIZ, D. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Orgs.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres: Editora Universitária de Brasília, 2010. pp. 183-192.

FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

FONSECA, C. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, pp. 13-34, 2004.

\_\_\_\_\_. Paternidade brasileira na era do DNA: a certeza que pariu a dúvida. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 22, pp. 27-51, 2005.

\_\_\_\_\_. As novas tecnologias *legais* na produção da vida familiar: Antropologia, direito e subjetividades. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, pp. 8-23, jan.-abr. 2011.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. Unesp, 1993. pp. 47-75

GOLDANI, A.M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, pp. 67-110, 1993.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, H.; KNAUTH, D.R. Aproveitar a vida, juventude e gravidez. **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, v. 49, n. 2, pp. 625-643, 2006.

GROSSI, M.P. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em primeira mão**, Santa Catarina, n. 1, pp. 4-34, 2004.

HEILBORN, M.L. Homens jovens e os atropelos da heterossexualidade: contracepção e aborto. In: MEDRADO, B. et al. (Orgs.). **Homens e masculinidades**: práticas de intimidade e políticas públicas. Recife: Instituto PAPAI, 2010. pp. 109-124.

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. Porto Alegre: Globo, 1979. 147 f.

LAQUEUR, T.W. Los hechos de la paternidad. **Debate feminista**, pp. 119-141, set. 1992.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: \_\_\_\_\_. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, s.d. pp. 69-98.

\_\_\_\_\_. O universo das regras. In: \_\_\_\_\_. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982. pp. 69-81.

\_\_\_\_\_. A eficácia simbólica. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 201-220.

LINS DE BARROS, M.M. Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, pp. 71-92, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Memória, experiência e narrativa. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 12, n. 29, pp. 4-17, jul./dez. 2011.

LUNA, N. Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. **História, ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, pp. 395-417, mai./ago. 2005.

MACHADO, L.Z. O impacto social das narrativas biológicas, jurídicas e religiosas sobre o

aborto. In: \_\_\_\_\_. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010. pp. 111-163.

MACHADO, M.D.C.; LINS DE BARROS, M.M. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, pp. 369-393, mai./ago. 2009

MOTTA-MAUÉS, M.A. Na “casa da mãe” / na “casa do pai”: anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da “circulação” de crianças. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 2, pp. 428-452, 2004.

\_\_\_\_\_. et al. De casa em casa, de rua em rua... na cidade: “circulação de crianças”, hierarquias e espaços sociais. **Antropolítica**, Niterói, n. 26, pp. 63-82, jan./jun. 2009.

NOVAES, S.; SALEM, T. Recontextualizando o embrião. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 65-88, 1995.

OLIVEIRA, M.C. et al. As novidades do Gênero: homens e anticoncepção em camadas médias. In: QUADROS, M.T.; LEWIS, L. (Orgs.). **Homens e dinâmicas culturais**: saúde reprodutiva, relações raciais, violência. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. pp. 23-54. (Família e Gênero, n. 13).

PINHEIRO, L. et al. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, pp. 851-859, 2009.

PIZZATO, F.F. **Do namoro à amizade**: as matizes das parcerias sexuais de mulheres heterossexuais de camadas médias, estabelecidas profissionalmente, residentes no Recife. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

QUADROS, M.T. **Construindo uma nova paternidade?** As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife-PE. 1996. 205 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

\_\_\_\_\_. **Homens e a contracepção**: práticas, ideias e valores masculinos na periferia de Recife. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

\_\_\_\_\_. Paternidade, trabalho doméstico e envolvimento com os/as filhos/as. In: CAMPOS, R.B.C.; HOFFNAGEL, J.C. (Orgs.). **Pensando família, gênero e sexualidade**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. p. 59-98.

\_\_\_\_\_. Homens, valores e práticas relacionadas à contracepção em grupos populares. In: QUADROS, M.T.; LEWIS, L. (Orgs.). **Homens e dinâmicas culturais**: saúde reprodutiva, relações raciais, violência. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. pp. 55-93. (Família e

Gênero, n. 13).

RAMIREZ, M.C. A propriedade do corpo. O lugar da diferença nos discursos de homens e mulheres acerca do aborto voluntário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, pp. 297-335, 2000.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, M.C. **Os impasses do corpo**: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário. 1999. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

**RELATOS dos pais na gestação e no parto**. Produção: Cuida Doulas. Dur.: 14'26". Brasília, 18 jun. 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=xnsb2gZkNho>> Acesso: 30 jul. 2014.

**RENASCIMENTO do parto, O**. Direção: Eduardo Chauvet. Roteiro e Produção: Érica de Paula. Documentário. Dur.: 91'. Brasil, 9 ago. 2013.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. (Publicação não paginada).

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

SALEM, T. Família em camadas médias: uma perspectiva antropológica. **Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 25-39, 1º semestre 1986.

\_\_\_\_\_. O casal igualitário: princípios e impasses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, fev. 1989. Disponível em <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=256&Itemid=203](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=256&Itemid=203)> Acesso: 12 jun. 2014.

SANTOS, D.A. **“Aqui a gente administra sentimentos”**: famílias e justiça no Brasil contemporâneo. 2010. 238 f. Tese (doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e família: o Programa de Saúde da Família em questão. In: CAMPOS, R.B.C.; HOFFNAGEL, J.C. (Orgs.). **Pensando família, gênero e sexualidade**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. pp. 99-132.

\_\_\_\_\_. O valor do sentimento: Considerações sobre o debate jurídico a respeito de indenização por abandono afetivo. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 36, pp. 847-859, dez. 2013.

SARTI, C.A. A família como universo moral. In: \_\_\_\_\_. **A família como espelho**: um estudo

sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996. pp. 35-63.

SENA, L.G. Violência no parto: textos do blog. **Cientista que virou mãe** [Blog Internet]. Disponível em <<http://www.cientistaqueviroumae.com.br/p/violencia-no-parto.html>> Acesso: 31 jul. 2014.

SCOTT, R.P. **Famílias brasileiras**: Poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011. (Família e Gênero, n. 14)

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (Org.). **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. pp. 11-25.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. pp. 127-183.

STOLCKE, V. Homo clonicus? o sexo da biotecnologia. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. H. (Orgs.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 117-145.

STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 303-329, 1995.

\_\_\_\_\_. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

THURLER, A.L. Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Mulheres, 2009. Resenha de: BENSUSAN, H. Quem pode fugir dos filhos indesejados?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, pp. 322-324, jan./abr. 2012.

TRONTO, J.C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A.M.; BORDO, S.R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. pp. 186-203.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Ciências da Saúde (CCS). Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Disponível em: <[http://www.ufpe.br/ccs/index.php?option=com\\_content&view=article&id=327&Itemid=255](http://www.ufpe.br/ccs/index.php?option=com_content&view=article&id=327&Itemid=255)> Acesso: 15 jul. 2014.

VARGAS, E.P. et al. Sexualidade e reprodução: usos e valores relativos ao desejo de filhos entre casais de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, pp. 153-162, jan. 2010.

VELHO, G. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, pp. 161-185, abr. 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E.B.; ARAÚJO, R.B. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, G. (org.). **Arte e Sociedade**: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp. 130-169.



01) Qual é a sua idade?

02) Em qual cidade você nasceu?

03) Qual é sua cor / raça / etnia?

04) Atualmente, você é adepto de alguma religião ou culto? Se sim, qual(is)?

05) Qual o último grau de instrução que você cursou?

Nunca estudou

Alfabetização

1º grau / Ensino Fundamental

2º grau / Ensino Médio

Técnico - Qual(is) curso(s)?

3º grau / Ensino Superior - Qual(is) curso(s)?

Pós-graduação - Qual(is) nível(is)? Qual(is) área(s)?

Não sabe / Não respondeu

06) Você realizou os seus estudos em instituições públicas ou privadas? Identifique as instituições.

07) Você exerce atividade(s) remunerada(s) fora de sua residência?

**[Se sim]** Descreva essa(s) atividade(s) e a rotina semanal / mensal de realização da(s) mesma(s).

08) Você exerce atividade(s) remunerada(s) na sua residência?

**[Se sim]** Descreva essa(s) atividade(s) e a rotina semanal / mensal de realização da(s) mesma(s).

09) Qual a sua faixa de renda mensal?

Sem renda

Até 1 SM\_\_\_\_\_ (Até R\$ 678,00)

De 1,01 a 3 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 678,01 a R\$ 2.034,00)

De 3,01 a 7 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 2.034,01 a R\$ 4.746,00)

De 7,01 a 10 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 4.746,01 a R\$ 6.780,00)

De 10,01 a 20 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 6.780,01 a R\$ 13.560,00)

Mais de 20,01 SM\_\_\_\_\_ (Mais de R\$ 13.560,01)

Não sabe / Não respondeu

10) Com quem você morava, na época da sua infância e adolescência? Dessas pessoas, quem era(m) o/a(s) principais responsável(is) por você?

11) Qual o último grau de instrução que o seu pai (ou responsável do sexo masculino) cursou?

Nunca estudou

Alfabetização

1º grau / Ensino Fundamental

2º grau / Ensino Médio

- Técnico - Qual(is) curso(s)?
- 3º grau / Ensino Superior - Qual(is) curso(s)?
- Pós-graduação - Qual(is) nível(is)? Qual(is) área(s)?
- Não sabe / Não respondeu

- 12) Qual o último grau de instrução que a sua mãe (ou responsável do sexo feminino) cursou?
- Nunca estudou
  - Alfabetização
  - 1º grau / Ensino Fundamental
  - 2º grau / Ensino Médio
  - Técnico - Qual(is) curso(s)?
  - 3º grau / Ensino Superior - Qual(is) curso(s)?
  - Pós-graduação - Qual(is) nível(is)? Qual(is) área(s)?
  - Não sabe / Não respondeu

13) Você tem irmãos e/ou irmãs? Se sim, identifique a idade e o sexo de cada um/a.

**[Caso não tenha irmãos e/ou irmãs, pular para perg. 16]**

14) Você morou na mesma casa que seus irmãos e irmãs durante sua infância e adolescência? Com quais deles e delas?

15) Nessa época, como era a sua relação com seus irmãos e com suas irmãs? Que atividades vocês costumavam fazer juntos?

Fale do(s) irmão(s) separadamente da(s) irmã(s).

16) Na época da sua infância e adolescência, as pessoas com quem você morava trabalhavam fora de casa?

**[Se sim]** Quem trabalhava fora, quantas e quais eram as atividades por eles exercidas?

17) Durante a sua infância e adolescência, na sua residência, que pessoas cuidavam de você e seu/sua(s) irmão/irmã(s) ou outras crianças que morassem na casa? O que essas pessoas faziam?

Especifique o mais detalhadamente possível quais eram as atribuições de cada pessoa citada.

18) Nessa época, que pessoas faziam as tarefas domésticas na casa onde você morava?

Especifique o mais detalhadamente possível quais eram as atribuições de cada pessoa citada.

19) Durante sua infância e adolescência, havia(m) empregado/a(s) doméstico/a(s) na sua residência?

**[Se sim]** Quais eram as atribuições desse/a(s) trabalhador/a(es)?

20) Na sua infância e adolescência, você participava das atividades domésticas?

**[Se sim]** Fale sobre a sua participação nas atividades.

21) Atualmente, você reside com outras pessoas?

**[Se sim]** Como essas pessoas estão relacionadas a você? Identifique sexo e idade de cada pessoa.

**[Caso não resida com outra(s) pessoa(s), pular para perg. 25]**

22) Qual a faixa de renda total da sua residência?

- Sem renda
- Até 1 SM\_\_\_\_\_ (Até R\$ 678,00)
- De 1,01 a 3 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 678,01 a R\$ 2.034,00)
- De 3,01 a 7 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 2.034,01 a R\$ 4.746,00)
- De 7,01 a 10 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 4.746,01 a R\$ 6.780,00)
- De 10,01 a 20 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 6.780,01 a R\$ 13.560,00)
- Mais de 20,01 SM\_\_\_\_\_ (Mais de R\$ 13.560,01)
- Não sabe / Não respondeu

23) As demais pessoas que residem com você trabalham fora de casa?

24) As demais pessoas que residem com você exercem atividade remunerada em casa?

25) Atualmente, quem realiza as atividades domésticas cotidianas na sua casa?

26) Atualmente, quem realiza as atividades de reparos e manutenção da estrutura física da sua casa?

27) Em qual cidade nasceu seu/sua filho/a?

28) Atualmente, onde e com quem reside seu/sua filho/a?  
Inclua todas as pessoas da residência.

29) Qual a faixa de renda total da residência do/a seu/sua filho/a?

- Sem renda
- Até 1 SM\_\_\_\_\_ (Até R\$ 678,00)
- De 1,01 a 3 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 678,01 a R\$ 2.034,00)
- De 3,01 a 7 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 2.034,01 a R\$ 4.746,00)
- De 7,01 a 10 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 4.746,01 a R\$ 6.780,00)
- De 10,01 a 20 SM\_\_\_\_\_ (R\$ 6.780,01 a R\$ 13.560,00)
- Mais de 20,01 SM\_\_\_\_\_ (Mais de R\$ 13.560,01)
- Não sabe / Não respondeu

30) Qual a convivência que você tem com seu/sua filho/a? Ele/a fica na sua casa? Se sim, com que frequência?

31) Seu/sua filho/a frequenta a escola?  
**[Se sim]** Como foi escolhida a escola?

32) Quando seu/sua filho/a está na sua casa, quem é o/a responsável por cada uma dessas atividades?

- a) Transportar para a escola
- b) Orientar os estudos

- c) Atividades de lazer, dentro e fora de casa
- d) Colocar a criança para dormir / orientar o horário de dormir
- e) Dar banho / orientar o banho
- f) Trocar a roupa / orientar a troca de roupa
- g) Preparar as refeições
- h) Orientar a refeição

33) Qual o último grau de instrução que a mãe do/a seu/sua filho/a cursou?

- Nunca estudou
- Alfabetização
- 1º grau / Ensino Fundamental
- 2º grau / Ensino Médio
- Técnico - Qual(is) curso(s)?
- 3º grau / Ensino Superior - Qual(is) curso(s)?
- Pós-graduação - Qual(is) nível(is)? Qual(is) área(s)?
- Não sabe / Não respondeu

34) Onde reside a mãe do/a seu/sua filho/a?

35) A mãe do/a seu/sua filho/a exerce trabalho remunerado?

**[Se sim]** Quantas e quais são essas atividades?

36) Qual a faixa de renda mensal da residência mãe do/a seu/sua filho/a?

- Sem renda
- Até 1 SM \_\_\_\_\_ (Até R\$ 678,00)
- De 1,01 a 3 SM \_\_\_\_\_ (R\$ 678,01 a R\$ 2.034,00)
- De 3,01 a 7 SM \_\_\_\_\_ (R\$ 2.034,01 a R\$ 4.746,00)
- De 7,01 a 10 SM \_\_\_\_\_ (R\$ 4.746,01 a R\$ 6.780,00)
- De 10,01 a 20 SM \_\_\_\_\_ (R\$ 6.780,01 a R\$ 13.560,00)
- Mais de 20,01 SM \_\_\_\_\_ (Mais de R\$ 13.560,01)
- Não sabe / Não respondeu

37) **[Caso a criança não resida com a mãe]** Com quem a mãe do/a seu/sua filho/a reside atualmente?

38) A sua relação com a mãe da criança mudou depois que vocês tiveram esse/a filho/a?

**[Se sim]** Fale sobre a mudança.

39) Você tem outro/a(s) filho/a(s) com essa mesma mulher?

**[Se sim]** Identifique sexo e idade de cada um/a.

**[Caso não tenha outro/a(s) filho/a(s) com essa mesma mulher, pular para perg. 42]**

40) Com quem mora(m), atualmente, seus/suas outro/a(s) filho/a(s)?

- Mora(m) comigo
- Mora(m) com a mãe
- Mora(m) com outra(s) pessoa(s) – Quem são as pessoas?

41) A relação de vocês mudou, com a chegada desse/a(s) outro/a(s) filho/a(s)?

[Se sim] Fale sobre a mudança.

42) Você tem outro/a(s) filho/a(s) com outra(s) mulher(es)?

[Se sim] Identifique sexo, idade do/a(s) filho/a(s) e o nome (real ou fictício) da(s) mãe(s) de cada um/a.

**[Caso não tenha outro/a(s) filho/a(s) outra(s) mulher(es), pular para perg. 45]**

43) Com quem mora(m) seus/suas outro/a(s) filho/a(s)?

[ ] Mora(m) comigo

[ ] Mora(m) com a(s) mãe(s)

[ ] Mora(m) com outra(s) pessoa(s) – Quem são as pessoas?

44) A relação de vocês foi modificada pela chegada desse/a(s) outro/a(s) filho/a(s)?

[Se sim] Fale sobre as mudanças, de cada mulher separadamente.

45) Você estaria disposto a conceder uma entrevista, para falarmos mais detidamente sobre a sua experiência de paternidade?

[ ] Sim

[ ] Não

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Nº entrev.:	Data:	Hora início / fim: /
Local da entrevista:		
Participante:	Idade e sexo do filho:	

Anotações

## **ROTEIRO RESUMIDO**

### Parte 1 – O Cotidiano da Paternidade

A entrada na paternidade

A convivência com o filho, atualmente

O filho mora com o pai

O filho e a mãe convivem

O filho e a mãe não convivem

O filho já morou com o pai, não mora mais ou O filho nunca morou com pai

Pai e filho convivem

Pai e filho não convivem

Percepções da paternidade

### Parte 2 – Relacionamento com a mãe da criança

Coabitação anterior à gravidez

Sim, moraram juntos

Não, nunca moraram juntos

O pai e a mãe

### Parte 3 – Relacionamento do filho com irmãos e irmãs

### Parte 4 – A família de origem do pai

### Parte 5 – Encerramento

**PARTE 1 - O cotidiano da paternidade**

**A ENTRADA NA PATERNIDADE**

*Explorar todos os sub-itens*

1) O que você pensava da paternidade, antes de tornar-se pai desse filho?

1.1) Houve mudança nessa ideia, depois que se tornou pai desse filho?

2) Quando você começou a pensar em si mesmo como “pai”, em relação a esse filho?

*Localizar essa tomada de consciência da paternidade também em relação ao filho e à mãe, fazendo-o falar de acontecimentos que integrem as três pessoas (ex.: gravidez, parto, amamentação).*

3) Como estava a sua vida quando você se tornou pai desse filho?

3.1) Quais foram os **acontecimentos** mais marcantes dessa época?

*Tentar mapear o contexto mais amplo: trabalho e renda, estudos, família, situação de residência e conjugalidade, relações de amizade, perspectivas de futuro próximo (cursos, viagens, etc).*

4) Quais foram as **mudanças** mais significativas que você teve em sua vida, quando soube que seria pai desse filho e com a chegada do filho?

5) Quais os **sentimentos** mais fortes que você recorda desses primeiros momentos, logo que se deu conta de que seria pai desse filho?

*Pedir que relacione os sentimentos aos respectivos acontecimentos.*

6) Você fez **projetos de futuro**, envolvendo seu filho e a mãe dele, logo que se percebeu como pai?

6.1) Quais foram esses projetos?

6.2) Como você pensava a participação das outras pessoas nos seus projetos?

6.3) Você compartilhou dos seus projetos com outras pessoas?

6.3) Alguns desses projetos se concretizaram ou estão se concretizando?

**A CONVIVÊNCIA COM O FILHO, ATUALMENTE:**

**Perguntar somente as questões dos blocos marcados com [ x ]**

**O pai mora com o filho?**

*Selecionar os blocos de acordo com as informações trazidas do questionário. Caso não saiba*

*ou tenha dúvida, perguntar em qual situação o pai se encaixa. Fazer previamente anotações das informações que já foram colhidas no questionário, nos espaços reservados para “Notas do questionário”.*

Sim

O filho convive com a mãe       O filho não convive com a mãe

Não (já morou, não mora mais ou nunca moraram juntos)

Pai e filho convivem       Pai e filho não convivem

*Segue para o bloco correspondente*

### O FILHO MORA COM O PAI

Notas do questionário:

- 1) Como se estabeleceu a situação atual?
- 2) Sempre foi assim? **(se sim, pular para a perg. 3)**
  - 2.1) Como era antes?
  - 2.2) O que fez mudar?
- 3) Quem mais mora na casa? **(se ninguém, pular para a perg. 4)**
  - 3.1) Há quanto tempo vocês moram com essas pessoas?
  - 3.2) Como é a relação entre você e essas pessoas?
  - 3.3) Como é a relação do seu filho com essas pessoas?
- 4) Como é a rotina do seu filho durante a semana e nos finais de semana?
- 5) Alguém o ajuda a cuidar do filho? **(se não / não se aplica, pular para a perg. 6)**
  - 5.1) Quem?
  - 5.2) Como é essa ajuda?
  - 5.3) Essa colaboração é negociada?
  - 5.4) Como é a relação entre você e essa pessoa cuidadora? **(se já respondeu, pular para a perg. 6)**
  - 5.5) Como é a relação do seu filho com essa pessoa cuidadora? **(se já respondeu, pular para a perg. 6)**
- 6) Você recebe ajuda financeira para criar o seu filho? **(se não, pular para a perg. 7)**
  - 6.1) Como foi estabelecida essa ajuda?
  - 6.2) Quem é o/a responsável por fornecer essa ajuda?

- 6.3) Desde quando você recebe essa ajuda e até quando receberá?
- 7) Quais as atividades que você mais gosta de fazer com seu filho quando vocês estão em casa?
- 8) Você costuma sair com seu filho? **(se não, pular para a perg. 9)**
- 8.1) Para onde vocês costumam ir juntos?
- 8.2) Alguém costuma acompanhá-los nessas saídas? **(se não, pular para a perg. 9)**
- 8.2.1) Quem é essa pessoa?
- 8.2.2) Por que e como essa outra pessoa participa das atividades?
- 8.2.2) Como é a sua relação com essa pessoa? **(se já respondeu, pular para a perg. 10)**
- 8.2.3) Como é a relação do seu filho com essa pessoa? **(se já respondeu, pular para a perg. 10)**
- 9) Em que momentos você acha que precisa dar bronca ou castigar seu filho? Exemplifique.
- 9.1) Existe algum acordo com a mãe ou outras pessoas acerca da postura a ser adotada por você nesses casos?
- 10) Seu filho convive com a mãe? **(se não, pular para: o filho e a mãe não convivem)**

## [ ] O FILHO E A MÃE CONVIVEM

Notas do questionário:

- 1) Qual é a frequência e a duração dessa convivência?
- 2) Como foi definida essa frequência e duração?
- 3) Sempre foi assim? **(se sim, pular para a perg. 4)**
- 3.1) Como era antes?
- 3.2) O que fez mudar?
- 4) Você colabora financeiramente com a mãe do seu filho? **(se não, pular para a perg. 5)**
- 4.1) Como foi estabelecida essa colaboração?
- 4.2) Desde quando você colabora e até quando colaborará?
- 5) Alguma outra pessoa participa da convivência do seu filho com a mãe dele? **(se não/não sabe, pular para a perg. 6)**
- 5.1) Quem é essa pessoa?
- 5.2) Você sabe como essa pessoa participa da convivência?
- 5.3) Você se relaciona com essa pessoa? **(se não, pular para a perg. 6)**
- 5.3.1) Como é a relação de vocês?

6) De volta à casa de vocês, seu filho costuma comentar como transcorreu o período que passou com a mãe? **(se não, pular para a perg. 7)**

6.1) O que ele relata mais frequentemente?

7) Você considera que o cotidiano do seu filho, quando está com a mãe, é muito diferente de quando ele está com você? **(se não/não sabe, pula para: percepções da paternidade)**

7.1) Por quê?

7.2) O que você acha dessa diferença?

## **SEGUE PARA: PERCEPÇÕES DA PATERNIDADE**

### **[ ] O FILHO E A MÃE NÃO CONVIVEM**

Notas do questionário:

1) Por que eles não convivem? Como se estabeleceu essa situação?

2) Sempre foi assim? **(se sim, pular para a perg. 3)**

2.1) Como era antes?

2.2) O que fez mudar?

3) Como você se sente em relação a isso?

4) Seu filho fala sobre isso com você? **(se sim, perg. 4.1; se não, perg. 4.2)**

4.1) Como ele se sente em relação a isso?

4.2) Como você acha que ele se sente em relação a isso?

5) Ela, a mãe, tem contato com o filho de vocês por outros meios (telefone, e-mail, carta, etc)?

**(se não, pular para a perg. 6)**

5.1) Como você percebe a relação deles?

6) Você costuma dar notícias do dia-a-dia do seu filho para a mãe dele ou alguma outra pessoa? **(se não, pula para: percepções da paternidade)**

6.1) Para quem, se não a mãe ou além da mãe?

6.2) Através de que meios?

## **SEGUE PARA: PERCEPÇÕES DA PATERNIDADE**

### **[ ] O FILHO JÁ MOROU COM O PAI, NÃO MORA MAIS**

*(Este item deve ser continuado com as perguntas do item “O filho nunca morou com o pai”)*

Notas do questionário:

- 1) Em que período da vida do seu filho vocês moraram juntos?
- 2) Mais alguém morava com vocês? **(se não, pular para a perg. 3)**
  - 2.1) Quem eram essas pessoas?
  - 2.2) Como elas participavam do cotidiano da casa?
  - 2.3) Como era a relação entre você e essas pessoas?
  - 2.4) Como era a relação do seu filho com essas pessoas?
- 3) Alguém ajudava você a cuidar do seu filho? **(se não/não se aplica, pular para a perg. 4)**
  - 3.1) Quem?
  - 3.2) O que essa pessoa fazia?
  - 3.3) Essa ajuda era cotidiana ou eventual?
  - 3.4) Essa ajuda era negociada entre vocês?
- 4) Por que você e seu filho deixaram de morar juntos?
  - 4.1) Quando isso aconteceu?
  - 4.2) Como foi tomada a decisão?
  - 4.3) Com quem seu filho foi morar, quando saiu da sua casa / quando você saiu de casa?
  - 4.4) A situação de residência do seu filho passou por modificações desde então? **(se não, pular para a perg. 5)**
    - 4.5) Essas modificações foram negociadas com você?
    - 4.6) Você se relaciona com essa pessoa? **(se não, pular para a perg. 5)**
      - 4.6.1) Como é a relação de vocês? **(se já respondeu, pular para a perg. 5)**
- 5) O que mais estava acontecendo na sua vida, na época que você e seu filho deixaram de morar juntos (trabalho, estudos, relacionamento, etc)?
- 6) Você colabora financeiramente com a pessoa que atualmente mora com o seu filho? **(se não, pular para a perg. 7, no próximo item)**
  - 6.1) Como foi estabelecida essa colaboração?
  - 6.2) Desde quando você colabora e até quando colaborará?

#### [ ] O FILHO NUNCA MOROU COM O PAI

Notas do questionário:

- 7) Atualmente, você e seu filho convivem? **(se não, pula para: pai e filho não convivem)**

[ ] **PAI E FILHO CONVIVEM**

Notas do questionário:

- 1) Como foi definida a frequência e duração da convivência entre seu filho e você?
- 2) Sempre foi assim? **(se sim, pular para a perg. 3)**
  - 2.1) Como era antes?
  - 2.2) O que fez mudar?
- 3) Como é a rotina do seu filho quando vocês estão juntos?
- 4) Você sabe como é a rotina do seu filho quando ele não está com você / na sua casa? **(se não / não se aplica, pular para a perg. 5)**
  - 4.1) Você sabe quem cuida do seu filho quando ele não está com você?
  - 4.2) Como você percebe a diferença entre a rotina que seu filho tem na sua casa e a que ele tem na outra casa onde mora? **(se não se aplica, pular para perg. 6)**
- 5) Alguma outra pessoa participa do seu convívio com seu filho? **(se não, pular para a perg. 6)**
  - 5.1) Quem é essa pessoa?
  - 5.2) Como ela participa desse convívio?
  - 5.3) Como é a sua relação com ela?
  - 5.4) Como é a relação do seu filho com ela?
- 6) Em qual lugar vocês passam mais tempo juntos?
- 7) Quais são as atividades que vocês mais fazem juntos?
- 8) Em que momentos você acha que precisa dar bronca ou castigar seu filho? Exemplifique.
  - 8.1) Existe algum acordo com a mãe ou outras pessoas acerca da postura a ser adotada por você nesses casos?
- 9) Você colabora financeiramente com a pessoa que atualmente mora com o seu filho? **(se não, pula para: percepções da paternidade)**
  - 9.1) Como foi estabelecida essa colaboração?
  - 9.2) Desde quando você colabora e até quando colaborará?

**SEGUE PARA: PERCEPÇÕES DA PATERNIDADE**

[ ] **PAI E FILHO NÃO CONVIVEM**

Notas do questionário:

- 1) por que vocês não convivem? Como se estabeleceu essa situação?
- 2) Sempre foi assim? **(se sim, pular para a perg. 3)**
  - 2.1) Como era antes?
  - 2.2) O que fez mudar?
- 3) Como você se sente em relação a isso?
- 4) Você tem contato com seu filho por outros meios (telefone, e-mail, carta, etc)? **(se não, pular para a perg. 5)**
  - 4.1) Com que frequência?
  - 4.1) Como é a relação de vocês?
  - 4.3) Como você percebe que seu filho se sente por vocês não conviverem?
- 5) Você tem contato com a mãe ou com as pessoas que atualmente cuidam do seu filho? **(se não, pular para a perg. 6)**
  - 5.1) Através de que meios?
  - 5.2) Qual a frequência desse contato?
  - 5.3) Como é a relação de vocês?
- 6) Você costuma receber notícias do dia-a-dia do seu filho? **(se não, pular para a perg. 7)**
  - 6.1) Através de que meios?
  - 6.2) Quem traz essas notícias?
- 7) Você colabora financeiramente com a pessoa que atualmente mora com o seu filho? **(se não, pula para: percepções da paternidade)**
  - 7.1) Como foi estabelecida essa colaboração?
  - 7.2) Desde quando você colabora e até quando colaborará?

## **PERCEPÇÕES DA PATERNIDADE**

*Explorar todos os sub-itens*

- 1) Você tem **modelos** nos quais se baseia para vivenciar o seu papel de pai?
  - 1.1) Onde você busca esses modelos?
  - 1.2) Por que os considera apropriados para pautar a sua experiência?
  - 1.3) Para você, existem **modelos “negativos”**, que ilustrem o que não se deve fazer ou ser como pai?
  - 1.4) Você experienciou de alguma maneira essas vivências “negativas” da paternidade, com seu filho ou com seu pai?
- 2) Alguma vez você sentiu que a sua **participação como pai era excluída ou invisibilizada** em alguma instituição ou por alguma pessoa?
  - 2.1) Como foi essa experiência?
  - 2.2) Quais os **sentimentos** que essa experiência despertou em você?
- 3) Como você lida com as **expectativas das outras pessoas** em relação à sua atuação como pai?
  - 3.1) Você busca, na sua vivência da paternidade, atender aos anseios de alguma pessoa em especial? **(se não, pular para perg.4)**
    - 3.1.1) Quem?
    - 3.1.2) Por quê você considera importante responder às expectativas dessa pessoa?
- 4) O fato de tomar conhecimento de que engravidou uma mulher é condição suficiente para assumir a paternidade?
  - 4.1) Qual seria o **envolvimento “mínimo”** do homem em uma paternidade?
  - 4.2) E no caso da mãe, o fato dela engravidar é condição suficiente para ela assumir a maternidade?
  - 4.3) Qual seria o envolvimento “mínimo” da mulher na maternidade?
  - 4.4) Explique as **diferenças e semelhanças** entre maternidade e paternidade, nesse contexto.
- 5) Quem são **as pessoas** que você associa mais significativamente à sua **relação** com seu filho?
  - 5.1) Quais são **os objetos** que você associa à sua relação com seu filho?
    - 5.1.2) O que, para você, esses objetos **representam**?

- 6) Quais são, para você, os **elos mais fortes e intensos** que o ligam ao seu filho?
  - 6.1) Como a mãe do seu filho aparece envolvida nessas ligações?
  - 6.2) Quais são as **fragilidades** mais críticas que você percebe na sua ligação com seu filho?

**PARTE 2 – Relacionamento com a mãe da criança**

Notas do questionário:

**COABITAÇÃO ANTERIOR À GRAVIDEZ**

Você morou com a mãe do seu filho antes do acontecimento da gravidez?

*Segue para o bloco correspondente*

**Sim, moraram juntos**

- 1) Por quanto tempo? Posicione a época em relação à gravidez.
- 2) Mais alguém morava com vocês? **(se não, pular para perg. 3)**
  - 2.1) Quem eram essas pessoas?
- 3) Como era a relação de vocês nesse tempo?
- 4) Por que vocês deixaram de morar juntos?
- 5) Como foi decidida a separação?
- 6) Quem saiu de casa?

**SEGUE PARA: O PAI E A MÃE**

**Nunca moraram juntos**

- 1) Vocês cogitaram, em algum momento, morar juntos? **(se não, pular para: o pai e a mãe)**
  - 1.1) O que vocês conversavam sobre essa ideia?
  - 1.2) Por que a ideia não se concretizou?

## O PAI E A MÃE

*Explorar todos os sub-itens*

Notas do questionário:

- 1) Quanto tempo durou a relação até que sua parceira ficasse grávida?
- 2) Como era relação de vocês até a gravidez?
  - 2.1) Houve **mudança** na relação de vocês depois que aconteceu a gravidez? (se **não**, pular para **perg. 3**)
    - 2.1.2) Quais foram essas mudanças?
- 3) Você participou da **gravidez**? (se **não**, pular para **perg. 4**)
  - 3.1) Como foi essa participação?
  - 3.2) Como você acha que a mãe percebia a sua participação nessa época?
  - 3.3) Como você se sente em relação à sua participação na gravidez?
- 4) Você participou do **parto** do seu filho? (se **não**, pular para **perg. 4.4**)
  - 4.1) Como foi essa participação?
  - 4.2) Como você acha que a sua participação foi percebida pela mãe?
  - 4.3) Como você se sente em relação à sua participação no parto?
  - 4.4**) Por que você **não** participou?
  - 4.5**) Como você se sente em relação à sua **não-participação** no parto?
- 5) No período de **amamentação**, como era a sua relação com a mãe e o bebê?
  - 5.1) Você participou da alimentação do seu filho nesses primeiros meses? (se **não**, pular para **perg. 5.1.4**)
    - 5.1.1) Como foi essa participação?
    - 5.1.2) Como você acha que a sua participação foi percebida pela mãe?
    - 5.1.3) Como você se sente em relação à sua participação na alimentação do bebê?
    - 5.1.4**) Por que você **não** participou?
    - 5.1.5**) Como você se sente em relação à sua **não-participação** na alimentação do bebê?
- 6) Você estava trabalhando na época que seu filho nasceu? (se **não**, pular para **perg. 7**)
  - 6.1) Você gozou licença paternidade?
  - 6.2) O que você fez nesse período?
  - 6.3) O que você acha da licença paternidade?

8) Você considera que a sua relação com a mãe **afeta** a sua relação com seu filho?  
Exemplifique.

<b>PARTE 3 – Relacionamento do filho como os irmãos e as irmãs</b>
--

Notas do questionário:

Seu filho tem irmãos e/ou irmãs? (se **não**, pular para: **Parte 4**)

- 1) Fale a idade, o sexo e a filiação de cada um desses irmãos e irmãs.
- 2) O seu filho é afetivamente ligado aos irmãos? E às irmãs?
- 3) Ele convive com os irmãos e/ou as irmãs? (se **não**, pular para **perg. 4**)
  - 3.1) Com quais deles?
  - 3.2) Qual a frequência e a duração dessa convivência?
  - 3.3) Onde acontecem os encontros?
- 4) Quais as atividades que seu filho mais gosta de fazer com os irmãos? E com as irmãs?
- 5) E você, se relaciona com os irmãos e as irmãs do seu filho, **que não são seus filhos**? (se **não/não se aplica**, pular para: **Parte 4**)
  - 5.1) Você costuma participar dos encontros deles?
  - 5.2) Como é essa participação?
  - 5.3) Quem mais participa desses encontros?

<b>PARTE 4 – A família de origem do pai</b>
---

Notas do questionário:

- 1) Como era o seu relacionamento com o seu pai, na sua infância e adolescência? E com a sua mãe?
- 2) Ao longo da sua vida, com quem você já morou?
  - 2.1) Quanto tempo durou cada um desses arranjos?
  - 2.2) Quem era responsável pelos cuidados com você, em cada um desses arranjos, enquanto você ainda era dependente?
- 3) Atualmente, seu filho se relaciona com os avós paternos?
- 4) Seu filho se relaciona com os primos? **(se não/não se aplica, pular para: Parte 5)**
  - 4.1) Como é a sua relação com os seus irmãos, pais desses primos?

**PARTE 5 – Encerramento**

Você gostaria de acrescentar mais algum comentário às suas respostas? Alguma lembrança que lhe veio à memória?

Tem alguma dúvida sobre o processo da pesquisa ou outros assuntos relacionados à pesquisa?

Gostaria de agradecer por sua colaboração valiosa.

Caso surjam dúvidas na ocasião da análise da entrevista, posso entrar em contato com você?

Quero novamente lhe lembrar que os dados são confidenciais e que a citação das suas falas na dissertação acontecerá de modo que sua identidade e a das pessoas mencionadas não sejam identificadas.

Obrigada!

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o senhor para participar, como voluntário, da pesquisa “**Paternidade: experiências e emoções**”, de responsabilidade da pesquisadora Silvia Andrade Magnata da Fonte (CPF 025.169.924-24; e-mail: smagnata@gmail.com; fone: 81 - 8192-1763; endereço: R. José de Holanda, 561/304, Torre, Recife-PE, CEP: 50710-140), mestranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (e-mail: [ppga@ufpe.br](mailto:ppga@ufpe.br); fone: 81 - 2126-8286; endereço: Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP 50670-901), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marion Teodósio de Quadros (e-mail: marionteodosio@yahoo.com; fone: 81 - 2126-8286) e co-orientação do Prof. Dr. Russell Parry Scott (fone: 81 - 2126-8286).

Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar a fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra ficará em meu poder. Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma. O senhor será esclarecido/a sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, em qualquer tempo, estando livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento, deixar de responder a quaisquer perguntas ou interromper a participação a qualquer momento.

Nesta pesquisa, buscamos conhecer experiências de paternidade que se dão sem relação de conjugalidade ou união estável dos pais. Para tanto, serão realizados os seguintes procedimentos: coleta de dados entre os participantes; análise do material recolhido em campo; análise de literatura antropológica que trate do tema da paternidade.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um formulário e conceder uma entrevista. O formulário e a entrevista terão o áudio gravado e transcrito; o material resultante ficará em meu poder, arquivado em minha residência, pelo prazo de 15 (quinze) anos, após o qual será inteiramente destruído. O sigilo sobre a sua identidade e das pessoas por você mencionadas está assegurado durante todo o procedimento da pesquisa e nas apresentações dos resultados. O senhor não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada lhe será pago pela participação. Durante a sua participação, algumas perguntas podem despertar lembranças desagradáveis causando-lhe desconforto emocional. O senhor pode optar por não responder às perguntas que mobilizem essas memórias. A pesquisa tem como benefício auxiliar na compreensão da família brasileira, enriquecendo os debates sobre os padrões de comportamento e mudanças nos arranjos familiares, especialmente no que se refere aos vínculos estabelecidos entre os homens e seus/suas filhos/as. Além disso, pode suscitar reflexões construtivas sobre práticas e concepções vivenciadas no exercício da paternidade.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: Avenida da Engenharia s/n, 1º andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600; fone: (81) 2126-8588; e-mail: [cepccs@ufpe.br](mailto:cepccs@ufpe.br).

---

Silvia Andrade Magnata da Fonte  
Pesquisadora

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e esclarecer as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **Paternidade: experiências e emoções**, como voluntário. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Participante

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar.

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1

\_\_\_\_\_  
Testemunha 2

**Relação das categorias que compuseram o mapa sinóptico:**

Relação do pai com a criança  
Relação da criança com a mãe  
Relação da criança com os moradores da casa do pai  
Relação da criança com os parentes do pai  
Relação da criança com os parentes maternos e os moradores da casa da mãe  
Relação do pai com os parentes maternos e com os moradores da casa da mãe  
Relação do pai com seu próprio pai  
Relação do pai com sua própria mãe  
Qualidade da relação atual do pai com a mãe da criança  
Relação do pai com a mãe da criança até a gravidez  
Relação do pai com a mãe da criança após a gravidez  
Relação do pai com a mãe refletindo na relação do pai com a criança  
Duração da relação do pai com a mãe  
Possibilidade de morar junto com a mãe da criança  
Métodos contraceptivos  
Aborto  
Notícia da gravidez  
Participação na gravidez  
Participação no parto  
Participação na amamentação  
Licença paternidade  
Aprendizado para lidar com o bebê nos primeiros meses  
Negociação com a mãe sobre convivência  
Arranjos de convivência  
Imprevistos e rearranjos temporários de convivência  
Rotinas da criança  
Cuidados delegados  
Castigos e broncas  
Passeios e interações fora de casa  
Lazer  
Distância  
Comentários da criança sobre a estadia na casa da mãe  
Diferença entre as rotinas da criança na casa do pai e na casa da mãe  
Fluxos de dinheiro  
Justiça  
Alienação parental  
Primeiras reações ao acontecimento da paternidade  
Aceitação do acontecimento da paternidade  
Projetos e ideias de paternidade antes de ser pai  
Projetos e ideias de paternidade depois de ser pai  
Responsabilidade  
Irreversibilidade  
Paternidades referenciadas  
Lidando com crianças  
Autocrítica  
Interferências na atuação do pai  
Sofrimento da criança  
Maternidade e paternidade

### **Ética em pesquisa: procedimentos e reflexões**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado por todos os colaboradores antes do preenchimento do formulário sociodemográfico, no primeiro momento de abordagem. Os pais foram instruídos a ler o documento e expor quaisquer dúvidas antes de assinar. Foram reforçados verbalmente o sigilo das identidades, a possibilidade de recusar responder a quaisquer perguntas e de retirar o consentimento mesmo após a assinatura do Termo.

Na ocasião do preenchimento do quinto e último formulário, o colaborador questionou se a pesquisa em andamento contava com parecer positivo do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFPE (CEP/CCS/UFPE). Informado de que não se tratava de uma pesquisa da área de saúde e que o projeto havia sido qualificado por uma banca de profissionais – professores pesquisadores – do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPE), o colaborador manteve-se firme na solicitação que a pesquisa fosse liberada pelo CEP, uma vez que se tratava de pesquisa envolvendo seres humanos e que todas as pesquisas dessa natureza deveriam, obrigatoriamente, passar pelo Comitê.

Considerando que certas emoções, principalmente aquelas mobilizadas pela recordação e pelo relato de experiências desconfortáveis, poderiam acarretar efeitos sobre a saúde dos colaboradores, a necessidade da submissão do projeto ao CEP foi reconsiderada. A interpelação de um dos colaboradores desencadeou reflexões e problematizações a respeito de 1) o que pode ser considerado pesquisa *em* seres humanos e pesquisa *com* seres humanos; 2) os limites entre o que diz respeito ou não à saúde dos seres humanos e entre o que diz respeito ou não aos profissionais de saúde em Comitês de Ética; 3) os critérios exigidos e valorizados pelo CEP, para elaboração do protocolo de submissão; 4) o lugar da ética antropológica na pesquisa.

Diante dessas inquietações, a pesquisa de campo foi interrompida e o projeto foi reelaborado de modo a responder integralmente às exigências do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que, por sua vez, está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2014). Entre outros requisitos, foi necessário criar categorias para agrupar os indivíduos que se pretendia abordar, determinar o número de indivíduos em cada categoria e justificar tanto a escolha das categorias e a quantidade de indivíduos que as integrassem, quanto os critérios de seleção dos integrantes; informar detalhadamente todos os procedimentos da pesquisa em campo, anexando o roteiro de entrevista e o formulário

sociodemográfico; descrever em orçamento, minuciosamente, todos os gastos previstos; determinar em cronograma cada etapa da pesquisa, considerando o prazo do CEP para avaliação e liberação do parecer. Foi também reelaborado o TCLE (apêndice 3) de modo que contemplasse todos os itens exigidos pelo CEP, pois o documento assinado pelos colaboradores na ocasião do preenchimento do formulário não correspondia exatamente requisitos do Comitê.

A maior dificuldade relacionada à autorização do CEP para a realização da pesquisa de campo, além das exigências de determinação prévia da quantidade e das características específicas dos participantes (expressas nas categorias), foi o longo intervalo de tempo entre a submissão do projeto e a liberação do mesmo. No mês em que meu projeto foi submetido, junho de 2013, a previsão para a liberação do parecer foi estimada para o mês de setembro daquele ano. Em razão do cancelamento de um dos projetos agendados para o mês de agosto, a avaliação do meu material foi adiantada e o parecer autorizando a pesquisa de campo foi liberado em agosto de 2013. O modo de operação do CEP para avaliação de protocolos de pesquisa está descrito abaixo:

O CEP/CCS/UFPE está apto a receber, mensalmente, 44 (quarenta e quatro) protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, de toda a UFPE e/ou indicados pela CONEP, para a devida análise, com a finalidade de identificar, definir e verificar as questões éticas. Esses protocolos são relatados em reuniões mensais, que acontecem sempre nas primeiras quartas-feiras de cada mês.

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2014)

A extensão do prazo tornou-se um problema porque interrompeu o trabalho de campo. Durante o período em que o processo de pesquisa ficou suspenso, entrei em contato com os colaboradores avisando que as entrevistas aconteceriam depois do previsto, pois o projeto estava em processo de análise pelo Comitê de Ética. O problema do prazo muito longo poderia ter sido contornado se a submissão do projeto ao CEP tivesse acontecido após concluídas as alterações recomendadas pela banca de qualificação do PPGA. A submissão não aconteceu no período ideal porque a abordagem aos colaboradores não estava fundamentada ou interessada, diretamente, em técnicas, saberes e/ou procedimentos concernentes à área da saúde.

Embora construções apreendidas na esfera biomédica estejam presentes nas análises que compõem o meu estudo, o que se pretendia captar na pesquisa de campo eram as interpretações culturais dos colaboradores acerca de alguns dos objetos provenientes dessas construções, na medida em que esses objetos fossem evocados espontaneamente no curso das narrativas – o que pode ser constatado nos apêndices 1 e 2 da dissertação (formulário sociodemográfico e roteiro de entrevista). As questões decorrentes da interseção entre

biomedicina e antropologia, relacionadas a práticas e saberes que mobilizam as configurações de parentesco nas sociedades ocidentais contemporâneas, foram elaboradas e exploradas por outros/as pesquisadores/as e pensadores/as da Antropologia, cujos trabalhos constituem fontes secundárias para a composição desta dissertação.

A história da regulação ética de pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil foi relatada por Bevilaqua (2010). A partir do final da década de 1980, indica a autora, por determinação do CNS, as pesquisas com seres humanos, desenvolvidas por instituições de saúde, deveriam estar em conformidade com a regulação ética desenvolvida na área médica. A regulação das pesquisas aconteceria em comitês de ética implementados nessas instituições. Em meados da década de 1990, houve uma revisão das diretrizes e, através da resolução 196/96, o CNS passou a exigir a constituição de CEPs multidisciplinares<sup>31</sup> em todas as instituições que realizassem pesquisas envolvendo seres humanos<sup>32</sup>, sem distinções de temas e/ou campos de saber. Essa nova abrangência da regulamentação ética, anteriormente limitada à área da saúde, ocasionou a implementação sistemática de CEPs nas universidades (BEVILAQUA, 2010, pp. 73-74). A crítica de Cardoso de Oliveira ao que denomina “uma certa extrapolação de domínios” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 33) problematiza a resolução 196/96 em termos antropológicos:

me parece que a resolução 196 expressa o que gostaria de caracterizar como um certo 'areacentrismo' ou 'biocentrismo' na visão sobre a ética, com implicações muito similares ao que nós na antropologia frequentemente nos referimos através da noção de etnocentrismo (...).

(CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 33)

Há um contraste, indicado por Diniz (2010), entre a “identidade biomédica” da ética em pesquisa, institucionalizada nos CEPs, e a “pesquisa social”, caracterizada pelo emprego de técnicas e perspectivas analíticas elaboradas no campo das ciências sociais e humanas<sup>33</sup> (DINIZ, 2010, pp. 183-184). Esse contraste evidencia as diferentes moralidades que fundamentam o caráter de cada identidade: de um lado, os CEPs vinculados à CONEP, balizados por “uma combinação de princípios utilitaristas comuns à saúde pública, tais como

31 O caráter multidisciplinar dos CEPs está evidenciado na Resolução 196/96: “O CEP deverá ser constituído por colegiado com número não inferior a 7 (sete) membros. Sua constituição deverá incluir a participação de profissionais da área de saúde, das ciências exatas, sociais e humanas, incluindo, por exemplo, juristas, teólogos, sociólogos, filósofos, bioeticistas e, pelo menos, um membro da sociedade representando os usuários da instituição. Poderá variar na sua composição, dependendo das especificidades da instituição e das linhas de pesquisa a serem analisadas.” (BRASIL, 1996)

32 Na versão 2012 da resolução 196/96, pesquisa envolvendo seres humanos é definida como “pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos” (BRASIL, 2012). Esta versão do documento aponta para a necessidade de considerar as características específicas das Ciências Sociais e Humanas, a ser elaborada em outra resolução.

33 O termo “pesquisa social”, empregado nesse contexto, tem o alcance determinado pela autora, tratando-se de “um recurso argumentativo de contraste à pesquisa biomédica.” (DINIZ, 2010, p. 184)

benefícios, controle de riscos e interesse público, com valores da cultura dos direitos humanos” (DINIZ, 2010, p. 186); do outro lado, as particularidades da pesquisa social, cujos encontros entre pesquisador e informante (em caso de entrevista) não carregam inerentes riscos de vida e são pautados por “outros fundamentos morais, que recusam a lógica contratual, tais como a confiança no pesquisador, o desejo de escuta, a troca simbólica, a cumplicidade política ou a identificação com o tema de estudo” (DINIZ, 2010, p. 187).

No contexto do CEP/CONEP, a relação estabelecida entre a “pesquisa social” e a “identidade bioética” é de submissão da primeira aos critérios de validade da segunda, diante dos quais certas particularidades metodológicas da pesquisa social – tal como a necessária maleabilidade da estrutura do roteiro em situações de entrevista, indica Diniz – podem caracterizar “ambiguidade metodológica” (DINIZ, 2010, p. 187). Cardoso de Oliveira especifica uma outra particularidade da pesquisa social – no caso, da pesquisa antropológica – que pode tornar-se problemática quando visualizada através do contraste entre pesquisas *em* seres humanos, próprias ao campo biomédico, e pesquisas *com* seres humanos, realizadas pelas ciências humanas e sociais:

Na antropologia, que tem no trabalho de campo o principal símbolo de suas atividades de pesquisa, o próprio objeto da pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo.

(CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 34)

Pelo tema do meu projeto inicial de pesquisa de mestrado, estava ciente dos impasses que a regulação da ética, cuja legitimidade está condicionada à apreciação e aprovação por um CEP vinculado à CONEP e ao CSN, poderiam colocar entre o pesquisador das ciências humanas e sociais e o campo. Como indica Diniz (2010): “Não há consenso sobre a legitimidade dos comitês para a revisão ética da pesquisa social” (p. 189). Tendo essas problematizações em vista, durante a elaboração do projeto de pesquisa submetido à banca de qualificação do PPGA, composta por três professores do Programa, procurei pautar o interesse e projetar o desenvolvimento do estudo de acordo com os “três compromissos ou responsabilidades éticas” para o trabalho do/a antropólogo/a, indicados por Cardoso de Oliveira (2010):

(em ordem cronológica, não em ordem de importância): o compromisso com a verdade e a produção de conhecimento em consonância com os critérios de validade compartilhados na comunidade de pesquisadores; o compromisso com os sujeitos da pesquisa, cujas práticas e representações constituem o foco da investigação – daí a ideia da pesquisa com seres humanos e não em seres humanos; e, por fim, o compromisso com a sociedade e a cidadania, que exige a divulgação dos resultados da pesquisa, usualmente por meio de publicações, e eventualmente demanda a intervenção pública do pesquisador, quando esses resultados são distorcidos para beneficiar interesses que ameaçam direitos da população pesquisada.

(CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010, pp. 27-28)

Voltei ao campo pouco antes de receber o parecer positivo do CEP, com autorização da professora orientadora da pesquisa, para iniciar o segundo momento de abordagem aos colaboradores. Quando contatei o primeiro pai a fim de marcarmos a entrevista, recebi uma resposta sarcástica mencionando o longo intervalo entre as abordagens. Este pai não compareceu às reuniões que marcamos; por duas vezes, sequer avisou que não compareceria. Embora não seja possível atribuir uma correlação entre os elementos, é possível cogitar que o considerável atraso tenha influenciado negativamente a disposição desse pai para dar continuidade à sua participação. Os demais colaboradores se dispuseram a agendar a reunião e compareceram aos encontros marcados, embora adiamentos tenham acontecido (sempre comunicados com antecedência). Antes do início das entrevistas, os colaboradores foram informados da aprovação do projeto pelo CEP e da necessidade de assinarem o novo TCLE, cujas alterações foram apontadas e explicadas. Todos os Termos foram devidamente assinados.